

TEORIA DA MODERNIDADE DEPENDENTE



João dos Reis Silva Júnior

TEORIA DA MODERNIDADE
DEPENDENTE

João dos Reis Silva Júnior

TEORIA DA MODERNIDADE
DEPENDENTE

1ª Edição



NAVEGANDO

Navegando Publicações

Uberlândia – Brasil

2026



www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

Direção Editorial: Navegando Publicações
Projeto gráfico e diagramação: Lurdes Lucena
Capa: Alberto Ponte Preta

Copyright © by autor, 2026.

J74 – SILVA JÚNIOR, João dos Reis. Teoria da modernidade dependente.
Uberlândia: Navegando Publicações, 2026.

ISBN: 978-65-6070-149-6

DOI: 10.29388/978-65-6070-149-6

1. Modernidade. 2. Capitalismo 3. Mundialização. 4. Capital. João dos Reis
Silva Júnior. Navegando Publicações. Título.

CDD – 370

Conselho Editorial Multidisciplinar

Pesquisadores Nacionais

Afrânio Mendes Catani – USP – Brasil
Anderson Brettas – IFM – Brasil
Anselmo Alencar Colares – UFOPA – Brasil
Carlos Lucena – UFU – Brasil
Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil
Cílson César Fagiani – Uniube – Brasil
Derneval Saviani – Unicamp – Brasil
Elmiro Santos Resende – UFU – Brasil
Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil
Gilberto Luiz Alves – UFMS – Brasil
Inez Stampa – PUCRJ – Brasil
João dos Reis Silva Júnior – UFSCar – Brasil
José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU – Brasil
José Claudinei Lombardi – Unicamp – Brasil
Larissa Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB – Brasil
Marcelo Caetano Pereira da Silva – UFU – Brasil
Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil
Maria J. A. Rosário – UFPA – Brasil
Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil
Paulino José Orso – Unioeste – Brasil
Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil
Robson Luiz de França – UFU, Brasil
Tatiana Dahmer Pereira – UFF – Brasil
Valdenar Sguissardi – UFSCar – (Apos.) – Brasil
Valéria Lucélia Forti – UERJ – Brasil
Yolanda Guerra – UFRJ – Brasil

Pesquisadores Internacionais

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Alicia Maria de Castro Martins – (I.S.M.T.), Coimbra – Portugal
Alexander Steffanell – Lee University – EUA
Ángela A. Fernández – Univ. Aut. de St. Domingo – Rep. Dominicana
Antonio Vidal Ortega – Pont. Un. Cat. M. y Me – Rep. Dominicana
Amando Martínez Rosales – Universidad Popular de Cesar – Colômbia
Artemis Torres Valenzuela – Universidad San Carlos de Guatemala – Guatemala
Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires – Argentina
Christian Cwik – Universität Graz – Áustria
Christian Hausser – Universidad de Talca – Chile
Daniel Schuguremsky – Arizona State University – EUA
Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Elsa Capron – Université de Nîmes / Univ. de la Réunion – France
Elvira Aballi Morell – Vanderbilt University – EUA
Fernando Camacho Padilla – Univ. Autónoma de Madrid – Espanha
Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena – Colômbia
Hernán Venegas Delgado – Univ. Autónoma de Coahuila – México
Iside Gjergji – Universidad de Coimbra – Portugal
Iván Sánchez – Universidad del Magdalena – Colômbia
Johanna von Grafenstein, Instituto Mora – México
Lionel Muñoz Paz – Universidad Central de Venezuela – Venezuela
Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena – Colômbia
José Jesus Borjón Nieto – El Colegio de Vera Cruz – México
José Luis de los Reyes – Universidad Autónoma de Madrid – Espanha
Juan Marchena Fernandez – Universidad Pablo de Olavide – Espanha
Juan Paz y Miño Cepeda, Pont. Univ. Católica del Ecuador – Equador
Lerber Dimas Vasquez – Universidad de La Guajira – Colômbia
Marvin Barahona – Universidad Nacional Autónoma de Honduras – Honduras
Michael Zeuske – Universität Zü Köln – Alemanha
Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal
Pilar Cagiao Vila – Universidad de Santiago de Compostela – Espanha
Raul Roman Romero – Univ. Nacional de Colombia – Colômbia
Roberto González Aranas – Universidad del Norte – Colômbia
Romny Viales Hurtado – Universidad de Costa Rica – Costa Rica
Rosana de Matos Silveira Santos – Universidad de Granada – Espanha
Rosario Marquez Macias, Universidad de Huelva – Espanha
Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana – Cuba
Sílvia Mancini – Université de Lausanne – Suíça
Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal
Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra
Victor-Jacinto Flecha – Univ. Cat. N. Señora de la Asunción – Paraguai
Yoel Cordoví Núñez – Instituto de Historia de Cuba v Cuba

DEDICATÓRIA

A Maria Clara Franchin, promessa e recomeço.

Em sua infância habita algo que toda geração precisa recordar: a possibilidade do começo. Em um tempo histórico marcado pela aceleração, pela incerteza e pela compressão dos horizontes coletivos, a presença de uma criança devolve ao mundo uma verdade simples e profunda: a história nunca está completamente encerrada. Sempre existe a possibilidade de recomeçar.

Escrever sobre dependência, tempo histórico e as transformações do capitalismo contemporâneo pode parecer uma tarefa marcada pela gravidade dos problemas que atravessam nossas sociedades. No entanto, mesmo em meio às crises, cada nova geração volta a abrir o horizonte do futuro. A infância recorda que o tempo não pertence apenas às forças impessoais da economia ou da história. Ele também pertence à esperança.

Na América Latina, onde tantas vezes o futuro parece adiado ou interrompido, cada nascimento constitui uma forma silenciosa de resistência histórica. No gesto simples de uma menina que descobre o mundo encontra-se, talvez, a promessa de uma duração diferente do tempo. **Por isso este livro é dedicado a Maria Clara, promessa e recomeço.**

VALDEMAR SGUISSARDI

Uma lembrança do dia que não teve amanhã

A neve começou a cair sem pressa. Primeiro sobre as árvores, como se lhes ensinasse novamente a arte de descansar. Depois sobre os telhados, suavizando as linhas duras das casas e cobrindo lentamente aquilo que durante o dia parecia tão definido. Ela caía também sobre os caminhos percorridos, sobre as palavras ditas e sobre aquelas que ficaram suspensas no ar, como frases que o tempo não teve oportunidade de concluir. Caía sobre os gestos repetidos por uma vida inteira — gestos feitos não por glória nem por reconhecimento, mas por fidelidade silenciosa ao trabalho do pensamento e da amizade. Havia algo profundamente sereno naquele cair contínuo. A neve não apagava as marcas do que existiu; ela apenas as recolhía com cuidado, como se o mundo inteiro tivesse decidido, por um instante raro, diminuir seu ritmo para permitir que a memória respirasse. Sob aquela camada leve e silenciosa repousavam anos de conversas, projetos partilhados, livros discutidos, dúvidas, risos e a longa paciência de quem acredita que o pensamento precisa de tempo para amadurecer.

A neve caía sobre os vivos — cansados, atentos, ainda de pé diante das tarefas que o mundo insiste em apresentar — e caía também sobre os mortos, que já não precisavam mais resistir à pressa das horas. Não fazia distinção. Cobria a todos com o mesmo cuidado lento, como se lembrasse que toda vida pertence ao mesmo tecido do tempo. Nesse cair contínuo havia uma espécie de igualdade silenciosa. Aqueles que partiram não desapareciam completamente; permaneciam dispersos nas ideias que ajudaram a formar, nas instituições que ajudaram a construir e nas conversas que ainda continuam ecoando nos lugares onde viveram. A ausência não elimina a presença. Ela apenas a desloca. Aquilo que antes existia na palavra viva passa a existir na memória partilhada. Aquilo que antes era voz torna-se silêncio carregado de sentido. E assim o mundo segue, sustentado por presenças que já não

estão fisicamente entre nós, mas que continuam habitando o pensamento daqueles que permanecem.

E naquele cair lento, quase imperceptível, não havia tristeza definitiva. Havia repouso. Como se o mundo reconhecesse que certas vidas não terminam simplesmente quando cessam os dias. Elas continuam a existir na memória das ideias, no trabalho daqueles que aprenderam com elas e nos caminhos que ajudaram a abrir. A neve continuava a cair sobre cidades distantes, sobre campos silenciosos, sobre as ruas por onde ainda caminham aqueles que permanecem. Caía também sobre os lugares onde alguém um dia falou, ensinou, escreveu e pensou junto com outros. Nesse movimento silencioso parecia haver uma promessa: a de que o pensamento não pertence apenas ao tempo em que foi pronunciado. Ele atravessa as gerações, reaparece em novas vozes e continua a iluminar o caminho daqueles que ainda buscam compreender o mundo. A neve continuava caindo — sobre os vivos e sobre os mortos — e, ao cair, parecia dizer sem palavras que certas presenças nunca se afastam completamente da história.

AGRADECIMENTOS

Este livro nasce de uma inquietação intelectual, mas também de uma experiência compartilhada. Nenhuma reflexão sobre o tempo histórico, sobre a dependência ou sobre as mutações profundas do capitalismo contemporâneo poderia ser escrita sem reconhecer que essas transformações são vividas diariamente por milhares de pessoas que trabalham nas universidades. Por isso, antes de qualquer agradecimento particular, este livro é dedicado coletivamente a todos aqueles que vivem — muitas vezes em silêncio — os efeitos da mutação ontológica que atravessa as instituições universitárias no presente.

Nas últimas décadas, a universidade tornou-se um espaço onde o tempo foi progressivamente comprimido. Projetos precisam nascer prontos, pesquisas devem produzir resultados cada vez mais rápidos, e a vida intelectual, que sempre exigiu duração, paciência e maturação, passou a ser organizada por métricas, prazos curtos e expectativas de produtividade incessante. Professores, pesquisadores, estudantes e técnicos administrativos experimentam, de diferentes maneiras, essa transformação. Muitos carregam consigo a sensação difusa de que algo mudou profundamente no modo como o conhecimento é produzido e vivido. A mutação ontológica do tempo não é apenas um conceito teórico: ela se manifesta nas agendas saturadas, na ansiedade que atravessa o cotidiano acadêmico e na dificuldade crescente de preservar o tempo necessário para pensar.

A todos aqueles que continuam pesquisando, ensinando e escrevendo mesmo sob essas condições, este livro expressa um reconhecimento profundo. A persistência do trabalho intelectual, mesmo em contextos de aceleração e pressão institucional, constitui uma forma silenciosa de resistência histórica. Cada aula preparada com cuidado, cada orientação paciente, cada pesquisa conduzida com rigor representa um esforço para preservar aquilo que sempre deu sentido à universidade: o tempo da reflexão, da crítica e da construção coletiva do conhecimento.

Escrever sobre dependência, sobre tempo histórico e sobre a reorganização contemporânea do capitalismo significa também reconhecer que essas transformações não atingem todas as sociedades da mesma maneira. Nas regiões periféricas do sistema mundial, como a América Latina, os efeitos da compressão do tempo institucional tornam-se ainda mais intensos. Universidades que deveriam consolidar projetos de longo prazo frequentemente são obrigadas a operar em condições de instabilidade permanente. Programas acadêmicos nascem já pressionados por avaliações rápidas, reformas institucionais interrompem processos ainda em formação e projetos coletivos enfrentam continuamente o risco de serem descontinuados antes de amadurecer.

É nesse cenário que milhares de pesquisadores continuam tentando compreender o seu próprio tempo histórico. Muitos fazem isso sem reconhecimento público, sem visibilidade e, frequentemente, enfrentando condições institucionais adversas. A esses homens e mulheres que insistem em pensar criticamente o mundo mesmo quando o próprio tempo parece escassear, este livro também dirige sua gratidão.

Ao longo da escrita desta obra, algumas presenças concretas tornaram esse percurso intelectual menos solitário. Entre elas, desejo registrar de maneira muito especial a presença de **Everton Fargoni**.

Everton representa algo raro na vida acadêmica: a combinação entre curiosidade intelectual, dedicação ao trabalho de pesquisa e uma disposição generosa para o aprendizado. Ao longo de nossa convivência, pude acompanhar o seu percurso de formação e observar como, pouco a pouco, ele se transformou em um pesquisador atento, rigoroso e sensível às questões que atravessam o mundo contemporâneo. A pesquisa não é apenas uma técnica; é também uma forma de relação com o mundo e com o conhecimento. Everton aprendeu a pesquisar com a paciência necessária para compreender processos complexos e com a humildade indispensável para reconhecer que todo conhecimento é sempre um trabalho coletivo.

Em muitas ocasiões, nossas conversas se transformaram em verdadeiros laboratórios de ideias. Discutimos universidade, dependência, intelecto social, tempo histórico e as transformações que atravessam o capitalismo contemporâneo. Essas conversas não apenas enriqueceram este livro; elas também tornaram o processo de escrita mais vivo, mais aberto e mais atento às experiências concretas que atravessam o cotidiano universitário.

A Everton, portanto, deixo aqui meu agradecimento sincero. A sua trajetória demonstra que, mesmo em um tempo marcado pela aceleração e pela fragmentação, ainda é possível formar pesquisadores comprometidos com a reflexão crítica e com o cuidado intelectual que a pesquisa exige.

Outro reconhecimento igualmente importante deve ser dirigido a **José Luiz Chicaneli**, cuja presença tem sido fundamental em um aspecto frequentemente invisível da vida intelectual: o cuidado com a saúde.

A atividade acadêmica, especialmente quando atravessada por projetos de longo prazo, exige uma dedicação intensa. Horas prolongadas de leitura, escrita e reflexão frequentemente se acumulam ao longo dos anos, transformando o trabalho intelectual em uma prática que ocupa grande parte da vida cotidiana. Em meio a essa dedicação, torna-se fácil esquecer que o pensamento também depende do corpo, do equilíbrio e do cuidado com a própria saúde.

José Luiz Chicaneli tem sido, nesse sentido, uma presença essencial. Mais do que um profissional atento, ele se tornou um amigo cuja escuta cuidadosa e permanente ajudou a preservar as condições necessárias para que o trabalho intelectual pudesse continuar. Em muitos momentos, suas palavras, suas orientações e sua atenção silenciosa representaram um lembrete importante de que a vida acadêmica precisa ser sustentada por uma base de equilíbrio humano e físico.

A escuta atenta é uma forma profunda de cuidado. Em um mundo marcado pela pressa, pela interrupção constante e pela fragmentação do tempo, encontrar alguém que escuta com calma e com

atenção é um gesto raro. José Luiz Chicaneli ofereceu essa escuta em diversos momentos, contribuindo para que o trabalho intelectual pudesse seguir seu curso sem perder de vista a dimensão humana que o sustenta.

Por isso, este livro registra também sua gratidão por esse cuidado silencioso, mas fundamental. A continuidade de um trabalho intelectual de longo prazo depende muitas vezes dessas presenças discretas que ajudam a manter o equilíbrio necessário para pensar e escrever. Agradeço á Maria Elisa, amiga e editora que sempre acolheu minhas obras, mesmo que a relação entre editor seja conflituosa. E todos meus amigos da minha *Alma Mater* Edson Moreira, Silvio Franco (Ursu), Glaucius Oliva, José Marcos, Ernesto Massarope e Luis Cesar. E aos amigos que fizeram uma travessia desde a adolescência de até hoje e são meus amigos, cuja amizade é sincera: Luiz Calos Anelli e Mey Van Munster.

Por fim, gostaria de retornar àqueles que constituem o horizonte coletivo deste livro: todos os professores, pesquisadores, estudantes e trabalhadores universitários que vivem, em diferentes partes do mundo, os efeitos da transformação contemporânea do tempo institucional.

A mutação ontológica que atravessa o capitalismo atual modifica não apenas a economia, mas também as formas de vida, as instituições e as experiências subjetivas. A universidade tornou-se um dos lugares onde essa transformação se torna particularmente visível. Ali se cruzam as pressões do capital fictício, as exigências de produtividade, as avaliações permanentes e as tentativas de preservar o espaço crítico do pensamento.

Apesar de todas essas pressões, a universidade continua sendo um dos últimos lugares onde o pensamento pode ainda encontrar abrigo. Mesmo fragilizada, mesmo atravessada por tensões internas, ela permanece como um espaço onde a reflexão crítica pode ser cultivada e transmitida às novas gerações.

Este livro nasce dessa convicção.

Agradeço a Vera Navarro representando *nóixs no combate ao Golpe*.

E é por isso que seus agradecimentos não poderiam terminar de outra maneira: com o reconhecimento de todos aqueles que, diariamente, continuam sustentando a possibilidade de pensar em um tempo que parece cada vez mais curto.

A eles — conhecidos e anônimos — pertence, em última instância, o sentido deste trabalho.

POSIÇÃO PÚBLICA DO AUTOR

O livro e o tempo

Há dias em que o corpo parece alinhar aquilo que o pensamento já vinha tentando organizar há muito tempo. O treino veio como um desses momentos raros: o corpo respondeu, o cérebro clareou, e por alguns instantes tudo pareceu no seu devido lugar. É curioso como, às vezes, é no movimento físico mais simples que a decisão mais difícil encontra forma.

O restaurante, barulhento, foi apenas uma passagem. Fiquei pouco. Não era ali que o dia iria se resolver. Voltei para casa com a sensação de que algo precisava ser concluído — não como tarefa, mas como destino.

E então a decisão se impôs com uma lucidez quase tranquila.

Há livros que se escrevem ao longo de meses. Outros, ao longo de anos. Mas há aqueles raros que condensam uma vida inteira. Este é um deles. Não são apenas páginas: são 69 anos de vida e 40 anos de pesquisa que se comprimem em uma forma que, agora, já não me pertence inteiramente. A teoria da modernidade dependente não é mais apenas uma formulação — é uma tomada de posição diante do tempo histórico.

E talvez seja isso que mais pesa: o tempo.

Eu sei, com a serenidade de quem já viveu o suficiente para medir as coisas com precisão, que não haverá outro ciclo de 40 anos de pesquisa, nem outro acúmulo dessa natureza. Este livro é, em alguma medida, um ponto de chegada. E justamente por isso, não pode ser retido.

Segurá-lo seria, de certo modo, negar a própria razão de tê-lo escrito.

As editoras têm seus tempos, seus custos, suas lógicas de mercado. Não há erro nisso — apenas um descompasso. O livro que pede circulação agora não pode esperar o ritmo de uma engrenagem que, por natureza, opera com cautela e cálculo.

A decisão, então, foi simples — e ao mesmo tempo definitiva.

Fazer um e-book. Distribuir gratuitamente. Em português e em espanhol. Um livro bilíngue, no qual eu mesmo realizo a tradução do ensaio Teoria da Modernidade Dependente, de minha autoria. Colocar o livro onde ele precisa estar: nas mãos de quem pensa a América Latina, nas universidades, nos debates, nos espaços onde ainda há disposição para compreender o que nos aconteceu, sobretudo depois de 2008.

Imprimir poucos exemplares — não para circulação, mas como gesto. Como quem guarda algo que foi, ao mesmo tempo, trabalho e travessia.

Há também uma dimensão ética nisso tudo. Trabalhar em uma universidade pública, ter sido financiado com recursos públicos, viver em um país dependente — tudo isso não é neutro. Impõe responsabilidade. O conhecimento, nesse caso, não pode ser tratado como mercadoria.

Ele precisa retornar.

E há um ponto importante: em menos de um mês, este livro estará à disposição no próprio Facebook. Vou colocar o link diretamente ali, aberto, sem barreiras, para que qualquer pessoa possa acessar. E mais do que isso, fixarei essa publicação, para que todos consigam ver, acessar e compartilhar com facilidade.

Em muito breve, o link para você ter o livro gratuitamente.

Na primeira semana de agosto, no seminário latino-americano, o livro estará lá — não como objeto à venda, mas como presença compartilhada. Um link, talvez simples, mas carregado de sentido: o de que aquilo que levou uma vida para ser construído agora se abre, sem mediação, para quem quiser ler.

Não há grandiloquência nisso. Há, apenas, uma sensação de fechamento.

E, curiosamente, de leveza.

PREFÁCIO

A vida acadêmica e a possibilidade de se viver outro tempo.

Vivemos tempos cada vez mais acelerados. É interessante observar como essa constatação pode ser ilustrada em exemplos aparentemente banais de nosso cotidiano. Com efeito, há pouco tempo, escrever uma carta em papel demandava um esforço de concentração e foco de atenção concernentes a um tirocínio físico e mental que se materializava no cuidado da escolha das palavras que seriam utilizadas, bem como suas consequências. Se fossem empregados cerca de 20 minutos para que essa carta fosse redigida, na contabilização desse período se faziam presentes as pausas para a reflexão dos impactos que as frases elaboradas teriam na pessoa que as receberia em sua casa. Ora, diante do suposto progresso das forças produtivas, notadamente as de ordem tecnodigital, teríamos, a princípio, muito mais tempo para o necessário descanso, haja vista o fato de que a rapidez da produção da comunicação *online* exigiria muito menos esforço físico e mental, quando comparados aos empregados na redação de um texto escrito em papel.

Todavia, atualmente os tempos são outros. O ritmo dos dedos que freneticamente digitam essas mesmas palavras, nas mensagens enviadas pelo WhatsApp, faz com que textos sejam compostos autocorrigidos em segundos. Ou seja, se uma mensagem é escrita em 30 segundos, contabilizando-se o tempo de reflexão para a escolha de quais seriam palavras utilizadas, teríamos mais 19 minutos e trinta segundos para realizar outras atividades, considerando-se os 20 minutos da carta escrita em papel e acima mencionada. Mas não procedemos habitualmente dessa forma, pois escrevemos (e respondemos) dezenas de mensagens por meio do WhatsApp no transcorrer destes 19 minutos e 30 segundos. Este fenômeno foi denominado por Hartmut Rosa (2019) como contração do tempo

presente, no seu livro: “Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade”.

Seguindo essa linha de raciocínio, a atual contração do tempo necessita ser historicamente compreendida, sobretudo em relação aos seus desdobramentos na sociedade do capitalismo transnacional, e da forma como as suas relações de produção determinam o desenvolvimento de forças produtivas que engendram o recrudescimento da velocidade de um tempo maquinal também presente nas universidades. Esse é o aspecto central desse livro de João dos Reis da Silva Jr., que oferta a análise imprescindível do modo como a instituição universitária torna-se objeto de uma mutação ontológica, pois ela também se torna cada vez mais acelerada.

Historicamente, a universidade se notabilizou como o locus da produção de ideais e conceitos objetivados em resultados de pesquisas nas mais variadas áreas do conhecimento humano. Pesquisar, nesse sentido, demandava tempo e dedicação contínua que se espriava em projetos de toda uma vida. É verdade que a aceleração do tempo de pesquisa não é uma característica da atual sociedade da cultura digital e do denominado capitalismo transnacional. Já na chamada revolução técnico-científica, situada na passagem do século 19 para o século 20, as pesquisas produzidas nas universidades europeias, pensemos, por exemplo, no caso da universidade alemã, foram cruciais para o desenvolvimento das forças produtivas, a ponto da ciência se transformar na principal *commodity* do nascedouro da fase monopolista do capitalismo.

Porém, não há como comparar a velocidade do ritmo da produção científica do capitalismo monopolista com a do atual capitalismo transnacional, também mencionado como capitalismo fictício, de plataforma ou de vigilância, entre outras designações. Justamente a metamorfose ontológica sofrida também pela instituição universitária é tão bem analisada por João dos Reis. É exatamente no atual contexto histórico que a compulsão de produzir aceleradamente também se dissemina no trabalho dos (das) profissionais universitários (as), principalmente no modo como os recursos impressionantes da

tecnologia da inteligência artificial generativa são aplicados nas produções de textos e realizações de pesquisas, tal como João dos Reis destacou no último capítulo desse livro. Prevalece, numa espécie de progressão geométrica e não mais aritmética, a compulsão de não mais somar, mas sim cada vez mais multiplicar a produção acadêmica a qualquer custo.

Não por acaso, multiplicam-se os casos de plágio e autoplágio de trabalhos acadêmicos, na mesma proporção em que o número de citações de artigos e afins nas bases de dados do Google acadêmico, por exemplo, se metamorfoseia no santo graal dos pesquisadores e pesquisadoras nacionais e internacionais. A busca por um índice *h* cada vez mais robusto que, literalmente, impacte os CVs-Lattes de seus e suas proprietários, se converte no objetivo desejado de forma tão intensa que, em muitas ocasiões, os objetos de pesquisa são escolhidos não porque sejam socialmente relevantes para a sociedade como um todo, mas sim porque possuem o potencial de se tornar espetacularmente reconhecidos. Publique, apareça ou pereça. Eis a tríade que impera no atual meio acadêmico.

Sendo assim, tornam-se crucias os apontamentos críticos de João dos Reis nesse livro, sobretudo em relação aos desdobramentos desse espírito do tempo acelerado inclusive na saúde mental dos professores e professoras universitários, cujos adoecimentos físicos e mentais não podem ser considerados acontecimentos fortuitos. De acordo com as palavras de João dos Reis, “há sempre algo por terminar, algo por responder, algo que ficou para depois. A sensação permanente é a de atraso. Mas talvez isso não seja apenas uma falha individual de organização. Pode ser o sinal de uma transformação histórica mais profunda. Quando o capital fictício passa a organizar as expectativas econômicas e sociais, ele comprime o horizonte temporal das instituições e da própria vida cotidiana. O futuro deixa de ser um espaço amplo de construção e passa a ser antecipado, calculado e apropriado no presente. Nesse sentido, não estamos apenas atrasados nas tarefas do dia. Vivemos em uma época em que o próprio futuro foi, em certa medida, sequestrado”.

E se o futuro foi de fato sequestrado, é necessário refletir sobre o modo como ele pode ser resgatado. O resgate do futuro necessita ser feito por meio de uma espécie de reelaboração do passado, com vistas à produção de um outro tempo presente. Nesse sentido, torna-se relevante a lembrança da famosa frase de Marx (2013) de que as revoluções são a locomotiva da história. Não menos conhecida é também a contestação de Walter Benjamin (2012) de que as revoluções são, na verdade, o freio de emergência da história. Ou seja, para Benjamin as verdadeiras revoluções são freios de emergência, cujas práticas sociais possam se contrapor ao movimento da locomotiva em direção à catástrofe. Assim, se a instituição universitária produz e reproduz barbárie, ela também pode ser espaço para resistir e lutar humanisticamente pela vivência de um outro tempo. Portanto, face à acelerada mutação ontológica da universidade, este livro do João pode ser caracterizado também como um freio de emergência.

Antônio Zuin
São Carlos 20 de
março de 2026

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	21
A emergência de uma nova episteme	24
CAPÍTULO 1 - A experiência histórica do tempo dependente	29
A forma sensível do tempo vivido.....	29
CAPÍTULO 2 - Linguagem, conhecimento e intelecto social.....	36
CAPÍTULO 3 - A mutação ontológica do tempo	52
CAPÍTULO 4 - Dependência pelo controle do tempo nas instituições	69
CAPÍTULO 5 - Subjetividade na teoria da modernidade dependente.....	86
A aceleração da vida intelectual.....	86
Ansiedade e tempo histórico	87
CAPÍTULO 6 - Inteligência artificial e o tempo do intelecto social.....	91
A aceleração das operações cognitivas.....	92
Dependência cognitiva	94
Inteligência artificial e reorganização do trabalho intelectual.....	94
Compressão do tempo do conhecimento	95
CAPÍTULO 7 - Episteme da teoria da modernidade dependente.....	97
O problema do tempo histórico	97
A Episteme da teoria da modernidade dependente	99
O futuro do intelecto social.....	100
Inteligência artificial e transformação da leitura	101
Inteligência artificial e mutação do trabalho intelectual	102

Inteligência artificial, conhecimento e controle do tempo	105
Crepúsculo e visibilidade do tempo	106
Temporalidade e forma histórica	107
Dependência e compressão do tempo histórico	108
CAPÍTULO 8 - Tempo, Dependência e Conhecimento.....	110
Da dependência econômica à dependência temporal.....	111
A universidade na teoria da modernidade dependente	113
CONCLUSÃO	117
Tempo histórico e dependência na teoria da modernidade dependente	117
Dependência e reorganização do tempo	117
Intelecto social e produção do conhecimento	118
Conhecimento e sistemas de validação.....	119
Pensar o tempo	120
O momento da descoberta	121
O papel da tecnologia	122
O sentido do livro	123
Última palavra	125
REFERÊNCIAS	128
SOBRE O AUTOR.....	129

INTRODUÇÃO

A dependência constitui uma das categorias fundamentais para compreender a formação histórica da América Latina. Ao longo do século XX, a teoria marxista da dependência elaborou uma interpretação rigorosa das formas mediante as quais as economias latino-americanas se integraram ao capitalismo mundial em condições estruturalmente subordinadas. A transferência sistemática de valor para os centros do sistema, a especialização produtiva e a subordinação tecnológica constituíram mecanismos centrais dessa inserção histórica. Nesse quadro interpretativo, a dependência aparecia principalmente como um problema econômico: as economias periféricas participavam do sistema mundial em condições que limitavam sua capacidade de acumulação autônoma e reproduziam estruturas produtivas subordinadas.

Esse enfoque permitiu compreender com grande precisão a organização do sistema mundial durante boa parte do século XX. As economias centrais concentravam o desenvolvimento tecnológico, o controle financeiro e a maior parte dos benefícios da acumulação global, enquanto as economias periféricas permaneciam integradas ao sistema por meio de formas produtivas dependentes. A transferência de valor, as relações comerciais desiguais e a subordinação tecnológica explicavam grande parte dessa estrutura histórica. Graças a essa interpretação, tornou-se possível compreender que o subdesenvolvimento não constituía uma etapa transitória do progresso histórico, mas uma forma específica de desenvolvimento capitalista.

Entretanto, as transformações recentes do capitalismo mundial indicam que esse horizonte interpretativo precisa ser ampliado. A expansão do capital fictício, a crescente centralidade das finanças e a reorganização global das expectativas econômicas introduziram mudanças profundas na dinâmica da acumulação. Essas transformações não alteram apenas a organização da produção ou a distribuição internacional do valor. Elas afetam também a forma

histórica mediante a qual as sociedades organizam sua relação com o tempo.

No capitalismo industrial clássico, o tempo estava estreitamente vinculado ao processo de produção. A acumulação dependia da expansão material das forças produtivas, do crescimento do trabalho social e da consolidação gradual das instituições econômicas. O futuro aparecia como um horizonte relativamente estável de planejamento coletivo. Projetos de desenvolvimento, políticas públicas e sistemas científicos podiam ser pensados dentro de durações históricas prolongadas. As sociedades organizavam sua ação coletiva imaginando horizontes que atravessavam décadas.

O capitalismo contemporâneo introduz uma transformação significativa nessa experiência temporal. A expansão do capital fictício permite que expectativas futuras sejam constantemente antecipadas e convertidas em ativos financeiros. O capital passa a valorizar-se não apenas por meio da expansão da produção material, mas também pela captura antecipada do futuro. A valorização econômica desloca-se progressivamente para operações financeiras que reorganizam o presente a partir de cálculos permanentes sobre aquilo que ainda não ocorreu.

Nesse processo, o tempo torna-se objeto direto de apropriação econômica.

Essa transformação altera profundamente a experiência histórica das sociedades. O futuro deixa de funcionar apenas como horizonte aberto de planejamento coletivo e passa a ser constantemente reorganizado por expectativas financeiras voláteis. As decisões econômicas e institucionais começam a responder a horizontes cada vez mais curtos. A dinâmica da acumulação passa a operar em ciclos temporais cada vez mais breves.

O resultado é uma compressão progressiva do tempo histórico. Os horizontes de planejamento coletivo tornam-se mais estreitos, as instituições enfrentam maior instabilidade e os projetos de longo prazo tornam-se mais difíceis de sustentar. Políticas públicas que antes poderiam desenvolver-se ao longo de décadas passam a ser reorganizadas em ciclos cada vez mais curtos. O tempo necessário para

que instituições amadureçam e para que tradições intelectuais se consolidem torna-se mais escasso.

Nas economias dependentes, essa dinâmica assume uma intensidade particular. A inserção subordinada das economias latino-americanas no sistema financeiro internacional faz com que essas sociedades experimentem com maior intensidade as oscilações do capitalismo global. Decisões tomadas nos centros do sistema mundial produzem efeitos imediatos sobre as economias periféricas. Fluxos financeiros, variações cambiais e mudanças nas expectativas dos mercados internacionais podem reorganizar rapidamente as condições econômicas e institucionais dessas sociedades. Nesse contexto, a dependência deixa de ser apenas uma relação econômica.

Ela torna-se também uma forma histórica de organizar o tempo social. As sociedades dependentes não apenas transferem valor para os centros do sistema mundial. Elas enfrentam também limites estruturais para organizar o tempo histórico dentro do qual tentam construir seus projetos coletivos. O futuro torna-se mais curto, mais incerto e mais difícil de sustentar como horizonte coletivo de planejamento.

Essa hipótese orienta o presente ensaio. A dependência contemporânea pode ser compreendida como uma forma histórica de compressão do tempo social. As economias periféricas enfrentam não apenas restrições produtivas ou tecnológicas, mas também limitações estruturais para sustentar processos prolongados de desenvolvimento institucional, científico e cultural. Essa transformação torna-se particularmente visível nas instituições encarregadas de produzir conhecimento.

A universidade constitui um dos espaços onde essa mutação temporal aparece com maior clareza. Instituições que historicamente dependiam de durações longas para cumprir sua função intelectual começam a viver sob a pressão de calendários cada vez mais breves. Sistemas de avaliação permanente, ciclos curtos de financiamento e exigências crescentes de produtividade reorganizam o ritmo da vida acadêmica. O tempo necessário para pensar torna-se cada vez mais escasso.

Essa transformação não deve ser compreendida apenas como uma mudança administrativa ou institucional. Ela expressa uma mutação mais profunda nas condições históricas de produção do conhecimento. A compressão do tempo institucional altera as formas de vida intelectual e modifica progressivamente a experiência subjetiva daqueles que trabalham na universidade.

A ansiedade, a urgência permanente e a dificuldade de sustentar processos longos de reflexão tornam-se parte do cotidiano acadêmico. Nesse contexto, o professor universitário torna-se uma figura particularmente sensível às transformações do tempo histórico contemporâneo. Situado entre a exigência de produzir conhecimento crítico e a pressão de instituições cada vez mais aceleradas, ele vive cotidianamente a tensão entre o tempo longo do pensamento e o tempo curto das instituições.

Essa tensão revela algo fundamental sobre o capitalismo contemporâneo. Ela mostra que a reorganização do tempo social constitui uma dimensão central da dependência contemporânea. A compressão do tempo histórico não afeta apenas a economia ou as instituições políticas. Ela afeta também a capacidade das sociedades de refletir sobre si mesmas e de imaginar horizontes coletivos de futuro.

Compreender essa transformação exige ampliar o horizonte interpretativo da teoria da dependência. É nesse ponto que surge a proposta conceitual que orienta este livro: a noção de Episteme da Modernidade Dependente. Essa expressão designa um esforço de interpretação destinado a compreender como a financeirização do capitalismo mundial reorganiza simultaneamente economia, instituições e temporalidade social nas sociedades periféricas.

A emergência de uma nova episteme

As transformações históricas raramente se anunciam imediatamente como conceitos. Antes de serem plenamente compreendidas, elas aparecem como mudanças silenciosas na experiência cotidiana das sociedades. Instituições começam a funcionar

de maneira diferente, decisões coletivas passam a responder a novos horizontes temporais e práticas sociais que pareciam estáveis começam a reorganizar-se gradualmente. Durante certo tempo, essas mudanças permanecem dispersas na vida social. Apenas mais tarde elas encontram uma linguagem capaz de nomeá-las.

A história do pensamento social mostra que cada grande transformação do capitalismo exigiu a criação de novas categorias de interpretação. Durante a Revolução Industrial, conceitos como trabalho assalariado, capital e classe social tornaram-se indispensáveis para compreender a reorganização da produção e da vida social. Em outros momentos históricos, noções como desenvolvimento, modernização ou dependência passaram a ocupar posição central porque permitiam interpretar experiências históricas que as categorias anteriores já não explicavam de maneira satisfatória. As teorias não surgem apenas da criatividade de pensadores individuais. Elas respondem a exigências históricas que tornam insuficientes as linguagens herdadas do passado.

Na América Latina, a teoria marxista da dependência representou precisamente um desses momentos de renovação conceitual. Ao formular categorias como superexploração do trabalho, transferência de valor e subordinação estrutural, autores como Ruy Mauro Marini (2000), Vânia Bambirra (1978) e Theotonio dos Santos (2000) ofereceram às sociedades latino-americanas um vocabulário capaz de compreender sua posição específica no capitalismo mundial. Graças a essa elaboração teórica, tornou-se possível perceber que o subdesenvolvimento não constituía uma etapa transitória do progresso histórico, mas uma forma particular de inserção no sistema global.

Entretanto, o pensamento crítico não permanece imóvel. À medida que o capitalismo mundial se transforma, também se transformam os problemas que as sociedades precisam compreender. Nas últimas décadas, a expansão do capital fictício, a centralidade crescente das finanças e a reorganização global das expectativas econômicas introduziram mudanças profundas na forma como o tempo histórico é experimentado. O futuro deixou de funcionar apenas como horizonte de

planejamento coletivo e passou a tornar-se objeto direto de valorização econômica. Essa transformação altera a relação entre presente e futuro e modifica as condições dentro das quais instituições, políticas públicas e projetos coletivos podem desenvolver-se.

Quando o regime temporal do capitalismo se transforma, também se transformam as formas da dependência. A dependência contemporânea não se manifesta apenas através da transferência de valor ou da subordinação produtiva. Ela aparece também na maneira pela qual as sociedades experimentam a duração de seus próprios processos históricos. A compressão do tempo institucional, a fragilidade crescente das durações coletivas e a dificuldade de preservar horizontes históricos amplos tornam-se elementos centrais da experiência social em muitas sociedades periféricas.

Nomear essa transformação constitui o primeiro passo para compreendê-la. É nesse esforço que surge a noção de Episteme da teoria da modernidade dependente. Essa expressão designa um regime histórico no qual a dependência passa a operar também através da reorganização do tempo social. Não se trata apenas de uma mudança econômica, mas de uma transformação mais profunda na forma como as sociedades organizam a duração de suas instituições, a continuidade de seus projetos coletivos e as condições temporais da produção do conhecimento.

Compreender essa mutação exige observar simultaneamente três dimensões: a transformação do capitalismo contemporâneo, a reorganização das instituições responsáveis pela produção do conhecimento e a experiência cotidiana daqueles que vivem e trabalham dentro dessas instituições. É nesse ponto que a análise da dependência encontra a questão do tempo histórico e conduz diretamente à investigação que orienta este livro.

Às vezes as transformações históricas não aparecem primeiro nos livros, nas teorias ou nos discursos públicos. Elas surgem antes na vida cotidiana, quase imperceptíveis, alterando lentamente a maneira como as sociedades experimentam o tempo. Mudam os ritmos das cidades, os ciclos das instituições e a duração dos projetos coletivos.

Durante certo tempo, essas mudanças permanecem dispersas na experiência social, sem encontrar ainda uma linguagem capaz de nomeá-las.

Nas sociedades marcadas pela dependência contemporânea, uma dessas transformações tornou-se particularmente visível: a sensação de que o tempo histórico se encurtou. As instituições continuam existindo, as políticas públicas continuam sendo formuladas e as universidades continuam produzindo conhecimento. Entretanto, algo mudou na duração dentro da qual esses processos se desenvolvem. Projetos começam a ser interrompidos antes de amadurecer, programas institucionais reorganizam-se rapidamente e decisões coletivas passam a responder a horizontes temporais cada vez mais imediatos.

Esse encurtamento do tempo não aparece como uma ruptura súbita. Ele se instala lentamente no funcionamento das instituições e no cotidiano da vida social. Reformas sucedem-se em intervalos menores, políticas públicas são revistas antes de produzir efeitos duradouros e programas de investigação científica enfrentam dificuldades para consolidar-se ao longo de períodos prolongados. A vida coletiva continua avançando, mas o horizonte temporal dentro do qual ela se organiza torna-se progressivamente mais estreito.

Quando essa experiência se generaliza, ela altera também a forma pela qual as sociedades percebem seu próprio futuro. O futuro deixa de aparecer como um espaço relativamente amplo de construção histórica e passa a ser vivido como um horizonte instável, constantemente reavaliado à luz de mudanças imediatas na economia, na política ou nas expectativas globais. As sociedades continuam projetando seus caminhos, mas passam a fazê-lo dentro de um tempo cada vez mais curto.

É nesse ponto que a experiência cotidiana começa a revelar um problema histórico mais profundo. A dependência não se manifesta apenas na distribuição desigual de recursos, tecnologias ou capacidades produtivas. Ela aparece também na capacidade desigual das sociedades de preservar durações históricas suficientemente amplas para organizar seus próprios projetos coletivos.

Compreender essa experiência constitui o primeiro passo para compreender a forma contemporânea da dependência.

Ao longo deste livro recorre-se, em alguns momentos, ao uso de metáforas para tornar mais visíveis certas transformações históricas que, quando tratadas apenas em sua formulação conceitual mais abstrata, podem permanecer difíceis de apreender imediatamente. O recurso às metáforas não deve ser entendido aqui como simples ornamentação literária, mas como um instrumento interpretativo. Em períodos de mutação histórica, quando categorias herdadas deixam de captar plenamente as mudanças em curso, a linguagem frequentemente precisa recorrer a imagens capazes de tornar perceptíveis experiências ainda em processo de conceituação. Nicolau Sevcenko (2001) observou com grande sensibilidade que a interpretação da modernidade exige, muitas vezes, uma linguagem capaz de articular análise histórica e imaginação interpretativa, pois certas transformações culturais e temporais tornam-se mais inteligíveis quando iluminadas por figuras que aproximam o pensamento da experiência vivida. Nesse sentido, as metáforas utilizadas neste livro procuram cumprir essa função: não substituem a análise teórica, nem pretendem simplificar a complexidade dos processos históricos examinados, mas procuram tornar visíveis certos aspectos da reorganização contemporânea do tempo social que ainda não se apresentam completamente estabilizados no plano conceitual. Elas funcionam, portanto, como dispositivos de esclarecimento histórico, permitindo aproximar a reflexão teórica da experiência concreta das sociedades que vivem as tensões da teoria da modernidade dependente.

CAPÍTULO 1

A experiência histórica do tempo dependente

O leitor latino-americano reconhece com relativa facilidade a experiência histórica que atravessa as páginas deste livro. Em nossas universidades, em nossas instituições públicas e na própria vida cotidiana das sociedades latino-americanas, algo parece ter mudado na forma como o tempo se organiza. Os projetos de longo prazo tornam-se mais raros, as instituições se transformam antes de consolidar suas próprias práticas e as políticas públicas surgem e desaparecem com uma rapidez que poucas décadas atrás teria parecido impensável. Nada disso ocorre de maneira espetacular.

A forma sensível do tempo vivido

A forma sensível do tempo vivido constitui o plano em que o real se deixa apreender antes de sua estabilização conceitual, não como intuição vaga, mas como percepção em elaboração que já contém, em estado nascente, as determinações da forma histórica. Trata-se de um modo de conhecimento que opera por meio da linguagem — metáfora, imagem, crônica — não como expressão subjetiva, mas como mediação que antecipa aquilo que ainda não se fixou como categoria. Nesse registro, o vivido não é exterior à teoria, mas seu momento preliminar, no qual a realidade se apresenta como problema ainda não resolvido. Ao sustentar a continuidade do tempo interior frente à sua fragmentação objetiva, essa forma impede que o pensamento se autonomize de suas condições de existência. É nesse intervalo, entre o sentir e o conceituar, que o real se anuncia como exigência de forma.

As cidades continuam funcionando, os edifícios permanecem em seus lugares e as universidades seguem abertas. Os calendários acadêmicos se repetem ano após ano e os governos continuam anunciando reformas e programas com a mesma linguagem de futuro que acompanhou a modernização latino-americana durante grande

parte do século XX. No entanto, sob essa aparência de continuidade, algo parece ter se modificado na duração mesma da vida social. Os projetos coletivos encontram dificuldades crescentes para sustentar-se ao longo do tempo, e os horizontes históricos dentro dos quais as sociedades organizam suas expectativas começam a tornar-se mais estreitos.

Essa transformação torna-se particularmente visível quando observamos a experiência institucional. Durante grande parte do século XX, muitos países latino-americanos organizaram sua vida política e social em torno de projetos históricos relativamente definidos. A industrialização, a expansão educacional, a construção de sistemas públicos de saúde e a formação de universidades nacionais constituíam horizontes capazes de orientar a ação coletiva durante períodos relativamente prolongados.

Mesmo quando esses projetos enfrentavam obstáculos estruturais, o futuro permanecia como referência organizadora da vida social. As gerações podiam imaginar que seus esforços participariam de um processo histórico mais amplo, dentro do qual as instituições amadureceriam lentamente e os projetos coletivos encontrariam continuidade. A construção de universidades, sistemas científicos e redes de pesquisa pressupunha a existência de uma duração histórica capaz de sustentar processos prolongados de desenvolvimento intelectual.

Hoje essa experiência começa a modificar-se. As instituições continuam existindo, mas sua duração tornou-se mais incerta. Reformas institucionais sucedem-se em intervalos cada vez menores, políticas públicas reorganizam-se rapidamente e projetos que antes se desenvolviam ao longo de décadas passam a ser reformulados em ciclos cada vez mais curtos. A vida social continua produzindo políticas, instituições e programas coletivos, mas o faz dentro de um ambiente temporal mais instável.

O futuro não desapareceu. Mas perdeu parte de sua capacidade de orientar a experiência social. A distância entre presente e futuro parece ter diminuído, e essa redução altera profundamente a maneira

pela qual as sociedades organizam suas expectativas coletivas. O tempo histórico deixa de aparecer como uma duração ampla dentro da qual os projetos coletivos podem amadurecer e passa a funcionar como um horizonte cada vez mais curto e instável.

Esse deslocamento introduz uma transformação silenciosa na experiência histórica das sociedades latino-americanas. Durante muito tempo, o tempo social funcionou como uma espécie de espaço relativamente amplo dentro do qual instituições e projetos coletivos podiam desenvolver-se com certa estabilidade. As universidades formavam gerações de pesquisadores, os sistemas científicos consolidavam tradições de investigação e as políticas públicas podiam estruturar-se dentro de horizontes prolongados. Quando essa duração começa a contrair-se, a vida institucional passa a experimentar uma forma distinta de temporalidade.

As decisões precisam ser tomadas mais rapidamente, os projetos tornam-se mais frágeis e a continuidade histórica torna-se mais difícil de sustentar. Aquilo que antes podia desenvolver-se ao longo de gerações passa a reorganizar-se dentro de ciclos cada vez mais curtos. É nesse ponto que a dependência revela uma dimensão que nem sempre foi plenamente visível nas interpretações clássicas. Durante grande parte do século XX, a teoria marxista da dependência explicou com grande precisão os mecanismos econômicos por meio dos quais as economias periféricas se integravam ao capitalismo mundial em condições subordinadas. A transferência de valor, a especialização produtiva e a subordinação tecnológica constituíam os eixos centrais dessa interpretação.

No entanto, as transformações recentes do capitalismo mundial sugerem que a dependência reorganiza também a própria experiência histórica do tempo.

Nas economias dependentes, o tempo coletivo torna-se particularmente vulnerável a interrupções externas. Crises financeiras internacionais, mudanças abruptas nos fluxos de capital e variações nas condições do mercado mundial podem reorganizar rapidamente as condições econômicas e institucionais desses países.

As decisões fundamentais que afetam a vida econômica e política dessas sociedades passam então a depender de dinâmicas globais que operam em escalas temporais cada vez mais curtas. Desse modo, a dependência deixa de reorganizar apenas a estrutura produtiva das economias periféricas. Ela passa a reorganizar também a duração histórica dentro da qual as instituições podem atuar. Esse processo produz uma transformação profunda na experiência coletiva do tempo. As sociedades continuam avançando, mas o fazem dentro de horizontes temporais mais frágeis. Projetos de longo prazo tornam-se mais difíceis de sustentar e as instituições precisam adaptar-se continuamente a contextos que mudam com rapidez crescente. As gerações que habitam essas sociedades percebem, ainda que de maneira difusa, que o futuro se tornou mais incerto e que o tempo disponível para organizar projetos coletivos parece ter diminuído.

Essa experiência não deve ser interpretada apenas como uma sensação subjetiva. Ela expressa uma transformação estrutural nas condições históricas de reprodução da vida social. Quando o tempo histórico se estreita, as instituições encarregadas de organizar projetos coletivos perdem parte de sua capacidade de continuidade. Políticas públicas tornam-se mais vulneráveis a mudanças abruptas e comunidades científicas encontram maiores dificuldades para sustentar processos prolongados de investigação.

O conhecimento precisa de duração. E quando essa duração se torna escassa, a própria produção do conhecimento começa a ser afetada.

A universidade constitui um dos lugares onde essa transformação torna-se mais visível. Como instituição dedicada à produção e transmissão do conhecimento, a universidade depende de uma temporalidade relativamente ampla para desenvolver plenamente sua função intelectual. As investigações exigem anos de trabalho, tradições acadêmicas consolidam-se ao longo de gerações e a formação de novos pesquisadores pressupõe processos prolongados de aprendizagem. Quando o tempo histórico começa a contrair-se, essas condições são diretamente afetadas. Em muitas universidades latino-

americanas, essa transformação manifesta-se de múltiplas maneiras. Projetos de pesquisa passam a organizar-se em prazos cada vez mais curtos, sistemas de avaliação privilegiam resultados imediatos e a pressão por produtividade altera profundamente a experiência cotidiana do trabalho acadêmico.

As comunidades científicas continuam produzindo conhecimento. Mas o fazem dentro de marcos temporais cada vez mais estreitos. Aquilo que durante muito tempo constituiu o ritmo próprio do trabalho intelectual — a investigação prolongada, a reflexão paciente e o debate conceitual — passa a reorganizar-se sob condições institucionais mais aceleradas. Essa transformação não implica o desaparecimento da produção crítica de conhecimento. As universidades continuam sendo espaços fundamentais de reflexão social.

No entanto, as condições temporais dentro das quais essa reflexão se desenvolve começam a modificar-se profundamente. O tempo disponível para pensar torna-se cada vez mais escasso. E quando o tempo para pensar se estreita, também se estreita a capacidade de uma sociedade para compreender as transformações históricas que atravessam sua própria existência.

Essa transformação adquire contornos ainda mais nítidos quando observamos o surgimento recente da inteligência artificial. À primeira vista, trata-se apenas de uma inovação técnica destinada a ampliar a capacidade humana de processar informações. Entretanto, vista a partir da experiência histórica das sociedades dependentes, sua importância revela-se mais profunda. A inteligência artificial reorganiza o próprio ambiente temporal dentro do qual o trabalho intelectual ocorre. Operações que antes exigiam longos períodos de investigação — levantamento bibliográfico, comparação de fontes, reconhecimento de padrões e organização preliminar de argumentos — passam a ser realizadas em intervalos extremamente curtos por sistemas técnicos capazes de processar grandes volumes de dados. O que está em jogo não é apenas uma aceleração instrumental do trabalho cognitivo. O que

começa a modificar-se é o ritmo histórico da produção do conhecimento.

Essa aceleração insere-se no movimento mais amplo que atravessa o capitalismo contemporâneo. A financeirização da economia transformou o futuro em objeto de valorização econômica, reorganizando permanentemente o presente a partir de expectativas antecipadas. A inteligência artificial tende a realizar operação semelhante no interior do trabalho intelectual. Ao antecipar operações cognitivas que antes pertenciam ao tempo longo da investigação, ela contribui para encurtar o intervalo entre pergunta e resposta, entre problema e formulação inicial de interpretação. O tempo do pensamento passa a ser pressionado por ritmos informacionais cada vez mais rápidos. Nesse sentido, a inteligência artificial participa da mesma mutação ontológica do tempo que já se manifesta na economia e nas instituições.

Nas sociedades dependentes, essa transformação assume uma dimensão adicional. A infraestrutura técnica da inteligência artificial — centros de processamento de dados, modelos computacionais e plataformas digitais — encontra-se concentrada nos centros do capitalismo global. O resultado é uma nova forma de dependência cognitiva dentro de arquiteturas técnicas cujo controle permanece externo. Não se trata apenas de importar teorias ou agendas de pesquisa produzidas no centro. Trata-se de produzir conhecimento dentro de infraestruturas que reorganizam silenciosamente o próprio tempo do trabalho intelectual.

A tríade crítica da modernidade dependente designa a unidade categorial por meio da qual se explicita o limite estrutural imposto à vida e ao pensamento na forma histórica da dependência. Constituída pelo tempo histórico bloqueado, pela lucidez e pelo golpe final, ela não descreve etapas sucessivas, mas dimensões simultâneas de uma mesma configuração histórica. O tempo bloqueado exprime a compressão das possibilidades e a restrição do horizonte de expectativa; a lucidez corresponde ao reconhecimento dessa condição sem o amparo de mediações ilusórias; e o golpe final indica o ponto em que tal

reconhecimento se torna irreversível, impedindo o retorno às formas anteriores de consciência. Essa unidade não opera como sequência analítica, mas como estrutura que se impõe como totalidade vivida. É nela que o pensamento encontra seu limite interno e, ao mesmo tempo, a exigência de se reorganizar a partir desse limite.

CAPÍTULO 2

Linguagem, conhecimento e intelecto social

As sociedades não compreendem imediatamente as transformações que atravessam sua própria história. Durante certo tempo, mudanças profundas permanecem dispersas na experiência cotidiana, manifestando-se apenas como alterações nos ritmos das instituições, nas expectativas coletivas ou na organização da vida social. Somente quando essas transformações encontram uma linguagem capaz de nomeá-las é que se tornam plenamente visíveis.

É nesse ponto que emerge uma questão fundamental: quem pensa a sociedade?

Nenhuma sociedade interpreta sua própria experiência histórica de maneira espontânea. Essa tarefa depende da existência de instituições, comunidades intelectuais e tradições de pensamento capazes de elaborar conceitos, acumular conhecimento e transmitir interpretações ao longo do tempo. Esse processo coletivo pode ser compreendido como a formação de um intelecto social.

O intelecto social não pertence a um indivíduo isolado. Ele se constitui historicamente através da atividade de universidades, centros de pesquisa, comunidades científicas e redes intelectuais que produzem e organizam o conhecimento. É nesse espaço institucional que as sociedades desenvolvem as linguagens necessárias para compreender as transformações que atravessam sua própria história.

Compreender a formação do intelecto social torna-se, portanto, uma questão decisiva para entender como as sociedades interpretam as mudanças do capitalismo contemporâneo. As sociedades raramente percebem imediatamente as transformações históricas que atravessam sua própria existência. Antes de se tornarem conceitos claros, as grandes mudanças do mundo aparecem primeiro como experiências silenciosas: a sensação de que as instituições se tornaram mais instáveis, a impressão de que os projetos coletivos duram menos do que antes ou a percepção difusa de que o tempo parece avançar de maneira diferente.

Durante algum tempo essas transformações permanecem sem nome. As palavras continuam sendo as mesmas, mas o mundo que elas tentam descrever já se modificou. Nesse intervalo entre experiência e linguagem instala-se uma espécie de silêncio conceitual. As sociedades pressentem que algo mudou, mas ainda não possuem as palavras capazes de tornar essa mudança plenamente inteligível. É nesse espaço incerto que começa a formar-se o terreno do pensamento crítico.

Pensar não significa apenas produzir ideias abstratas. Pensar significa encontrar uma linguagem capaz de dar forma à experiência histórica. Enquanto uma transformação permanece sem nome, ela permanece também parcialmente invisível para a reflexão coletiva. Somente quando surgem as palavras adequadas é que aquilo que parecia difuso começa a adquirir contornos mais nítidos. A linguagem não funciona apenas como instrumento de descrição. Ela participa da própria forma pela qual a realidade se torna pensável. Dar nome a uma transformação histórica significa torná-la objeto de reflexão coletiva. As palavras permitem ordenar experiências dispersas, estabelecer relações entre fenômenos e construir interpretações capazes de orientar o pensamento social. Por essa razão, momentos de mudança estrutural costumam exigir também uma renovação do vocabulário crítico disponível.

A história intelectual mostra que cada época desenvolve categorias capazes de interpretar seu próprio tempo. Essas categorias não surgem arbitrariamente. Elas emergem quando uma sociedade procura compreender transformações que já começaram a ocorrer em sua experiência concreta. Durante a Revolução Industrial, por exemplo, novas categorias tornaram-se necessárias para descrever o surgimento do trabalho assalariado, da fábrica e da acumulação capitalista. Em outros momentos históricos, conceitos como desenvolvimento, modernização ou dependência tornaram-se centrais porque permitiam interpretar transformações profundas na organização da economia e da vida social. As teorias não surgem apenas da criatividade individual de pensadores isolados. Elas respondem a exigências históricas que tornam insuficientes as formas anteriores de compreensão.

Na América Latina, a teoria marxista da dependência representou precisamente um desses momentos de renovação do pensamento crítico. Autores como Ruy Mauro Marini (2000), Vânia Bambirra (1978) e Theotonio dos Santos (2000) formularam um vocabulário conceitual capaz de explicar a posição estrutural das economias latino-americanas no capitalismo mundial. Ao nomear fenômenos como superexploração do trabalho, transferência de valor e subordinação estrutural, esses autores permitiram compreender que o subdesenvolvimento não era uma simples etapa transitória do progresso histórico. Tratava-se de uma forma específica de inserção no sistema mundial. Essa elaboração teórica ampliou significativamente a capacidade das sociedades latino-americanas de interpretar sua própria experiência histórica.

É nesse ponto que emerge uma questão decisiva: quem pensa a sociedade? Ou, dito de outra maneira, como as sociedades organizam coletivamente sua capacidade de compreender as transformações que atravessam sua própria história? Nenhuma sociedade depende exclusivamente da reflexão isolada de indivíduos. A compreensão do mundo social resulta de processos coletivos que se desenvolvem ao longo do tempo e através de instituições específicas. Bibliotecas preservam a memória intelectual, centros de pesquisa organizam investigações sistemáticas e universidades reúnem comunidades dedicadas à produção e transmissão do conhecimento. Essas instituições não apenas acumulam informações. Elas estruturam a capacidade coletiva de pensar.

Responder a essa pergunta exige observar aquilo que pode ser chamado de intelecto social. Quando uma sociedade consegue transformar sua experiência histórica em linguagem, ela também amplia sua capacidade de compreender a si mesma. Nomear uma transformação significa torná-la objeto de reflexão, debate e elaboração teórica. Aquilo que antes aparecia apenas como sensação difusa passa a integrar o campo do pensamento coletivo. É nesse momento que o conhecimento deixa de ser apenas reação imediata aos acontecimentos e começa a adquirir forma sistemática.

Entretanto, essa capacidade de nomear o mundo não surge de maneira espontânea. Ela depende da existência de instituições, comunidades intelectuais e tradições de pensamento capazes de acumular conhecimento e transmiti-lo ao longo do tempo. O pensamento social é sempre, em alguma medida, uma construção coletiva. Ele nasce da interação entre pesquisadores, universidades, centros de investigação e redes intelectuais que procuram interpretar as transformações históricas em curso.

Esse processo de elaboração coletiva do conhecimento pode ser compreendido como a formação de um intelecto social. Trata-se da capacidade de uma sociedade refletir sobre si mesma, produzir interpretações sobre sua própria trajetória histórica e organizar conceitualmente as mudanças que atravessam sua experiência. O intelecto social não pertence a indivíduos isolados. Ele se constitui através de instituições que preservam memória, acumulam investigação e mantêm viva a tradição crítica.

Compreender como esse intelecto social se forma e onde ele se localiza torna-se então uma questão decisiva. Em sociedades modernas, um dos lugares privilegiados dessa elaboração é a universidade. É ali que diferentes tradições intelectuais se encontram, que novas interpretações são formuladas e que o conhecimento pode ser transmitido entre gerações.

Por essa razão, para compreender plenamente as transformações históricas discutidas neste livro, é necessário observar também o papel desempenhado pelas universidades na produção do pensamento social. É nesse espaço institucional que muitas sociedades procuram interpretar as mudanças que atravessam seu próprio tempo histórico. Essa questão conduz diretamente ao problema que orienta o capítulo seguinte.

Nenhuma sociedade pensa a si mesma de maneira inteiramente espontânea. A reflexão sobre a própria experiência histórica exige instituições capazes de preservar memória, acumular conhecimento e transmitir interpretações entre gerações. Sem essas estruturas de

duração, o pensamento social tende a permanecer fragmentado, limitado a reações imediatas diante dos acontecimentos.

Ao longo da história moderna, diferentes instituições desempenharam esse papel de organização do pensamento coletivo. Academias científicas, centros de pesquisa, comunidades intelectuais e redes de circulação de ideias contribuíram para a formação de tradições interpretativas capazes de explicar as transformações do mundo social. Entre essas instituições, a universidade tornou-se um dos espaços privilegiados de elaboração e transmissão do conhecimento.

A universidade não é apenas um lugar de ensino. Ela constitui também uma forma histórica através da qual as sociedades organizam sua capacidade de reflexão. É nesse espaço que investigações de longo prazo podem ser conduzidas, que diferentes tradições teóricas entram em diálogo e que novas interpretações sobre a realidade social podem emergir. Em outras palavras, a universidade é um dos principais lugares de formação do intelecto social. Entretanto, a posição que a universidade ocupa na vida intelectual das sociedades não é a mesma em todos os contextos históricos. Nos países centrais do capitalismo, instituições acadêmicas puderam desenvolver-se ao longo de períodos relativamente longos, acumulando tradições científicas e consolidando estruturas estáveis de pesquisa e formação. Nas sociedades periféricas, a história foi muitas vezes diferente.

Na América Latina, as universidades nasceram frequentemente em meio a processos históricos marcados por dependência econômica, instabilidade política e reorganizações institucionais recorrentes. Apesar disso, elas tornaram-se espaços fundamentais de produção intelectual, desempenhando papel decisivo na elaboração de interpretações sobre a própria realidade latino-americana.

É nesse ambiente institucional que emergiram algumas das reflexões mais importantes sobre dependência, desenvolvimento e desigualdade histórica. A universidade latino-americana foi um dos lugares onde se formou o vocabulário crítico capaz de interpretar a posição da região no sistema mundial.

Compreender o papel da universidade na formação do intelecto social torna-se, portanto, essencial para entender como as sociedades dependentes interpretam suas próprias transformações históricas.

Se as sociedades precisam compreender as transformações que atravessam sua própria história, torna-se inevitável perguntar onde essa capacidade coletiva de reflexão se organiza. Nenhuma sociedade depende exclusivamente da atividade intelectual de indivíduos isolados. O pensamento social surge de processos coletivos que se desenvolvem ao longo do tempo e dentro de instituições específicas. Arquivos preservam documentos, bibliotecas guardam a memória intelectual e centros de pesquisa organizam investigações sistemáticas sobre os fenômenos sociais. Entre essas instituições, a universidade ocupa um lugar particular. Ela reúne pesquisadores, estudantes e tradições intelectuais em torno de uma tarefa comum: compreender o mundo social. Esse processo coletivo de elaboração do conhecimento constitui aquilo que pode ser chamado de intelecto social.

O intelecto social não pertence a um indivíduo ou a um grupo restrito de especialistas. Ele constitui uma capacidade histórica das sociedades de refletir sobre sua própria existência. Essa capacidade organiza-se através de instituições, tradições intelectuais e comunidades de investigação que acumulam conhecimento ao longo do tempo. Em determinados momentos históricos, o intelecto social permite que uma sociedade compreenda com relativa clareza as transformações que atravessam sua própria experiência. Em outros momentos, essa capacidade torna-se mais frágil. A interpretação do mundo torna-se então mais difícil, e as sociedades enfrentam maiores obstáculos para compreender os processos históricos que estão vivendo.

A formação do intelecto social depende de condições institucionais específicas. Pensar exige tempo, continuidade e comunidades capazes de sustentar debates prolongados. A reflexão crítica raramente surge de maneira imediata. Ela se desenvolve lentamente, através de processos acumulativos de investigação, discussão e revisão conceitual. Cada geração de pesquisadores retoma problemas formulados por gerações anteriores, reformula

interpretações e amplia o horizonte do conhecimento disponível. Esse movimento contínuo constitui uma das bases do intelecto social.

Entre as instituições encarregadas de sustentar esse processo, a universidade ocupa uma posição central. Desde sua formação histórica, ela se organizou como um espaço relativamente protegido das urgências imediatas da vida social. Essa relativa autonomia permitiu que o conhecimento se desenvolvesse através de investigações de longo prazo. Professores e pesquisadores podiam dedicar anos ao estudo de um problema, formar novas gerações de estudantes e construir tradições intelectuais duradouras. A universidade tornou-se, assim, um dos principais lugares onde as sociedades organizam a produção sistemática do conhecimento.

Nas sociedades modernas, essa função adquiriu importância ainda maior. A expansão da ciência, o crescimento das instituições públicas e a complexidade crescente da vida social tornaram indispensáveis formas organizadas de produção do conhecimento. Universidades passaram a desempenhar papel central na formação de pesquisadores, na construção de sistemas científicos e na elaboração de interpretações críticas sobre a realidade social. Ao longo do século XX, esse processo contribuiu para consolidar a universidade como uma das instituições fundamentais do intelecto social.

Na América Latina, a universidade desempenhou papel particularmente relevante na formação do pensamento social crítico. Foi dentro dessas instituições que surgiram muitas das interpretações destinadas a compreender as especificidades históricas da região. Debates sobre desenvolvimento, dependência, industrialização e desigualdade social encontraram na universidade um espaço privilegiado de elaboração teórica. Professores, pesquisadores e estudantes participaram da construção de um campo intelectual que buscava compreender as condições particulares da modernização latino-americana.

Entretanto, as transformações recentes do capitalismo mundial começaram a alterar as condições históricas dentro das quais essa função intelectual se desenvolve. Como vimos nos capítulos anteriores,

a financeirização da economia global introduziu uma reorganização profunda do tempo social. Projetos de longo prazo tornam-se mais difíceis de sustentar, instituições enfrentam pressões permanentes de reorganização e políticas públicas passam a operar dentro de horizontes temporais mais curtos. Essa compressão do tempo histórico afeta diretamente as instituições dedicadas à produção do conhecimento.

A universidade, que historicamente dependia de durações longas para desenvolver plenamente sua função intelectual, passa a operar sob pressões temporais cada vez mais intensas. Sistemas de avaliação permanente, ciclos curtos de financiamento e exigências crescentes de produtividade reorganizam o ritmo da vida acadêmica. O tempo necessário para investigar, comparar interpretações e amadurecer conceitos torna-se progressivamente mais escasso. O trabalho intelectual continua existindo, mas desenvolve-se dentro de um ambiente temporal mais acelerado.

Nas sociedades dependentes, essa transformação assume uma intensidade particular. Instabilidades econômicas, restrições orçamentárias e mudanças frequentes nas políticas públicas tornam ainda mais difícil sustentar projetos acadêmicos de longo prazo. Universidades continuam produzindo conhecimento, mas o fazem dentro de condições institucionais mais frágeis. O intelecto social não desaparece, mas passa a desenvolver-se dentro de um horizonte temporal mais estreito.

Nesse cenário, uma nova mediação técnica começa a integrar o cotidiano do trabalho intelectual nas universidades: a presença crescente da inteligência artificial nas práticas acadêmicas. Durante séculos, o trabalho intelectual organizou-se em torno de operações cognitivas realizadas diretamente por professores e estudantes — leitura prolongada, comparação de interpretações, elaboração lenta de hipóteses e construção progressiva de argumentos. Esses processos constituíam parte essencial da formação universitária. A inteligência artificial começa a modificar parcialmente esse cenário ao introduzir sistemas capazes de processar grandes volumes de informação,

identificar padrões textuais e produzir sínteses preliminares em intervalos muito mais curtos.

Para os estudantes, essa transformação altera as próprias formas de aprendizagem. A busca por referências bibliográficas, a organização de textos e a sistematização inicial de argumentos podem ser realizadas com auxílio de sistemas técnicos que ampliam significativamente a velocidade de acesso à informação. Para os professores, a inteligência artificial passa a integrar o ambiente cotidiano de trabalho intelectual, influenciando práticas de pesquisa, preparação de aulas e produção acadêmica. O conhecimento continua sendo produzido por comunidades humanas de investigação, mas passa a desenvolver-se dentro de um ambiente técnico que reorganiza o ritmo das atividades cognitivas.

Essa mudança não deve ser interpretada apenas como avanço tecnológico neutro. A infraestrutura técnica que sustenta os sistemas contemporâneos de inteligência artificial encontra-se fortemente concentrada nos centros do capitalismo global. Plataformas digitais, centros de dados e modelos computacionais de larga escala são desenvolvidos e controlados por um número restrito de corporações tecnológicas. Universidades e pesquisadores da periferia passam então a utilizar instrumentos cognitivos cuja arquitetura fundamental foi definida em outros contextos institucionais.

Nesse ponto torna-se possível perceber uma nova dimensão da dependência contemporânea. Se no passado a dependência manifestava-se principalmente na transferência de valor ou na subordinação produtiva, ela passa agora a aparecer também nas condições técnicas dentro das quais o conhecimento é produzido e circula. A inteligência artificial não reorganiza apenas a velocidade do trabalho intelectual. Ela participa da reorganização do próprio ambiente cognitivo dentro do qual o intelecto social se desenvolve nas sociedades dependentes.

Quando o pensamento passa a desenvolver-se dentro de infraestruturas técnicas externas e orientadas por ritmos informacionais cada vez mais acelerados, torna-se mais difícil sustentar processos

prolongados de reflexão crítica. A universidade continua sendo um espaço fundamental de produção do conhecimento, mas seu funcionamento passa a depender cada vez mais de arquiteturas técnicas que reorganizam simultaneamente o tempo do pensamento e os circuitos de circulação das ideias.

Nesse sentido, a inteligência artificial revela uma dimensão adicional da modernidade dependente: o controle do tempo histórico começa a exercer-se também sobre o próprio intelecto social.

Essa transformação torna-se ainda mais significativa quando observada a partir da experiência concreta do trabalho universitário. Durante muito tempo, a formação acadêmica organizou-se em torno de um princípio relativamente simples: aprender a pensar exigia tempo. Ler textos complexos, comparar interpretações divergentes, reconstruir argumentos e elaborar hipóteses próprias constituíam etapas fundamentais do processo de formação intelectual. Esse percurso não era apenas um método pedagógico. Ele fazia parte da própria estrutura do trabalho do pensamento. A inteligência artificial não elimina essas etapas, mas começa a reorganizar sua sequência e sua duração. Operações que antes exigiam longos períodos de leitura preliminar ou levantamento bibliográfico podem agora ser parcialmente antecipadas por sistemas capazes de processar grandes volumes de informação em intervalos extremamente curtos. O ambiente cognitivo dentro do qual estudantes e professores trabalham começa, assim, a modificar-se.

Essa modificação não deve ser compreendida como substituição do pensamento humano por sistemas técnicos. A inteligência artificial não pensa no sentido forte do termo. Ela reorganiza procedimentos de busca, comparação e síntese de informação. No entanto, mesmo sem substituir o trabalho intelectual humano, essas tecnologias alteram significativamente o ritmo dentro do qual o pensamento se desenvolve. Quando certas etapas da investigação tornam-se mais rápidas, toda a cadeia temporal da produção do conhecimento tende a reorganizar-se. Perguntas surgem mais rapidamente, hipóteses preliminares circulam com maior velocidade e interpretações provisórias passam a ser formuladas em

intervalos cada vez mais curtos. O resultado não é apenas um aumento da eficiência informacional. O que começa a modificar-se é o próprio ritmo histórico da reflexão intelectual.

Nas sociedades centrais do capitalismo contemporâneo, essa transformação ocorre em meio a sistemas científicos amplamente financiados e tecnologicamente integrados. Universidades dispõem de infraestrutura robusta, acesso direto a bases de dados extensas e participação ativa na produção das próprias tecnologias digitais. Nessas condições, a inteligência artificial tende a funcionar como ampliação das capacidades de investigação científica já existentes. Nas sociedades dependentes, entretanto, o quadro é distinto. O acesso às tecnologias digitais ocorre principalmente através de plataformas desenvolvidas em outros contextos institucionais e controladas por corporações tecnológicas situadas nos centros do sistema mundial. A universidade periférica passa então a trabalhar dentro de ambientes técnicos cuja lógica de funcionamento não foi produzida por ela.

Essa assimetria tecnológica produz efeitos que vão além da infraestrutura digital. Ela reorganiza também as condições históricas dentro das quais o intelecto social se desenvolve. Quando a produção do conhecimento passa a ocorrer dentro de plataformas técnicas externas, parte das mediações cognitivas que estruturam o trabalho intelectual deixa de ser controlada pelas próprias comunidades acadêmicas locais. Algoritmos definem padrões de busca, sistemas de recomendação orientam percursos de leitura e plataformas digitais estruturam os circuitos de circulação da informação científica. O conhecimento continua sendo produzido por pesquisadores humanos, mas passa a desenvolver-se dentro de um ambiente cognitivo cuja arquitetura fundamental foi projetada fora do espaço institucional da universidade.

Esse deslocamento introduz uma dimensão nova da dependência contemporânea. No passado, a dependência manifestava-se principalmente através de estruturas econômicas e produtivas: especialização exportadora, transferência de valor e subordinação tecnológica. No presente, ela começa a aparecer também no interior

das próprias condições de produção do conhecimento. As sociedades dependentes passam a organizar parte de seu trabalho intelectual dentro de sistemas técnicos cuja lógica de funcionamento permanece externa. A dependência não desaparece; ela se desloca para novas mediações históricas.

Ao mesmo tempo, seria equivocado interpretar essa transformação apenas em termos de perda ou fragilidade. A história das instituições intelectuais mostra que o intelecto social sempre se reorganizou diante de novas mediações técnicas. A invenção da imprensa, por exemplo, alterou profundamente as formas de circulação do conhecimento. A expansão das universidades modernas reorganizou as comunidades científicas. Mais recentemente, a digitalização da informação transformou o acesso a bibliotecas e arquivos. Cada uma dessas mudanças alterou o ambiente cognitivo dentro do qual o pensamento se desenvolvia. A inteligência artificial representa mais um desses momentos de reorganização histórica.

O problema central não reside, portanto, na existência dessas tecnologias, mas nas condições históricas dentro das quais elas se difundem. Nas sociedades dependentes, a adoção de novas mediações técnicas ocorre frequentemente dentro de estruturas institucionais mais frágeis e sob condições econômicas mais instáveis. Universidades enfrentam restrições orçamentárias persistentes, políticas científicas apresentam continuidade limitada e comunidades acadêmicas precisam adaptar-se constantemente a mudanças institucionais abruptas. Quando a inteligência artificial se integra a esse ambiente institucional já pressionado, seus efeitos podem intensificar a compressão temporal que caracteriza a modernidade dependente.

Nesse contexto, a universidade encontra-se diante de um desafio histórico particular. Ela precisa incorporar novas tecnologias intelectuais sem abandonar a função fundamental que historicamente a definiu: preservar o tempo necessário para o pensamento crítico. O intelecto social depende não apenas da circulação rápida de informação, mas também da capacidade de suspender momentaneamente a urgência do presente para examinar com cuidado os processos

históricos em curso. Quando essa capacidade se enfraquece, a produção do conhecimento tende a tornar-se mais fragmentada e mais vulnerável às pressões imediatas do ambiente social.

A inteligência artificial coloca essa tensão de maneira particularmente clara. Por um lado, ela amplia o acesso à informação e oferece ferramentas poderosas de organização do conhecimento. Por outro, ela pode contribuir para intensificar ritmos informacionais que tornam mais difícil sustentar processos prolongados de reflexão. A universidade precisa então desenvolver formas institucionais capazes de integrar essas tecnologias sem perder a dimensão temporal que torna possível o pensamento crítico.

Essa questão revela um ponto central para a compreensão da modernidade dependente. O problema não se limita à velocidade das transformações tecnológicas. O que está em jogo é a capacidade das sociedades de manter espaços institucionais nos quais o pensamento possa desenvolver-se em durações históricas suficientemente amplas. Quando o tempo do pensamento se estreita, também se estreita a capacidade das sociedades de compreender plenamente as transformações que atravessam sua própria história.

É nesse ponto que a discussão sobre o intelecto social conduz diretamente a uma questão ainda mais profunda: a transformação histórica da própria estrutura do tempo. Essa transformação constitui o tema do capítulo seguinte.

Essa tensão revela algo importante sobre a condição histórica das sociedades dependentes no presente. O problema não reside apenas na adoção de novas tecnologias ou na aceleração da circulação da informação. O que se encontra em transformação são as próprias condições temporais dentro das quais o conhecimento pode desenvolver-se. O intelecto social depende de instituições capazes de preservar espaços de reflexão relativamente protegidos das urgências imediatas da vida econômica e política. Quando esses espaços se tornam mais frágeis, também se torna mais difícil sustentar processos prolongados de investigação e debate crítico. A universidade continua sendo um dos lugares onde essa tarefa se realiza, mas passa a fazê-lo

sob condições temporais mais estreitas e sob pressões institucionais mais intensas.

Nesse contexto, a inteligência artificial torna visível uma dimensão mais profunda da modernidade dependente. Ao mesmo tempo em que amplia o acesso à informação e reorganiza práticas de pesquisa e aprendizagem, ela participa de um ambiente histórico marcado pela compressão crescente do tempo social. O trabalho intelectual passa a desenvolver-se em ritmos informacionais mais rápidos, enquanto as instituições responsáveis por sustentar a reflexão crítica enfrentam dificuldades crescentes para preservar durações históricas mais longas. A dependência manifesta-se então não apenas na economia ou na tecnologia, mas também na própria temporalidade dentro da qual o intelecto social se organiza.

É nesse ponto que a análise precisa avançar para uma questão mais fundamental: a transformação histórica da própria estrutura do tempo. Compreender essa transformação exige examinar aquilo que pode ser chamado de mutação ontológica do tempo.

Talvez seja possível compreender essa situação por meio de uma imagem simples. Durante muito tempo acreditamos que o tempo histórico avançava como um rio largo. As sociedades construía instituições, formavam universidades, acumulavam conhecimento e imaginavam que cada geração poderia caminhar um pouco mais longe do que a anterior. O intelecto social desenvolvia-se dentro dessa corrente relativamente estável, onde o passado, o presente e o futuro permaneciam ligados por uma continuidade reconhecível. Hoje, entretanto, algo parece ter se alterado na própria forma desse movimento. O rio não deixou de correr, mas suas águas tornaram-se mais rápidas e mais instáveis. As margens parecem aproximar-se e o tempo disponível para navegar torna-se mais curto. A universidade continua tentando compreender o mundo que atravessa, mas já o faz dentro de um curso histórico cuja própria duração começa a modificar-se.

Compreender essa transformação exige observar não apenas as instituições ou as tecnologias que reorganizam o trabalho intelectual.

Exige compreender uma mudança mais profunda: a transformação histórica da própria estrutura do tempo.

É essa transformação que pode ser descrita como mutação ontológica do tempo.

Quando a universidade consegue preservar condições relativamente estáveis de investigação e reflexão, ela se torna um dos principais lugares de formação do intelecto social. É nesse espaço institucional que diferentes tradições teóricas podem dialogar, que novas interpretações sobre a realidade social podem ser elaboradas e que o conhecimento acumulado por gerações anteriores pode ser transmitido e transformado.

A universidade, portanto, não representa apenas uma organização dedicada ao ensino ou à formação profissional. Ela constitui uma estrutura histórica que permite às sociedades desenvolver uma relação reflexiva com sua própria experiência. Ao produzir pesquisa, organizar debates e transmitir conhecimento, as instituições universitárias contribuem para ampliar a capacidade coletiva de interpretar as transformações do mundo social.

Entretanto, essa função intelectual depende de uma condição fundamental: a existência de tempo. A produção do conhecimento exige durações relativamente longas. Investigações científicas precisam de continuidade, programas de pesquisa exigem maturação e tradições intelectuais formam-se apenas ao longo de processos históricos prolongados.

Quando o tempo institucional se encurta, também se transformam as condições dentro das quais o trabalho intelectual pode desenvolver-se. Nas últimas décadas, muitas universidades passaram a operar sob pressões temporais cada vez mais intensas. Sistemas de avaliação mais frequentes, ciclos curtos de financiamento e métricas quantitativas de produtividade reorganizaram o cotidiano da vida acadêmica. Professores e pesquisadores passaram a dividir seu tempo entre múltiplas tarefas simultâneas: produção rápida de artigos, elaboração constante de projetos, participação em avaliações institucionais e prestação contínua de contas administrativas.

Essa reorganização não altera apenas a rotina do trabalho universitário. Ela modifica também a experiência temporal do próprio pensamento. O tempo necessário para a reflexão prolongada torna-se mais raro, enquanto a produção intelectual passa a responder a ritmos cada vez mais acelerados.

Nesse contexto, a universidade revela-se como um lugar privilegiado para observar uma transformação mais ampla do capitalismo contemporâneo. A compressão do tempo institucional que atravessa a vida acadêmica não é um fenômeno isolado. Ela faz parte de um processo histórico mais amplo, no qual o próprio regime temporal da vida social começa a reorganizar-se.

Compreender essa transformação exige deslocar a análise do plano das instituições particulares para o nível mais geral da organização histórica do tempo. É essa questão que orienta o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 3

A mutação ontológica do tempo

Durante grande parte da história moderna, o tempo histórico foi imaginado como um movimento relativamente contínuo. As sociedades acreditavam que cada geração poderia avançar um pouco além da anterior, ampliando gradualmente as capacidades produtivas, as instituições políticas e as formas de organização do conhecimento. O tempo parecia avançar como um processo cumulativo no qual experiências, instituições e projetos coletivos podiam amadurecer ao longo de períodos prolongados.

Essa percepção esteve no centro de muitas interpretações clássicas da modernidade. O progresso econômico, a expansão das instituições científicas e a consolidação dos Estados nacionais foram frequentemente compreendidos como expressões de um tempo histórico que avançava de maneira relativamente estável. Mesmo quando crises econômicas ou conflitos políticos interrompiam esse movimento, acreditava-se que o sistema acabaria retomando seu curso normal.

Entretanto, as transformações recentes do capitalismo mundial sugerem que algo mais profundo começou a ocorrer. A expansão do capital fictício, a centralidade crescente das finanças e a reorganização global das expectativas econômicas alteraram profundamente a relação entre presente e futuro. O futuro deixou de ser apenas o horizonte dentro do qual as sociedades planejavam suas atividades e passou a tornar-se objeto direto de antecipação econômica.

Mercados financeiros, sistemas de crédito e instrumentos de investimento passaram a operar continuamente projetando expectativas sobre rendimentos futuros. Essas projeções não se limitam a refletir processos produtivos existentes. Elas também reorganizam decisões econômicas no presente, influenciando políticas públicas, investimentos produtivos e estratégias institucionais.

Quando esse mecanismo se generaliza, o próprio regime temporal do capitalismo começa a transformar-se. O futuro deixa de funcionar apenas como horizonte de planejamento coletivo e passa a atuar como força ativa que reorganiza continuamente o presente.

Essa transformação não altera apenas a dinâmica da economia mundial. Ela modifica também a experiência histórica das sociedades. Instituições passam a operar dentro de horizontes temporais mais curtos, decisões coletivas respondem a expectativas econômicas mais voláteis e a própria duração dos processos sociais torna-se mais instável.

É nesse ponto que surge a hipótese central deste capítulo: as transformações recentes do capitalismo não representam apenas uma nova fase cíclica de desenvolvimento econômico. Elas indicam uma mudança mais profunda na forma histórica através da qual o tempo organiza a vida social. Em outras palavras, estamos diante de uma possível mutação ontológica do tempo histórico.

Entre um dia e outro existe sempre um intervalo silencioso. Durante algumas horas, o movimento do mundo parece desacelerar. As cidades diminuem o ritmo, as ruas tornam-se mais vazias e os ruídos cotidianos se dispersam lentamente. Nesse breve intervalo, o tempo parece recuperar uma espécie de equilíbrio natural. O dia que termina repousa no passado e o dia que começa ainda não chegou completamente. Durante muito tempo imaginamos que o tempo histórico das sociedades funcionava de maneira semelhante. A história avançaria gradualmente, como uma sucessão relativamente contínua de dias, dentro da qual instituições, projetos coletivos e formas de conhecimento poderiam desenvolver-se ao longo de durações prolongadas.

Essa imagem organizou grande parte da experiência moderna do tempo. Ao longo do século XX, muitas sociedades imaginaram que o tempo histórico avançava em direção a um horizonte relativamente previsível. Estados construíam instituições duradouras, universidades formavam gerações sucessivas de pesquisadores e políticas públicas eram pensadas em escalas de décadas. O futuro aparecia como um

espaço aberto no qual projetos coletivos poderiam amadurecer lentamente. O tempo histórico parecia funcionar como uma espécie de campo relativamente estável dentro do qual as sociedades organizavam sua própria trajetória.

Entretanto, as transformações recentes do capitalismo mundial sugerem que essa experiência temporal começou a modificar-se de maneira profunda. A expansão do capital fictício, a centralidade crescente dos mercados financeiros e a reorganização global das expectativas econômicas introduziram uma dinâmica nova na organização do tempo social. O futuro deixou de funcionar apenas como horizonte aberto da ação coletiva e passou a tornar-se objeto direto de valorização econômica. Mercados financeiros operam permanentemente antecipando expectativas, convertendo projeções futuras em ativos e reorganizando o presente a partir de cálculos que se modificam continuamente.

Nesse processo, o tempo deixa de ser apenas o cenário dentro do qual as transformações históricas ocorrem. Ele passa a tornar-se também um elemento diretamente mobilizado pelas dinâmicas do capital.

Essa transformação permite compreender por que muitas instituições contemporâneas parecem viver sob uma sensação permanente de urgência. Políticas públicas são reformuladas em intervalos cada vez menores, decisões econômicas respondem a expectativas que mudam rapidamente e instituições enfrentam dificuldades crescentes para sustentar projetos de longo prazo. A experiência social do tempo torna-se mais curta, mais instável e mais difícil de organizar.

Essa mudança não constitui apenas uma aceleração quantitativa da vida social. Ela indica uma transformação mais profunda: uma mudança na própria forma histórica pela qual o tempo se organiza dentro do capitalismo contemporâneo. Instituições que antes pareciam relativamente estáveis passam a reorganizar-se continuamente. Políticas públicas são reformuladas antes mesmo de produzir efeitos duradouros. Planos econômicos mudam de direção em intervalos cada

vez menores. A própria vida institucional começa a desenvolver-se dentro de horizontes temporais mais curtos. Professores percebem que projetos de pesquisa precisam ser concluídos rapidamente, estudantes enfrentam trajetórias acadêmicas cada vez mais comprimidas e universidades passam a viver sob ciclos constantes de avaliação e reorganização administrativa. Algo mudou na forma como o tempo se distribui dentro da vida social.

Durante muito tempo essas mudanças foram interpretadas apenas como aceleração histórica. Falou-se em sociedade da velocidade, em intensificação da circulação da informação ou em aumento da complexidade social. Essas interpretações captavam aspectos importantes do fenômeno, mas permaneciam na superfície do problema. A aceleração é visível, mas não explica por si mesma a natureza da transformação em curso. A questão mais profunda não reside apenas na velocidade com que os acontecimentos se sucedem. Ela reside na forma pela qual o próprio tempo histórico passou a ser mobilizado dentro da dinâmica do capital contemporâneo.

É nesse ponto que a expansão do capital fictício adquire importância decisiva. Nos mercados financeiros, o futuro deixa de funcionar apenas como horizonte aberto da ação coletiva e passa a ser incorporado diretamente às operações econômicas. Expectativas futuras tornam-se ativos negociáveis, projeções de valor são convertidas em instrumentos financeiros e decisões presentes passam a responder continuamente a cálculos que antecipam cenários ainda não realizados. O capital deixa de esperar passivamente o desenrolar do tempo histórico. Ele passa a operar diretamente sobre o futuro, antecipando-o e reorganizando o presente a partir dessa antecipação.

Quando essa lógica se generaliza, a própria experiência social do tempo começa a modificar-se. Instituições que dependem de continuidade temporal — como sistemas científicos, políticas públicas ou universidades — passam a enfrentar dificuldades crescentes para sustentar durações longas. Projetos coletivos tornam-se mais frágeis, horizontes institucionais tornam-se mais curtos e o tempo disponível para amadurecer decisões complexas diminui. O problema já não é

apenas a velocidade dos acontecimentos. O que começa a transformar-se é a estrutura histórica dentro da qual passado, presente e futuro se articulam.

É por essa razão que se torna necessário falar em uma mutação mais profunda. A transformação observada não diz respeito apenas ao ritmo da vida social, mas à própria forma histórica do tempo dentro do capitalismo contemporâneo. O tempo deixa de funcionar como um campo relativamente estável dentro do qual as sociedades organizam suas instituições e passa a tornar-se um elemento diretamente mobilizado pelas dinâmicas de valorização financeira. O capital fictício não opera apenas sobre recursos econômicos. Ele opera também sobre a estrutura temporal da vida social.

É nesse sentido que se pode falar em mutação ontológica do tempo. Essa expressão procura indicar uma transformação na própria forma histórica através da qual o tempo se organiza no interior do capitalismo contemporâneo. Não se trata apenas de aceleração, nem apenas de mudança na percepção subjetiva da duração. Trata-se de uma modificação nas relações entre presente, passado e futuro, produzida pela crescente centralidade das dinâmicas financeiras na organização do sistema econômico mundial. O futuro deixa de ser apenas horizonte aberto da ação coletiva e passa a ser continuamente capturado por operações que antecipam valor e reorganizam o presente a partir dessas antecipações.

Quando essa transformação se combina com a posição estrutural das sociedades periféricas no sistema mundial, seus efeitos tornam-se ainda mais intensos. Nas economias dependentes, a compressão do tempo institucional tende a ocorrer de forma mais abrupta. Instabilidades macroeconômicas, vulnerabilidade financeira e fragilidade das políticas públicas ampliam a dificuldade de sustentar projetos coletivos de longo prazo. Universidades, sistemas científicos e instituições públicas passam a desenvolver-se dentro de horizontes temporais ainda mais estreitos.

É nesse ponto que a análise da mutação ontológica do tempo encontra diretamente o problema da dependência. Quando o futuro

passa a ser permanentemente antecipado pelos mercados financeiros, algo sutil começa a alterar-se na experiência histórica das sociedades. Durante muito tempo, o futuro funcionou como horizonte aberto da ação coletiva. Ele era o espaço onde projetos políticos, políticas públicas e trajetórias institucionais podiam amadurecer lentamente. Governos planeavam décadas, universidades formavam gerações e sistemas científicos acumulavam conhecimento ao longo de durações relativamente estáveis. O futuro era aquilo que ainda não havia acontecido, mas que poderia ser construído por decisões tomadas no presente. A expansão do capital fictício introduz uma transformação silenciosa nessa relação temporal. O futuro deixa de ser apenas horizonte de expectativa e passa a tornar-se objeto de cálculo econômico. Expectativas futuras são convertidas em ativos financeiros, projeções de valor tornam-se instrumentos negociáveis e decisões presentes passam a responder continuamente a cenários antecipados. O tempo deixa de ser apenas o campo onde a história ocorre. Ele passa a ser diretamente mobilizado pelas operações do capital.

Essa mudança altera profundamente a relação entre presente e futuro. Quando expectativas financeiras reorganizam continuamente as decisões econômicas, o presente deixa de ser um momento de construção gradual e passa a funcionar como um ponto de ajuste permanente diante de antecipações que se deslocam incessantemente. Instituições começam a operar dentro de um regime temporal mais instável. Projetos que exigiriam maturação prolongada passam a enfrentar revisões constantes, políticas públicas são reorganizadas antes de consolidar resultados e decisões coletivas tornam-se mais vulneráveis a pressões imediatas. A experiência social do tempo perde parte de sua continuidade histórica. O futuro permanece presente em todos os cálculos, mas aparece cada vez menos como espaço disponível para a construção de trajetórias duradouras. Ele surge antes como algo continuamente capturado por operações que reorganizam o presente. Nesse movimento, a temporalidade histórica deixa de possuir a mesma espessura que caracterizava a experiência moderna do tempo.

É nesse ponto que a noção de mutação ontológica do tempo revela seu significado mais preciso. Não se trata apenas de aceleração histórica, nem de uma sensação subjetiva de que tudo ocorre mais rapidamente. A mutação ontológica indica uma transformação na própria forma histórica pela qual o tempo se organiza dentro do capitalismo contemporâneo. As relações entre passado, presente e futuro deixam de seguir a continuidade relativamente estável que marcou a experiência moderna da história. O futuro passa a ser permanentemente mobilizado por operações econômicas que antecipam valor e reorganizam decisões presentes. O tempo deixa de constituir apenas o cenário dentro do qual as transformações sociais se desenrolam. Ele passa a tornar-se parte ativa da dinâmica de valorização do capital.

Quando essa transformação alcança as sociedades periféricas do sistema mundial, seus efeitos tornam-se ainda mais visíveis. Economias dependentes operam dentro de ambientes financeiros mais instáveis, sujeitos a movimentos abruptos de capitais e a mudanças rápidas nas expectativas globais. Nessas condições, a compressão temporal das instituições torna-se mais intensa. Políticas públicas enfrentam horizontes de planejamento mais curtos, sistemas científicos dependem de ciclos instáveis de financiamento e universidades passam a desenvolver sua atividade intelectual dentro de ambientes institucionais marcados por reorganizações frequentes. O tempo disponível para consolidar projetos coletivos torna-se mais estreito. A dependência começa então a manifestar-se também como dependência temporal.

Essa dimensão temporal da dependência raramente aparece de forma explícita nos diagnósticos tradicionais da economia política. Durante grande parte do século XX, a teoria marxista da dependência concentrou-se principalmente na transferência de valor, na superexploração do trabalho e na subordinação produtiva das economias periféricas. Essas categorias continuam fundamentais para compreender a inserção desigual das sociedades latino-americanas no sistema mundial. Entretanto, as transformações recentes do

capitalismo financeiro indicam que a dependência passou a operar também através de novas mediações históricas. A reorganização do tempo social constitui uma dessas mediações.

Nas sociedades dependentes, a compressão do tempo institucional não representa apenas um efeito colateral da instabilidade econômica. Ela torna-se parte do próprio mecanismo através do qual a dependência se reproduz. Quando o tempo disponível para planejamento coletivo diminui, torna-se mais difícil sustentar políticas de longo prazo, consolidar sistemas científicos robustos ou preservar instituições capazes de produzir reflexão crítica prolongada. Projetos nacionais tornam-se mais vulneráveis a pressões externas e decisões estratégicas passam a responder a horizontes temporais cada vez mais curtos. O controle indireto do tempo social transforma-se, assim, em um dos mecanismos centrais de reprodução da dependência contemporânea.

Talvez seja possível compreender essa transformação por meio de uma imagem simples. Durante muito tempo imaginamos que o tempo histórico das sociedades avançava como um caminho relativamente amplo. As gerações caminhavam sobre esse percurso acumulando experiências, construindo instituições e transmitindo conhecimento. O caminho não era sempre estável, mas permanecia suficientemente largo para que projetos coletivos pudessem desenvolver-se ao longo de décadas. Hoje esse caminho parece tornar-se mais estreito. As sociedades continuam avançando, mas o espaço temporal disponível para organizar decisões coletivas parece diminuir. A história não parou. O que mudou foi a largura do tempo dentro do qual ela se desenvolve.

É nesse estreitamento que se revela uma dimensão decisiva da modernidade dependente. O problema central já não reside apenas na transferência de recursos ou na desigualdade tecnológica entre centro e periferia. Ele aparece também na forma pela qual o tempo histórico se distribui entre as sociedades. Enquanto algumas conseguem preservar durações institucionais relativamente amplas, outras são constantemente empurradas para horizontes temporais mais curtos. A

dependência manifesta-se então não apenas como desigualdade econômica, mas como desigualdade na própria capacidade de organizar o tempo histórico.

Essa constatação conduz a uma formulação mais precisa da tese central deste livro. A dependência contemporânea caracteriza-se apenas por meio de estruturas produtivas ou fluxos financeiros. Ela opera também através do controle indireto das durações históricas dentro das quais as sociedades podem pensar, planejar e agir coletivamente. O capital fictício reorganiza continuamente expectativas e pressiona instituições a responderem a horizontes temporais cada vez mais estreitos. Quando essa dinâmica se generaliza, o tempo deixa de ser apenas o campo onde a dependência se manifesta. Ele torna-se um de seus instrumentos fundamentais.

A dependência contemporânea realiza-se, portanto, também através do controle do tempo. Quando o tempo histórico se estreita, a primeira consequência visível aparece nas instituições responsáveis por organizar a continuidade social. Estados passam a planejar em horizontes mais curtos, universidades enfrentam ciclos permanentes de avaliação e reorganização e políticas públicas tornam-se cada vez mais vulneráveis a mudanças abruptas. Projetos que exigiriam maturação prolongada começam a encontrar dificuldades para consolidar-se. O problema não reside apenas na escassez de recursos ou na instabilidade política. Ele reside na dificuldade crescente de preservar durações institucionais suficientemente amplas para sustentar processos históricos complexos. A dependência temporal manifesta-se justamente nesse ponto: sociedades passam a viver dentro de um tempo mais estreito, onde decisões estratégicas precisam responder continuamente a pressões imediatas.

Esse estreitamento do tempo institucional produz também efeitos sobre a vida intelectual. O trabalho do pensamento depende de durações específicas. Ler, comparar interpretações, elaborar conceitos e construir argumentos exige tempo de maturação. Quando o ambiente institucional passa a operar sob ritmos mais acelerados, a própria forma do trabalho intelectual tende a reorganizar-se. Professores enfrentam

pressões constantes de produtividade, estudantes precisam concluir trajetórias acadêmicas em intervalos cada vez menores e comunidades científicas passam a desenvolver suas pesquisas dentro de ciclos curtos de financiamento e avaliação. O conhecimento continua sendo produzido, mas desenvolve-se sob condições temporais diferentes daquelas que estruturaram a expansão das universidades modernas.

Nesse contexto, a presença crescente da inteligência artificial introduz uma nova camada nessa reorganização temporal. Sistemas capazes de processar grandes volumes de informação e produzir sínteses preliminares ampliam significativamente a velocidade de certas operações cognitivas. Para estudantes, essas tecnologias facilitam o acesso a bibliografia e permitem organizar rapidamente grandes quantidades de informação. Para professores e pesquisadores, elas oferecem instrumentos capazes de auxiliar na exploração de bases de dados extensas e na sistematização inicial de materiais de pesquisa. Essas ferramentas ampliam a capacidade informacional do trabalho intelectual. Contudo, sua difusão ocorre dentro de um ambiente histórico já marcado pela compressão do tempo institucional.

Quando tecnologias cognitivas se difundem em contextos onde o tempo institucional já se encontra pressionado, seus efeitos podem intensificar a reorganização temporal da vida intelectual. A produção do conhecimento passa a desenvolver-se dentro de ambientes informacionais mais rápidos, onde perguntas circulam com maior velocidade e interpretações provisórias se multiplicam rapidamente. O acesso à informação amplia-se, mas a duração necessária para maturar interpretações críticas torna-se mais difícil de preservar. A universidade passa então a enfrentar um desafio histórico delicado: incorporar novas mediações tecnológicas sem perder a capacidade de sustentar processos prolongados de reflexão.

Esse desafio revela um aspecto central da mutação ontológica do tempo. O problema não reside apenas na velocidade das transformações tecnológicas ou na circulação acelerada da informação. O que se encontra em jogo é a capacidade das sociedades de preservar espaços institucionais onde o pensamento possa desenvolver-se em

durações suficientemente amplas. Quando o tempo do pensamento se estreita, também se estreita a capacidade das sociedades de compreender plenamente as transformações que atravessam sua própria história.

A mutação ontológica do tempo manifesta-se, portanto, em múltiplas dimensões da vida social. Ela aparece nas dinâmicas financeiras que antecipam continuamente o futuro, nas instituições públicas que enfrentam horizontes de planejamento mais curtos e nas universidades que precisam reorganizar seu trabalho intelectual dentro de ritmos institucionais mais acelerados. O tempo histórico deixa de constituir um campo relativamente estável de desenvolvimento institucional e passa a tornar-se um terreno permanentemente reorganizado por pressões econômicas e tecnológicas.

Nas sociedades dependentes, essa reorganização temporal assume uma intensidade particular. A inserção subordinada no sistema mundial torna essas sociedades mais vulneráveis às oscilações do capital global e às mudanças nas expectativas financeiras internacionais. Nessas condições, a compressão do tempo institucional tende a ocorrer de forma mais abrupta. Políticas econômicas são reformuladas em resposta a pressões externas, projetos nacionais enfrentam interrupções frequentes e instituições públicas precisam adaptar-se continuamente a cenários instáveis. O tempo coletivo torna-se mais difícil de organizar.

Essa dificuldade em preservar durações históricas amplas constitui uma das marcas da modernidade dependente. Enquanto algumas sociedades conseguem manter instituições capazes de planejar em horizontes mais longos, outras são empurradas para ciclos curtos de adaptação e reorganização. A desigualdade entre centro e periferia manifesta-se então também na capacidade de organizar o tempo histórico. Algumas sociedades dispõem de tempo para construir instituições duradouras. Outras precisam responder continuamente a pressões imediatas.

Nesse ponto, a dependência revela sua dimensão temporal mais profunda. O problema central não é apenas a desigualdade de recursos econômicos ou tecnológicos. É também a desigualdade na capacidade

de preservar o tempo necessário para construir projetos históricos próprios.

Talvez seja essa uma das transformações mais silenciosas do capitalismo contemporâneo.

A história não deixou de avançar. Mas o tempo disponível para construí-la tornou-se mais curto. Talvez seja possível compreender essa transformação por meio de uma imagem simples. Durante muito tempo imaginamos que o tempo histórico se parecia com uma estrada larga. As sociedades caminhavam sobre ela construindo cidades, formando universidades, elaborando instituições e acumulando experiências que podiam ser transmitidas de geração em geração. O percurso não era sempre tranquilo, mas a estrada possuía largura suficiente para que projetos coletivos amadurecessem ao longo de décadas. O tempo parecia oferecer espaço para que a história fosse construída.

Hoje essa estrada parece tornar-se mais estreita.

As sociedades continuam caminhando, mas o espaço temporal dentro do qual podem organizar suas decisões torna-se menor. Projetos começam a ser interrompidos antes de consolidar-se, instituições precisam reorganizar-se continuamente e o futuro deixa de aparecer como horizonte aberto para transformar-se em objeto permanente de cálculo. A história continua avançando, mas o caminho dentro do qual ela se desenvolve parece comprimido.

Quando o tempo histórico se estreita, as sociedades passam a experimentar uma sensação difusa de instabilidade permanente. Instituições que antes pareciam capazes de atravessar décadas começam a reorganizar-se continuamente. Políticas públicas são revistas antes mesmo de produzir efeitos duradouros, programas de pesquisa são interrompidos por mudanças administrativas e decisões coletivas passam a responder a horizontes temporais cada vez mais curtos. Esse movimento não se apresenta como ruptura brusca. Ele se instala lentamente na vida social, alterando o ritmo das instituições e a forma pela qual as sociedades organizam sua experiência histórica. O resultado é uma transformação silenciosa na relação entre presente e

futuro. O presente torna-se mais denso, mais carregado de decisões imediatas, enquanto o futuro parece aproximar-se continuamente, comprimindo o espaço temporal onde projetos coletivos poderiam amadurecer.

Essa compressão temporal afeta também a forma pela qual as sociedades elaboram suas expectativas históricas. Durante grande parte da modernidade, o futuro funcionou como um espaço relativamente aberto onde projetos políticos e sociais podiam ser imaginados e disputados. Ideias de desenvolvimento, progresso ou emancipação social pressupunham a existência de durações históricas suficientemente amplas para que essas transformações se realizassem. A reorganização financeira do capitalismo contemporâneo altera essa relação. Quando o capital passa a operar continuamente antecipando expectativas futuras, o horizonte histórico deixa de apresentar a mesma abertura. O futuro continua presente nas decisões econômicas, mas aparece cada vez mais capturado por cálculos que reorganizam permanentemente o presente.

É nesse cenário que a mutação ontológica do tempo se torna plenamente visível. A transformação não consiste apenas em uma aceleração generalizada da vida social, mas em uma alteração mais profunda na maneira como as sociedades articulam passado, presente e futuro. O tempo histórico deixa de constituir um campo relativamente estável de continuidade institucional e passa a ser continuamente reorganizado por operações que antecipam valor e pressionam decisões presentes. O passado permanece como memória, o presente como espaço de ação imediata, mas o futuro deixa de aparecer como horizonte livre para tornar-se objeto permanente de cálculo econômico.

Nas sociedades dependentes, essa transformação assume contornos particularmente intensos. A vulnerabilidade diante das oscilações do capital global faz com que decisões econômicas e políticas respondam continuamente a pressões externas. Políticas públicas precisam adaptar-se rapidamente a mudanças nas expectativas financeiras internacionais, sistemas produtivos reorganizam-se diante

de movimentos abruptos de capitais e instituições enfrentam dificuldades crescentes para preservar trajetórias estáveis. Nessas condições, o tempo institucional torna-se ainda mais estreito. Projetos nacionais encontram dificuldade para consolidar-se e horizontes estratégicos tornam-se mais frágeis.

Essa situação produz um efeito profundo sobre a capacidade das sociedades de pensar sua própria história. Quando o tempo institucional se comprime, também se comprime o espaço onde interpretações críticas podem desenvolver-se. O intelecto social continua existindo, mas passa a operar sob condições temporais mais estreitas. Universidades enfrentam pressões constantes de reorganização, pesquisadores trabalham sob ciclos curtos de avaliação e a produção do conhecimento tende a desenvolver-se dentro de ritmos cada vez mais acelerados. O problema não reside apenas na intensidade do trabalho intelectual, mas na dificuldade crescente de preservar durações históricas necessárias para a maturação do pensamento.

Nesse ponto torna-se possível perceber que a dependência contemporânea não se limita a estruturas econômicas ou tecnológicas. Ela se manifesta também na forma pela qual o tempo histórico se distribui entre as sociedades. Algumas conseguem preservar instituições capazes de planejar em horizontes amplos, enquanto outras são constantemente empurradas para ciclos curtos de adaptação. A desigualdade entre centro e periferia aparece então também como desigualdade na capacidade de organizar o tempo coletivo. A dependência revela-se, assim, como uma forma histórica que opera não apenas sobre recursos ou tecnologias, mas sobre a própria duração das instituições e das expectativas sociais.

Talvez seja nesse ponto que a mutação ontológica do tempo se torna mais visível. O capitalismo contemporâneo não reorganiza apenas a produção e a circulação de riqueza. Ele reorganiza também o modo como o tempo histórico se distribui no interior do sistema mundial. Algumas sociedades conseguem preservar margens temporais relativamente amplas para organizar sua trajetória histórica. Outras são empurradas para um regime temporal mais curto, onde decisões

estratégicas precisam responder continuamente a pressões imediatas. A desigualdade histórica manifesta-se então também como desigualdade na própria largura do tempo disponível para construir o futuro.

Ela opera também através do controle do tempo histórico. Essa transformação permite compreender por que a dependência contemporânea não pode mais ser interpretada apenas como uma relação econômica entre centro e periferia. As categorias clássicas da teoria marxista da dependência continuam fundamentais para compreender a transferência de valor, a superexploração do trabalho e a subordinação produtiva das economias latino-americanas. Entretanto, a financeirização do capitalismo mundial introduziu uma mediação adicional nesse processo. O capital fictício reorganiza permanentemente expectativas, antecipa o futuro e pressiona instituições a responderem a horizontes temporais cada vez mais curtos. Quando essa dinâmica se generaliza, ela passa a interferir diretamente na capacidade das sociedades de organizar suas próprias durações históricas. Projetos nacionais tornam-se mais frágeis, políticas públicas encontram dificuldades para consolidar-se e instituições responsáveis pela produção do conhecimento passam a desenvolver-se sob pressões temporais intensas. A dependência deixa então de manifestar-se apenas na distribuição desigual de recursos econômicos. Ela aparece também na desigualdade entre as sociedades na capacidade de preservar tempo histórico para pensar, planejar e agir coletivamente.

Talvez seja possível imaginar essa transformação por meio de uma imagem simples. Durante muito tempo acreditamos que o tempo histórico se parecia com um campo aberto. As sociedades caminhavam sobre ele construindo cidades, universidades, sistemas científicos e instituições públicas capazes de atravessar gerações. O caminho não era sempre estável, mas possuía espaço suficiente para que projetos coletivos amadurecessem lentamente. Hoje esse campo parece tornar-se mais estreito. As sociedades continuam avançando, mas o espaço temporal dentro do qual podem organizar seu futuro diminui. Projetos começam a ser interrompidos antes de consolidar-se, instituições reorganizam-se continuamente e o tempo disponível para pensar torna-

se mais raro. A história continua em movimento. O que mudou foi a largura do tempo dentro do qual ela se desenvolve.

É nesse estreitamento que se revela a marca da modernidade dependente. A dependência contemporânea não controla apenas recursos. Ela controla o tempo.

Quando o regime temporal do capitalismo se transforma, também se transformam as condições dentro das quais as sociedades organizam suas instituições, suas políticas públicas e suas formas de produção do conhecimento. O tempo deixa de funcionar apenas como o meio no qual os processos sociais se desenvolvem e passa a atuar como elemento ativo na reorganização da vida coletiva.

A expansão do capital fictício e a crescente centralidade das finanças introduziram um mecanismo permanente de antecipação do futuro. Mercados financeiros operam continuamente projetando expectativas sobre rendimentos que ainda não foram produzidos, reorganizando decisões econômicas no presente com base em projeções que podem estender-se muito além da produção material imediata.

Quando esse mecanismo se generaliza, o futuro deixa de ser apenas horizonte de planejamento e torna-se uma força que pressiona continuamente o presente. Decisões econômicas, políticas públicas e estratégias institucionais passam a responder a expectativas que se modificam rapidamente, produzindo uma reorganização constante das condições dentro das quais a vida social se desenvolve.

Essa transformação altera profundamente a experiência histórica das sociedades. Instituições passam a operar em ciclos mais curtos, programas públicos são reorganizados antes de consolidar-se e projetos coletivos enfrentam maiores dificuldades para preservar continuidade ao longo do tempo. O resultado é uma crescente instabilidade das durações sociais.

Nesse contexto, a dependência contemporânea começa a revelar uma dimensão adicional. A desigualdade entre centro e periferia não se manifesta apenas na distribuição de recursos produtivos, tecnologias ou capacidades econômicas. Ela aparece também na

capacidade desigual das sociedades de preservar durações históricas suficientemente amplas para organizar suas próprias trajetórias institucionais.

A dependência passa então a manifestar-se também como dependência temporal.

As sociedades periféricas encontram maiores dificuldades para estabilizar horizontes institucionais prolongados, pois suas decisões econômicas e políticas tornam-se mais sensíveis às oscilações de um sistema financeiro global que reorganiza continuamente expectativas sobre o futuro.

Compreender como essa dependência temporal se materializa nas instituições constitui o próximo passo da análise. É essa questão que orienta o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 4

Dependência pelo controle do tempo nas instituições

As transformações no regime temporal do capitalismo não permanecem confinadas ao funcionamento abstrato dos mercados financeiros ou às dinâmicas da economia global. Elas se materializam nas instituições através das quais as sociedades organizam sua vida coletiva. Estados, sistemas educacionais, universidades, centros de pesquisa e políticas públicas passam gradualmente a operar dentro de novos horizontes temporais.

Durante grande parte do século XX, muitas instituições modernas foram concebidas para funcionar em escalas relativamente longas de tempo. Políticas públicas eram pensadas para décadas, sistemas educacionais desenvolviam-se lentamente e programas de pesquisa científica podiam estender-se por períodos prolongados. A própria ideia de planejamento social pressupunha a possibilidade de organizar projetos coletivos em horizontes temporais amplos.

Entretanto, à medida que o capitalismo contemporâneo reorganiza a relação entre presente e futuro, também se transformam as condições dentro das quais essas instituições operam. Processos que anteriormente se desenvolviam ao longo de décadas passam a ser reorganizados em ciclos cada vez mais curtos. Reformas institucionais tornam-se mais frequentes, programas públicos são avaliados continuamente e decisões administrativas passam a responder a expectativas econômicas mais voláteis.

Essa reorganização não ocorre apenas por razões administrativas ou técnicas. Ela reflete uma transformação mais profunda no modo como o tempo passou a organizar a vida social. Quando o futuro é constantemente antecipado pelos mecanismos financeiros, o presente torna-se mais instável e as instituições precisam adaptar-se continuamente a mudanças rápidas no ambiente econômico e político.

Nesse contexto, a dependência contemporânea revela uma dimensão adicional. A desigualdade entre sociedades não se manifesta apenas na distribuição de riqueza ou na posição ocupada no sistema produtivo mundial. Ela aparece também na capacidade desigual de preservar durações institucionais relativamente estáveis.

Algumas sociedades conseguem manter instituições que planejam em horizontes de longo prazo, permitindo que programas científicos, políticas públicas e sistemas educacionais amadureçam ao longo do tempo. Outras precisam reorganizar continuamente suas estruturas institucionais diante de pressões externas, oscilações econômicas e mudanças rápidas nas expectativas globais.

É nesse ponto que a dependência passa a manifestar-se também como controle do tempo institucional. Compreender como esse controle se materializa nas instituições constitui o objetivo deste capítulo. Se a dependência contemporânea opera também através da reorganização do tempo histórico, seus efeitos tornam-se visíveis sobretudo nas instituições responsáveis por organizar a vida coletiva. Estados, universidades, sistemas científicos e políticas públicas constituem formas históricas através das quais as sociedades procuram estabilizar suas decisões ao longo do tempo. Essas instituições não existem apenas para administrar recursos ou executar políticas. Elas existem também para organizar a duração histórica das escolhas coletivas. É através delas que projetos sociais podem atravessar governos, que sistemas educacionais formam gerações sucessivas e que comunidades científicas acumulam conhecimento ao longo de décadas.

Nas sociedades dependentes, entretanto, essa capacidade institucional de organizar o tempo histórico encontra limites estruturais. Instabilidades econômicas recorrentes, vulnerabilidade diante dos fluxos financeiros internacionais e mudanças frequentes nas políticas públicas tornam mais difícil sustentar projetos coletivos de longo prazo. Instituições continuam existindo, mas passam a operar dentro de horizontes temporais mais estreitos. Planos de desenvolvimento são interrompidos, reformas institucionais sucedem-

se rapidamente e programas públicos precisam adaptar-se continuamente a cenários econômicos instáveis.

É nesse contexto que a dependência contemporânea revela uma de suas dimensões menos visíveis: a dificuldade das sociedades periféricas em preservar durações institucionais amplas.

Quando o tempo das instituições se estreita, também se estreita o espaço dentro do qual decisões coletivas podem amadurecer. Projetos que exigiriam continuidade histórica tornam-se mais frágeis e políticas públicas passam a responder a pressões imediatas. O resultado não é apenas instabilidade administrativa. O resultado é uma reorganização profunda da forma pela qual as sociedades podem imaginar e construir seu próprio futuro.

Essa dificuldade em preservar durações institucionais amplas produz efeitos profundos na forma como as sociedades organizam suas decisões coletivas. Instituições não existem apenas para administrar recursos ou executar políticas públicas. Elas funcionam também como estruturas capazes de estabilizar o tempo social. Quando um sistema educacional forma gerações sucessivas de estudantes ou quando um programa científico atravessa décadas de investigação, o que está sendo preservado não é apenas uma política pública. Preserva-se uma duração histórica dentro da qual o conhecimento, a experiência e a memória institucional podem acumular-se. Nas sociedades dependentes, entretanto, essa continuidade institucional encontra obstáculos recorrentes. Mudanças abruptas nas condições econômicas, reorganizações frequentes nas prioridades políticas e a pressão constante de crises financeiras reduzem o horizonte temporal dentro do qual decisões coletivas podem desenvolver-se. As instituições continuam funcionando, mas passam a fazê-lo dentro de um tempo mais instável, onde a continuidade torna-se mais difícil de sustentar.

Essa instabilidade institucional não aparece sempre de maneira dramática. Muitas vezes ela se manifesta através de pequenas descontinuidades que se acumulam lentamente ao longo do tempo. Programas públicos são interrompidos antes de amadurecer, reformas administrativas sucedem-se em intervalos cada vez menores e iniciativas instituci-

onais precisam adaptar-se continuamente a novos cenários políticos e econômicos. O resultado não é necessariamente o colapso imediato das instituições, mas uma forma particular de fragilidade histórica. As instituições permanecem em funcionamento, mas encontram dificuldade crescente para preservar projetos que exigiriam durações mais longas. O tempo institucional torna-se fragmentado. Cada ciclo administrativo precisa reorganizar aquilo que havia sido iniciado anteriormente, e a continuidade histórica transforma-se em tarefa cada vez mais difícil.

É nesse cenário que a universidade ocupa uma posição particularmente reveladora. Entre todas as instituições modernas, poucas dependem tanto da duração histórica quanto a universidade. A produção do conhecimento exige continuidade, acumulação e transmissão entre gerações. Pesquisas científicas frequentemente atravessam décadas, tradições intelectuais formam-se lentamente e a formação acadêmica pressupõe um tempo relativamente amplo de estudo e reflexão. A universidade não é apenas um espaço de ensino ou pesquisa. Ela constitui uma instituição responsável por organizar a relação entre passado, presente e futuro no interior do intelecto social.

Quando o tempo institucional se comprime, a universidade torna-se um dos lugares onde essa transformação se torna mais visível. Programas de pesquisa enfrentam ciclos curtos de financiamento, professores passam a trabalhar sob sistemas permanentes de avaliação e estudantes percorrem trajetórias acadêmicas cada vez mais aceleradas. A produção do conhecimento continua existindo, mas passa a desenvolver-se sob pressões temporais que dificultam a maturação prolongada das investigações. O trabalho intelectual não desaparece, mas precisa adaptar-se a um ambiente institucional onde a continuidade histórica torna-se mais difícil de preservar.

Nas sociedades dependentes, essa situação assume uma intensidade particular. Universidades enfrentam restrições orçamentárias recorrentes, políticas científicas apresentam continuidade limitada e programas acadêmicos precisam adaptar-se frequentemente a mudanças nas prioridades governamentais. A instituição continua desempenhando seu papel na produção do conhecimento, mas passa a fazê-lo

dentro de um ambiente institucional mais instável. O intelecto social não deixa de existir, mas passa a desenvolver-se dentro de durações mais curtas. O resultado é uma reorganização silenciosa do próprio trabalho intelectual.

Essa reorganização torna-se especialmente visível na experiência cotidiana do professor universitário. O trabalho docente sempre exigiu múltiplas atividades — ensino, pesquisa, orientação e participação institucional. Entretanto, nas últimas décadas, essas atividades passaram a desenvolver-se dentro de um ambiente marcado por pressões temporais cada vez mais intensas. Sistemas de avaliação permanente, exigências de produtividade acadêmica e ciclos curtos de financiamento reorganizam o ritmo da vida universitária. O professor continua sendo responsável por produzir conhecimento e formar novas gerações, mas precisa fazê-lo dentro de um tempo institucional cada vez mais comprimido.

Talvez seja nesse ponto que a dependência temporal se torna mais tangível. Ela não aparece apenas em indicadores econômicos ou estatísticas institucionais. Ela se manifesta na experiência cotidiana de quem trabalha dentro das instituições responsáveis por produzir conhecimento. O professor universitário torna-se, assim, uma espécie de observador privilegiado dessa transformação histórica. Ao mesmo tempo em que participa da produção do intelecto social, ele vive diretamente os efeitos da compressão do tempo institucional que caracteriza a modernidade dependente.

A compressão do tempo institucional torna-se particularmente visível quando observamos a forma como o trabalho acadêmico passou a ser organizado nas últimas décadas. Durante grande parte do século XX, o trabalho do professor universitário desenvolvia-se dentro de um ritmo relativamente amplo. A produção do conhecimento dependia de investigações prolongadas, debates intelectuais contínuos e da formação lenta de comunidades científicas capazes de acumular experiências ao longo do tempo. Esse processo não estava livre de conflitos ou disputas institucionais, mas possuía uma característica fundamental: a possibilidade de maturação prolongada do pensamento.

O trabalho intelectual exigia tempo, e as instituições universitárias procuravam preservar, ainda que de forma imperfeita, as condições necessárias para essa duração.

Nas últimas décadas, entretanto, a organização do trabalho acadêmico começou a modificar-se de maneira significativa. Sistemas de avaliação permanente, indicadores de produtividade científica e mecanismos institucionais de comparação entre pesquisadores passaram a desempenhar papel crescente na vida universitária. Artigos publicados, projetos financiados, citações acumuladas e índices bibliométricos tornaram-se critérios importantes para medir a atividade intelectual. Esses instrumentos foram frequentemente apresentados como mecanismos capazes de aumentar a eficiência institucional e ampliar a visibilidade da produção científica. Contudo, sua difusão também produziu uma reorganização profunda do tempo acadêmico.

Quando o trabalho intelectual passa a ser medido através de ciclos constantes de avaliação, o tempo do professor transforma-se progressivamente em um tempo administrado. Pesquisas precisam produzir resultados em intervalos mais curtos, projetos científicos passam a responder a calendários institucionais cada vez mais rigorosos e trajetórias acadêmicas tornam-se mais intensamente monitoradas. O resultado não é apenas um aumento da carga de trabalho. O que se modifica é a própria estrutura temporal dentro da qual o pensamento se desenvolve. O professor continua produzindo conhecimento, mas precisa fazê-lo dentro de um ambiente institucional que privilegia ritmos mais rápidos de circulação e avaliação.

Essa reorganização temporal produz também efeitos sobre a experiência subjetiva do trabalho acadêmico. O professor universitário passa a viver em um ambiente marcado por prazos permanentes, metas institucionais e expectativas constantes de produtividade. A pesquisa científica continua exigindo concentração prolongada e reflexão cuidadosa, mas o ambiente institucional dentro do qual ela ocorre torna-se cada vez mais fragmentado. O tempo do pensamento precisa conviver com um tempo administrativo que organiza relatórios, avaliações e prestações de contas. A vida intelectual passa a

desenvolver-se dentro de um campo temporal mais dividido, onde a continuidade necessária para a reflexão crítica torna-se mais difícil de preservar.

Nas sociedades dependentes, essa situação assume uma dimensão ainda mais complexa. Universidades enfrentam restrições orçamentárias persistentes, programas de financiamento científico apresentam instabilidade e políticas educacionais mudam frequentemente de direção. Nessas condições, os sistemas de avaliação e produtividade passam a desempenhar também uma função de organização institucional em ambientes marcados por recursos escassos e incertezas administrativas. O produtivismo acadêmico não surge apenas como escolha institucional. Ele aparece também como tentativa de administrar instituições que precisam responder continuamente a pressões externas.

Entretanto, quando a lógica da avaliação permanente se combina com a compressão do tempo institucional característica da modernidade dependente, o resultado pode ser uma intensificação da fragilidade histórica das próprias universidades. Em vez de ampliar a capacidade de investigação de longo prazo, sistemas de produtividade podem reforçar ciclos curtos de produção acadêmica. Pesquisadores precisam adaptar suas investigações a calendários institucionais rígidos, projetos científicos tornam-se mais fragmentados e a continuidade das agendas de pesquisa torna-se mais difícil de preservar. O conhecimento continua sendo produzido, mas desenvolve-se dentro de um ambiente temporal mais estreito.

Talvez seja nesse ponto que o problema da dependência temporal se torna mais visível. A questão não reside apenas na quantidade de trabalho realizada pelos professores ou na intensidade das exigências institucionais. O problema central reside na forma pela qual o tempo do pensamento passa a ser reorganizado. Quando o tempo necessário para amadurecer investigações complexas se torna mais raro, também se torna mais difícil produzir interpretações capazes de compreender plenamente os processos históricos em curso. O

intelecto social continua existindo, mas passa a desenvolver-se dentro de condições temporais mais limitadas.

Nesse sentido, o produtivismo acadêmico pode ser interpretado como uma das formas institucionais através das quais a compressão do tempo histórico se manifesta no interior das universidades. Ele reorganiza o trabalho intelectual não apenas através de indicadores ou métricas, mas através da administração do próprio tempo dos pesquisadores. A dependência contemporânea manifesta-se então também nesse nível microscópico da vida institucional: no modo como o tempo do professor universitário passa a ser organizado, medido e continuamente pressionado.

A compressão do tempo institucional não transforma apenas a organização administrativa das universidades. Ela altera também a própria experiência cotidiana do trabalho intelectual. Durante grande parte da modernidade, a vida acadêmica desenvolveu-se dentro de um ritmo relativamente estável. Professores organizavam suas investigações ao longo de períodos extensos, acompanhavam a formação de gerações sucessivas de estudantes e participavam de debates intelectuais que frequentemente atravessavam décadas. A universidade não era um espaço livre de conflitos ou disputas institucionais, mas possuía uma característica fundamental: permitia que o tempo do pensamento encontrasse abrigo dentro de instituições capazes de preservar certa continuidade histórica.

Essa continuidade tornava possível algo essencial para a vida intelectual: a formação de tradições de pesquisa. Grupos acadêmicos desenvolviam agendas de investigação que se aprofundavam ao longo do tempo, debates teóricos amadureciam progressivamente e conceitos eram elaborados através de processos coletivos de discussão e revisão crítica. O conhecimento não avançava apenas pela descoberta de novas informações, mas também pela sedimentação gradual de interpretações que se acumulavam ao longo das gerações. Esse movimento dependia da existência de instituições capazes de preservar durações relativamente amplas.

Quando o tempo institucional se comprime, essa continuidade começa a tornar-se mais frágil. Programas de pesquisa enfrentam interrupções frequentes, grupos acadêmicos precisam reorganizar-se diante de mudanças administrativas e agendas científicas passam a responder a calendários institucionais cada vez mais curtos. O resultado não é necessariamente a interrupção da produção científica, mas uma reorganização de seu ritmo histórico. Investigações tornam-se mais fragmentadas, projetos precisam adaptar-se a ciclos curtos de financiamento e pesquisadores passam a distribuir sua energia intelectual entre múltiplas demandas institucionais.

Nesse ambiente institucional, o professor universitário passa a desempenhar um papel paradoxal. De um lado, continua sendo responsável por sustentar o trabalho do intelecto social: ensinar, investigar, orientar estudantes e participar da vida acadêmica. De outro, precisa realizar essas atividades dentro de um tempo institucional cada vez mais pressionado. O professor torna-se assim uma figura que vive simultaneamente dois regimes temporais distintos. Existe o tempo do pensamento, que exige concentração prolongada e maturação conceitual, e existe o tempo administrativo das instituições, organizado por prazos, relatórios e ciclos constantes de avaliação.

Essa coexistência de temporalidades produz uma tensão permanente no interior da vida acadêmica. O trabalho intelectual precisa desenvolver-se dentro de um ambiente onde o tempo disponível para pensar se encontra continuamente fragmentado. Professores dividem seus dias entre aulas, reuniões, relatórios institucionais, orientação de estudantes e produção científica. Cada uma dessas atividades é legítima e necessária para o funcionamento da universidade. Entretanto, quando todas elas passam a desenvolver-se dentro de horizontes temporais cada vez mais curtos, torna-se mais difícil preservar os intervalos de silêncio e concentração que o pensamento exige.

Talvez seja nesse ponto que a dependência temporal se torna uma experiência vivida. Ela não aparece apenas como conceito teórico ou como indicador institucional. Ela se manifesta na organização

concreta da vida cotidiana dentro das universidades. O professor universitário precisa produzir conhecimento, mas precisa fazê-lo dentro de um ambiente onde o tempo se apresenta fragmentado em múltiplas demandas simultâneas. O trabalho intelectual continua existindo, mas passa a desenvolver-se dentro de uma temporalidade mais estreita.

Quando observamos a história das instituições modernas, torna-se possível perceber que uma de suas funções mais profundas consiste em estabilizar o tempo social. Estados organizam políticas públicas capazes de atravessar governos, sistemas educacionais formam sucessivas gerações e universidades preservam tradições intelectuais que frequentemente se estendem por décadas. Essas instituições não administram apenas recursos ou políticas. Elas administram durações históricas. Através delas, sociedades conseguem transformar decisões presentes em processos históricos relativamente contínuos.

Nas sociedades dependentes, entretanto, essa capacidade de estabilização temporal encontra limites estruturais. Instabilidades econômicas recorrentes, mudanças frequentes nas orientações políticas e vulnerabilidade diante das oscilações do capital global tornam mais difícil sustentar trajetórias institucionais prolongadas. Planos nacionais são interrompidos antes de consolidar-se, reformas administrativas sucedem-se rapidamente e políticas públicas precisam adaptar-se continuamente a novas condições econômicas. O resultado não é simplesmente instabilidade administrativa. O resultado é uma reorganização da própria duração das instituições.

Quando o tempo institucional se fragmenta, a capacidade das sociedades de projetar seu próprio futuro também se torna mais frágil. Decisões estratégicas passam a responder a horizontes temporais mais curtos e projetos coletivos encontram dificuldade para consolidar-se. A dependência manifesta-se então não apenas na distribuição desigual de recursos ou tecnologias, mas também na desigualdade entre as sociedades na capacidade de organizar o tempo histórico de suas próprias instituições.

A compressão do tempo institucional torna-se particularmente visível quando observamos o funcionamento do Estado nas sociedades dependentes. Durante grande parte do século XX, muitos países latino-americanos procuraram organizar políticas públicas orientadas por horizontes históricos relativamente amplos. Projetos de industrialização, sistemas nacionais de educação e programas de pesquisa científica foram concebidos como iniciativas destinadas a produzir efeitos ao longo de décadas. Essas políticas pressupunham a existência de instituições capazes de preservar continuidade administrativa e estabilidade temporal suficiente para que seus resultados amadurecessem. O Estado funcionava, nesse sentido, como uma estrutura responsável por organizar o tempo coletivo da sociedade.

Entretanto, nas últimas décadas, essa capacidade de organizar durações institucionais mais longas tornou-se progressivamente mais difícil de sustentar. A crescente integração das economias latino-americanas aos fluxos financeiros globais introduziu novas pressões sobre as decisões públicas. Governos passaram a responder continuamente às oscilações dos mercados internacionais, às variações nos fluxos de capitais e às mudanças nas expectativas econômicas globais. Políticas públicas precisam adaptar-se rapidamente a cenários que se transformam em intervalos cada vez menores. Nessas condições, o tempo institucional do Estado começa a reorganizar-se em ciclos mais curtos.

Essa reorganização temporal altera também a forma pela qual decisões estratégicas são concebidas. Programas públicos passam a ser avaliados em intervalos mais reduzidos, reformas administrativas sucedem-se com maior frequência e iniciativas institucionais enfrentam dificuldades para consolidar-se ao longo de períodos prolongados. O problema não reside apenas na instabilidade política ou na escassez de recursos. O que está em transformação é a própria estrutura temporal da ação pública. O Estado continua sendo responsável por organizar políticas coletivas, mas precisa fazê-lo dentro de um ambiente histórico onde o tempo disponível para planejamento de longo prazo se torna mais limitado.

Quando essa compressão temporal se generaliza, seus efeitos alcançam também instituições responsáveis pela produção do conhecimento. Universidades e sistemas científicos dependem profundamente de durações históricas amplas. A formação de pesquisadores exige anos de estudo, programas científicos frequentemente atravessam gerações e tradições intelectuais desenvolvem-se lentamente através de debates acumulados. A universidade constitui uma instituição cuja própria natureza está ligada à preservação de um tempo relativamente longo para o pensamento.

Nas sociedades dependentes, entretanto, essa duração institucional encontra obstáculos crescentes. Políticas científicas tornam-se mais instáveis, programas de financiamento enfrentam interrupções frequentes e instituições acadêmicas precisam adaptar-se continuamente a mudanças nas prioridades governamentais. A universidade continua existindo e produzindo conhecimento, mas passa a fazê-lo dentro de um ambiente institucional mais fragmentado. O tempo necessário para consolidar projetos científicos de longo prazo torna-se mais difícil de preservar.

É nesse contexto que a experiência cotidiana do professor universitário revela com particular clareza os efeitos da dependência temporal. O professor participa simultaneamente de dois processos distintos. De um lado, ele integra comunidades científicas que procuram desenvolver investigações prolongadas e acumular conhecimento ao longo do tempo. De outro, precisa adaptar seu trabalho a instituições que operam dentro de ciclos administrativos cada vez mais curtos. O resultado é uma tensão constante entre o tempo do pensamento e o tempo das instituições.

Essa tensão não aparece apenas como dificuldade organizacional. Ela transforma também a forma pela qual o trabalho intelectual é vivido no cotidiano da universidade. O professor precisa dividir sua atenção entre múltiplas atividades simultâneas: ensino, orientação de estudantes, elaboração de projetos de pesquisa, produção de artigos, participação em reuniões administrativas e preparação de relatórios institucionais. Cada uma dessas tarefas é necessária para o

funcionamento da universidade. Contudo, quando todas elas passam a desenvolver-se dentro de horizontes temporais comprimidos, torna-se mais difícil preservar os intervalos de silêncio e continuidade que o pensamento exige.

Talvez seja nesse ponto que a dependência temporal se torna uma experiência concreta. Ela não se manifesta apenas nos indicadores econômicos ou nas análises institucionais. Ela aparece no modo como o tempo da vida intelectual passa a ser organizado dentro das universidades. O professor continua produzindo conhecimento, mas precisa fazê-lo dentro de um ambiente institucional onde o tempo disponível para pensar se encontra constantemente fragmentado. O intelecto social continua existindo, mas passa a desenvolver-se dentro de durações mais estreitas.

As instituições constituem uma das formas históricas mais importantes através das quais as sociedades organizam o tempo. Universidades, sistemas científicos, políticas públicas, sistemas educacionais e estruturas administrativas são mecanismos que permitem às coletividades estabilizar expectativas e projetar o futuro. Em sociedades onde essas instituições possuem duração histórica relativamente longa, o tempo social tende a adquirir maior densidade. Projetos coletivos podem amadurecer, políticas públicas podem atravessar diferentes governos e comunidades científicas podem desenvolver programas de investigação que se estendem por décadas.

Essa estabilidade institucional não é um detalhe secundário. Ela constitui uma das condições fundamentais para a formação do que pode ser chamado de intelecto social. O pensamento coletivo de uma sociedade não surge espontaneamente. Ele depende de estruturas que preservem memória, acumulem experiências e organizem processos de transmissão do conhecimento entre gerações. Bibliotecas, universidades, centros de pesquisa e sistemas educacionais são, nesse sentido, dispositivos de duração histórica.

Quando essas estruturas conseguem operar ao longo do tempo, o conhecimento deixa de ser apenas uma soma de contribuições individuais e passa a constituir uma forma coletiva de inteligência

histórica. O intelecto social emerge precisamente desse processo de sedimentação temporal.

Nas sociedades periféricas, entretanto, esse processo raramente ocorre de maneira plena. A formação histórica das instituições latino-americanas foi frequentemente marcada por interrupções, descontinuidades e ciclos de reorganização abrupta. Reformas institucionais sucessivas, mudanças bruscas nas políticas públicas, crises fiscais recorrentes e instabilidade econômica produziram um ambiente no qual as instituições raramente conseguem desenvolver durações históricas amplas.

Durante muito tempo, esse fenômeno foi interpretado principalmente como resultado de limitações econômicas ou administrativas. A fragilidade institucional aparecia como consequência de restrições orçamentárias, de déficits de planejamento ou de dificuldades administrativas próprias de Estados em processo de desenvolvimento. Entretanto, quando observamos esse processo a partir da perspectiva aberta pela episteme da teoria da modernidade dependente, torna-se possível perceber que algo mais profundo está em jogo.

A fragilidade institucional não é apenas um problema administrativo. Ela expressa uma transformação mais ampla na forma como o tempo histórico é organizado no capitalismo contemporâneo. A expansão do capital fictício introduziu uma modificação decisiva na relação entre presente e futuro. Mercados financeiros operam antecipando expectativas de rentabilidade, reorganizando decisões econômicas com base em projeções que frequentemente se estendem muito além da produção material imediata. Esse mecanismo produz uma pressão constante para a reorganização rápida das estruturas econômicas e institucionais.

O futuro passa a ser constantemente antecipado. Essa antecipação permanente produz uma consequência paradoxal: ao mesmo tempo em que o sistema econômico projeta continuamente expectativas futuras, ele comprime o tempo disponível para a consolidação das instituições. As políticas públicas passam a ser pensadas em ciclos cada vez mais curtos. Programas institucionais são avaliados antes mesmo de terem tempo para amadurecer. Reformas

administrativas se sucedem com rapidez crescente. Universidades reorganizam seus sistemas de avaliação em intervalos cada vez menores.

O tempo institucional encurta.

Essa compressão temporal não se manifesta apenas no plano das políticas públicas. Ela aparece também no cotidiano das instituições e na vida concreta daqueles que trabalham dentro delas. Na universidade contemporânea, por exemplo, os ciclos de avaliação tornaram-se cada vez mais frequentes. Sistemas de financiamento científico passaram a operar por meio de editais de curta duração. Indicadores quantitativos de produtividade passaram a desempenhar papel central na avaliação do trabalho intelectual.

A produção de conhecimento passa então a ser organizada segundo métricas que privilegiam resultados imediatos. Publicações rápidas, relatórios frequentes e ciclos curtos de financiamento tornam-se critérios dominantes de avaliação acadêmica. O trabalho intelectual, que tradicionalmente exigia tempos longos de maturação, passa a ser submetido a ritmos cada vez mais acelerados.

Essa reorganização altera profundamente a experiência temporal do trabalho intelectual. Pesquisadores passam a dividir seu tempo entre múltiplas tarefas simultâneas: elaboração de projetos, prestação de contas de financiamentos, produção de artigos em ritmo acelerado, participação em avaliações institucionais e organização de relatórios administrativos.

O tempo necessário para a reflexão profunda torna-se cada vez mais raro. Nesse contexto, a dependência contemporânea começa a manifestar-se também como dependência temporal. As instituições periféricas passam a operar dentro de ritmos definidos por centros globais de produção científica, sistemas internacionais de avaliação e circuitos editoriais organizados em escala mundial.

A universidade latino-americana encontra-se então submetida a uma dupla pressão.

Por um lado, ela precisa responder às demandas sociais internas de formação, pesquisa e produção de conhecimento. Por outro, precisa

adaptar-se continuamente aos critérios internacionais que regulam a circulação global da ciência. Essa tensão reorganiza profundamente o trabalho intelectual.

O tempo necessário para pensar tende a ser substituído pelo tempo necessário para responder às exigências do sistema de avaliação. O resultado é uma transformação silenciosa na própria forma de vida acadêmica. A compressão do tempo institucional produz uma nova experiência subjetiva entre professores e pesquisadores: a sensação permanente de urgência.

Projetos precisam ser submetidos rapidamente. Artigos precisam ser publicados em intervalos cada vez menores. Avaliações institucionais exigem relatórios constantes. A vida intelectual passa a ser organizada segundo calendários administrativos que raramente coincidem com o ritmo próprio da elaboração teórica. A dependência temporal torna-se então uma experiência concreta.

Ela se manifesta não apenas na estrutura das instituições, mas também na vida cotidiana daqueles que produzem conhecimento. Quando o tempo institucional se encurta, as consequências ultrapassam o plano administrativo das organizações. A reorganização dos ciclos institucionais altera a própria forma pela qual a vida coletiva se desenvolve. Programas públicos tornam-se mais curtos, projetos científicos precisam responder a avaliações cada vez mais frequentes e decisões administrativas passam a ser tomadas dentro de horizontes temporais mais estreitos.

Essa transformação modifica o papel que as instituições desempenham na vida social. Durante muito tempo, instituições como universidades, sistemas educacionais e estruturas administrativas funcionaram como mecanismos de estabilização do tempo histórico. Elas permitiam às sociedades acumular experiências, preservar memória e desenvolver projetos coletivos ao longo de períodos relativamente longos.

Quando essa estabilidade temporal se enfraquece, também se alteram as condições dentro das quais essas instituições podem exercer suas funções. Reformas tornam-se permanentes, avaliações

multiplicam-se e processos que exigiriam continuidade passam a desenvolver-se em ciclos cada vez mais curtos.

Nesse contexto, a dependência contemporânea revela um de seus aspectos mais profundos. A desigualdade entre sociedades não se manifesta apenas no plano econômico ou tecnológico. Ela aparece também na capacidade desigual de preservar instituições que operem dentro de durações históricas relativamente amplas.

A dependência passa então a manifestar-se como controle do tempo institucional. Sociedades periféricas tornam-se mais vulneráveis às oscilações de um sistema econômico global que reorganiza continuamente expectativas sobre o futuro. Como resultado, suas instituições encontram maiores dificuldades para sustentar projetos de longa duração.

Entretanto, essa transformação não permanece confinada às estruturas institucionais. À medida que os ritmos institucionais se aceleram, também se altera a experiência cotidiana daqueles que trabalham dentro dessas instituições.

A compressão do tempo institucional transforma-se gradualmente em experiência subjetiva. Professores, pesquisadores e trabalhadores do conhecimento passam a viver sob a sensação permanente de urgência: prazos curtos, avaliações frequentes, produção intelectual acelerada e múltiplas tarefas simultâneas. O tempo necessário para a reflexão prolongada torna-se mais raro, enquanto a vida intelectual passa a responder a ritmos cada vez mais intensos.

Quando isso acontece, a mutação do tempo histórico deixa de ser apenas uma transformação estrutural do capitalismo. Ela passa a reorganizar também a forma pela qual indivíduos experimentam sua própria vida cotidiana. Compreender essa dimensão subjetiva da transformação do tempo constitui o problema do capítulo seguinte.

CAPÍTULO 5

Subjetividade na teoria da modernidade dependente

As transformações no regime temporal das instituições não permanecem restritas ao plano das estruturas sociais. À medida que os ritmos institucionais se aceleram e os horizontes temporais se encurtam, modifica-se também a experiência cotidiana daqueles que vivem e trabalham dentro dessas instituições. O tempo social não é apenas uma dimensão abstrata da organização econômica ou administrativa. Ele estrutura igualmente a forma pela qual indivíduos experimentam sua própria vida.

Durante grande parte da história moderna, a vida intelectual desenvolveu-se em ritmos relativamente longos. A formação acadêmica, a elaboração teórica e a produção científica pressupunham períodos prolongados de investigação, reflexão e maturação das ideias. A construção do conhecimento era frequentemente imaginada como um processo cumulativo no qual cada geração podia aprofundar o trabalho realizado pelas anteriores.

Entretanto, a reorganização temporal das instituições nas últimas décadas começou a alterar profundamente essa experiência.

A aceleração da vida intelectual

A reorganização temporal das instituições acadêmicas produziu uma alteração perceptível na experiência cotidiana da vida intelectual. O trabalho que antes se desenvolvia em ritmos relativamente longos passou a ser atravessado por prazos sucessivos, avaliações frequentes e múltiplas demandas simultâneas. A agenda do professor e do pesquisador fragmenta-se em uma sequência contínua de tarefas que raramente permitem períodos prolongados de concentração.

Esse processo não ocorre de maneira abrupta. Ele instala-se gradualmente através de reformas institucionais, novos sistemas de avaliação e a multiplicação de exigências administrativas. Cada

mudança isolada parece pequena, mas, somadas ao longo do tempo, essas transformações produzem uma reorganização profunda do cotidiano acadêmico.

A consequência mais visível dessa transformação é a sensação constante de urgência. A aceleração institucional produz também uma fragmentação crescente da experiência temporal. O trabalho intelectual deixa de desenvolver-se em períodos relativamente contínuos e passa a organizar-se em intervalos cada vez menores, interrompidos por tarefas administrativas, reuniões e prazos sucessivos.

Essa fragmentação altera a própria forma de pensar. A elaboração teórica exige frequentemente momentos prolongados de leitura, silêncio e reflexão. Entretanto, quando o tempo se divide em múltiplos fragmentos, torna-se mais difícil sustentar processos longos de concentração intelectual. O resultado não é necessariamente o desaparecimento da reflexão crítica, mas a transformação de suas condições de possibilidade.

Ansiedade e tempo histórico

Quando a compressão temporal se torna parte da vida cotidiana das instituições, ela começa a manifestar-se também como experiência emocional. A sensação permanente de urgência produz formas específicas de tensão e ansiedade entre aqueles que trabalham no interior dessas estruturas.

A ansiedade não aparece aqui apenas como fenômeno psicológico individual. Ela expressa uma relação histórica particular entre sujeito e tempo. Quando os horizontes institucionais se encurtam e as exigências de produtividade se multiplicam, o indivíduo passa a experimentar o tempo como algo que escapa continuamente de seu controle.

Nesse sentido, a ansiedade contemporânea pode ser interpretada como um sintoma da reorganização histórica do tempo nas sociedades da teoria da modernidade dependente.

Quando a experiência subjetiva do tempo se transforma dessa maneira, ela revela algo importante sobre o funcionamento mais amplo da teoria da modernidade dependente. A aceleração institucional não representa apenas uma mudança administrativa ou organizacional. Ela expressa uma transformação mais profunda no modo como o tempo passou a estruturar a vida social. Entretanto, as mudanças no regime temporal das sociedades não afetam apenas as instituições tradicionais. Nos últimos anos, novas tecnologias passaram a desempenhar papel crescente na reorganização da produção e circulação do conhecimento. Entre essas transformações destaca-se o surgimento da inteligência artificial como nova mediação técnica no trabalho intelectual. É essa questão que orienta o capítulo seguinte.

As transformações no regime temporal das instituições não permanecem restritas ao plano das estruturas sociais. À medida que os ritmos institucionais se aceleram e os horizontes temporais se encurtam, também se modifica a experiência cotidiana daqueles que vivem e trabalham dentro dessas instituições. O tempo social não é apenas uma dimensão abstrata da organização econômica ou administrativa. Ele estrutura igualmente a forma pela qual indivíduos experimentam sua própria vida.

Entretanto, a reorganização temporal das instituições nas últimas décadas começou a alterar profundamente essa experiência. Sistemas de avaliação mais frequentes, ciclos curtos de financiamento e a multiplicação de exigências administrativas passaram a reorganizar o cotidiano da vida acadêmica. Professores e pesquisadores passaram a dividir seu tempo entre múltiplas tarefas simultâneas, muitas vezes sob prazos cada vez mais curtos.

Essa transformação não altera apenas a organização do trabalho. Ela modifica também a experiência subjetiva do tempo. O sentimento de urgência permanente torna-se parte da vida cotidiana. Projetos precisam ser concluídos rapidamente, relatórios devem ser entregues em intervalos cada vez menores e a produção intelectual passa a responder a calendários institucionais mais intensos.

Quando esse processo se generaliza, a aceleração institucional transforma-se gradualmente em uma nova forma de experiência subjetiva. A vida intelectual passa a desenvolver-se sob a sensação constante de insuficiência temporal. O tempo parece sempre menor do que o necessário para realizar plenamente as tarefas exigidas. Nesse contexto, a mutação do tempo histórico deixa de ser apenas uma transformação estrutural do capitalismo contemporâneo. Ela passa a reorganizar também a forma pela qual indivíduos experimentam sua própria existência dentro das instituições. A transformação da experiência subjetiva do tempo manifesta-se de diversas maneiras. Em muitos contextos acadêmicos, professores e pesquisadores convivem com agendas fragmentadas, nas quais diferentes atividades competem continuamente pelo mesmo intervalo de tempo. Ensino, orientação de estudantes, elaboração de projetos, produção de artigos, participação em comissões e tarefas administrativas tornam-se parte de uma rotina que raramente permite períodos prolongados de concentração intelectual.

Essa fragmentação altera a própria natureza do trabalho intelectual. A reflexão teórica exige frequentemente longos períodos de leitura, elaboração conceitual e maturação das ideias. Entretanto, quando o tempo disponível para essas atividades se torna escasso, o pensamento tende a adaptar-se aos ritmos institucionais dominantes.

Nesse cenário, a produção do conhecimento pode passar a responder mais às exigências de avaliação do que às necessidades internas da investigação científica. Publicações tornam-se mais frequentes, mas nem sempre correspondem a processos prolongados de reflexão. A lógica da produtividade passa a organizar uma parte crescente da vida intelectual.

Essa reorganização temporal não significa que o pensamento crítico desapareça. Pelo contrário, ele continua a emergir em diferentes espaços da vida acadêmica. Entretanto, suas condições de possibilidade tornam-se mais frágeis quando o tempo necessário para a elaboração teórica prolongada se torna cada vez mais raro. Assim, a compressão do tempo institucional produz também uma transformação na

subjetividade daqueles que trabalham no interior das instituições de conhecimento. A experiência cotidiana do trabalho intelectual passa a ser marcada por tensões constantes entre a necessidade de reflexão prolongada e as exigências imediatas da vida institucional.

Quando a experiência subjetiva do tempo se transforma dessa maneira, ela revela algo importante sobre o funcionamento mais amplo da teoria da modernidade dependente. A aceleração institucional não representa apenas uma mudança administrativa ou organizacional. Ela expressa uma transformação mais profunda no modo como o tempo passou a estruturar a vida social.

A dependência contemporânea manifesta-se, portanto, em múltiplos níveis. Ela aparece nas estruturas econômicas, nas instituições e também na experiência cotidiana daqueles que vivem e trabalham dentro dessas instituições. O controle do tempo histórico torna-se um elemento central dessa transformação.

Entretanto, as mudanças no regime temporal das sociedades não afetam apenas as instituições tradicionais. Nos últimos anos, novas tecnologias passaram a desempenhar papel crescente na reorganização da produção e circulação do conhecimento.

Entre essas transformações destaca-se o surgimento da inteligência artificial como nova mediação técnica no trabalho intelectual. Sistemas capazes de processar grandes volumes de informação e produzir linguagem em alta velocidade começam a modificar a forma pela qual o conhecimento é produzido, organizado e disseminado.

Compreender o papel dessa nova mediação tecnológica torna-se essencial para interpretar as transformações contemporâneas do intelecto social. É essa questão que orienta o capítulo seguinte.

CAPÍTULO 6

Inteligência artificial e o tempo do intelecto social

Nas primeiras horas da manhã, quando o dia ainda está nascendo, o tempo costuma mover-se lentamente. Abrimos os olhos ainda ofuscados pela luz que entra pela janela e permanecemos por alguns instantes entre o sono e a vigília. O pensamento desperta devagar. Antes que as tarefas comecem, imaginamos o dia que virá. Nesse momento inicial, o tempo parece amplo e silencioso, como se cada hora pudesse desenvolver-se plenamente.

À medida que o dia avança, entretanto, essa lentidão inicial começa a transformar-se. As atividades multiplicam-se, as mensagens chegam, compromissos se sucedem e as horas passam a organizar-se segundo agendas cada vez mais densas. Aquilo que pela manhã parecia largo começa gradualmente a estreitar-se. O tempo acelera.

Essa pequena experiência cotidiana oferece uma imagem simples de um processo mais amplo que atravessa as sociedades contemporâneas. Nas últimas décadas, as condições históricas da produção do conhecimento começaram a modificar-se profundamente. Durante grande parte da modernidade, o pensamento intelectual desenvolveu-se em ritmos relativamente longos. Universidades, bibliotecas e comunidades científicas funcionaram como instituições capazes de preservar o tempo necessário para a investigação, para a reflexão teórica e para a maturação das ideias.

Essa duração institucional constituiu uma das bases históricas do que pode ser chamado de intelecto social: a capacidade coletiva de uma sociedade pensar a si mesma. Entretanto, a reorganização recente do capitalismo e das tecnologias digitais começa a alterar parte dessas condições. O surgimento de sistemas de inteligência artificial capazes de processar grandes volumes de informação em intervalos extremamente curtos modifica o ambiente temporal dentro do qual o conhecimento é produzido e organizado.

Pela primeira vez na história, certas operações associadas ao trabalho intelectual — busca de informações, organização de textos, reconhecimento de padrões e produção preliminar de linguagem — podem ser realizadas em velocidades muito superiores ao ritmo tradicional da investigação humana. Essa transformação não elimina o pensamento humano, mas altera o tempo do intelecto social.

A produção do conhecimento nunca foi um processo puramente individual. Desde o surgimento das primeiras universidades modernas, o pensamento desenvolveu-se dentro de instituições que permitiam a acumulação progressiva de investigações, debates e tradições intelectuais. Bibliotecas preservavam textos, universidades organizavam a transmissão do saber entre gerações e comunidades científicas estabeleciam métodos e linguagens comuns.

Essas instituições funcionaram historicamente como estruturas de duração. Elas protegiam o tempo necessário para que o pensamento pudesse amadurecer. A elaboração conceitual raramente surge de maneira imediata. Ela exige leitura prolongada, comparação de hipóteses, discussão entre pesquisadores e a lenta formação de tradições teóricas.

Esse processo cumulativo constitui uma das bases históricas do intelecto social. Uma sociedade torna-se capaz de pensar a si mesma quando dispõe de instituições capazes de preservar e transmitir conhecimento ao longo do tempo. O intelecto social nasce, portanto, da relação entre investigação intelectual e duração institucional.

Entretanto, quando as condições temporais dessas instituições se transformam, também se alteram as condições dentro das quais o conhecimento é produzido.

A aceleração das operações cognitivas

A introdução de sistemas de inteligência artificial modifica parte desse cenário. Pela primeira vez na história, certas operações cognitivas associadas ao trabalho intelectual podem ser realizadas por sistemas

técnicos capazes de processar grandes volumes de informação em intervalos extremamente curtos.

Busca bibliográfica, organização de dados, identificação de padrões em grandes conjuntos de informações e produção preliminar de linguagem passam a ser realizadas com velocidades que ultrapassam amplamente o ritmo tradicional da investigação humana.

Essa transformação não elimina o pensamento humano. Entretanto, ela modifica o ambiente temporal dentro do qual o pensamento se desenvolve. O trabalho intelectual passa a ocorrer em um campo informacional mais denso e mais rápido. A circulação de textos acelera-se, a disponibilidade de dados aumenta e o acesso ao conhecimento torna-se mais imediato. Essa aceleração das operações cognitivas participa da mesma reorganização temporal que caracteriza a teoria da modernidade dependente.

A inteligência artificial não surge em um vazio histórico. Ela aparece em um contexto marcado pela compressão crescente do tempo institucional e pela reorganização das expectativas econômicas e sociais. Nas últimas décadas, o capitalismo contemporâneo passou a operar cada vez mais através de mecanismos que antecipam o futuro: mercados financeiros, sistemas de crédito e redes globais de informação reorganizam continuamente decisões no presente com base em expectativas futuras. Esse processo altera o regime temporal das sociedades.

Instituições passam a funcionar em ciclos mais curtos, decisões políticas respondem a horizontes mais imediatos e a produção do conhecimento passa a desenvolver-se em ambientes informacionais mais intensos.

Nesse contexto, a inteligência artificial passa a integrar o mesmo regime temporal. Ao acelerar determinadas operações cognitivas, essas tecnologias participam da reorganização das condições históricas da produção do conhecimento.

Dependência cognitiva

Nas sociedades periféricas, essa transformação tecnológica adquire uma dimensão adicional. A infraestrutura digital necessária para o desenvolvimento de sistemas avançados de inteligência artificial permanece amplamente concentrada em países centrais do sistema econômico mundial.

Centros de dados, plataformas de processamento de informação e grandes sistemas de inteligência artificial são desenvolvidos principalmente em contextos tecnológicos específicos. Como resultado, muitas sociedades passam a produzir conhecimento dentro de ambientes informacionais organizados por infraestruturas tecnológicas externas.

Nesse cenário, a reorganização do intelecto social pode reproduzir novas formas de dependência. A dependência contemporânea manifesta-se então também no plano cognitivo. O tempo da produção do conhecimento passa a ser parcialmente organizado por tecnologias cuja lógica de desenvolvimento se encontra fora das sociedades que as utilizam. Assim, a dependência não se limita mais à esfera econômica ou produtiva. Ela alcança também a temporalidade do conhecimento.

Inteligência artificial e reorganização do trabalho intelectual

A introdução de sistemas de inteligência artificial também começa a modificar a maneira como o trabalho intelectual é organizado nas instituições de conhecimento. Durante grande parte da história moderna, a investigação científica desenvolveu-se através de práticas relativamente estáveis: leitura extensa, produção gradual de textos, discussão entre pares e construção progressiva de argumentos teóricos.

Essas práticas dependiam de um ritmo particular de trabalho. O pesquisador precisava percorrer bibliografias extensas, reunir documentos, comparar interpretações e elaborar lentamente a estrutura

conceitual de seu próprio pensamento. O tempo da investigação estava profundamente ligado ao esforço humano necessário para reunir e organizar o conhecimento disponível.

Com a introdução de sistemas capazes de localizar rapidamente informações, organizar referências e auxiliar na estruturação de textos, parte dessas tarefas passa a ser realizada em intervalos muito menores.

Essa mudança não substitui o trabalho intelectual humano, mas altera o ambiente dentro do qual ele se desenvolve. Pesquisadores passam a trabalhar em condições informacionais nas quais o acesso a dados e textos se torna muito mais rápido. O resultado é uma reorganização gradual das práticas cotidianas de produção do conhecimento. O trabalho intelectual continua exigindo reflexão, interpretação e elaboração conceitual. Entretanto, muitas das operações preparatórias que antes ocupavam grande parte do tempo da investigação passam a ocorrer de maneira mais acelerada.

Compressão do tempo do conhecimento

Essa reorganização técnica participa de um fenômeno mais amplo: a compressão do tempo do conhecimento. À medida que o acesso à informação se torna mais rápido e a circulação de textos se intensifica, o próprio ritmo da produção intelectual tende a modificar-se. Ideias circulam com maior rapidez, debates acadêmicos desenvolvem-se em intervalos mais curtos e novas pesquisas surgem continuamente em diferentes partes do mundo. O campo do conhecimento torna-se mais dinâmico, mas também mais instável.

Essa aceleração não significa necessariamente maior profundidade intelectual. Pelo contrário, ela pode produzir uma tensão entre velocidade informacional e reflexão conceitual.

A elaboração teórica continua exigindo tempo. Conceitos complexos não surgem instantaneamente. Eles dependem de maturação intelectual, de diálogo crítico e de experiências acumuladas ao longo de anos de investigação. Quando o ambiente informacional se acelera excessivamente, essa tensão torna-se mais visível.

O intelecto social passa então a desenvolver-se em um campo temporal marcado por duas forças distintas: de um lado, a aceleração técnica das operações cognitivas; de outro, a persistente necessidade de duração para a elaboração do pensamento. Nesse momento, a experiência do tempo modifica-se novamente. Curiosamente, o que permanece na memória não são apenas os acontecimentos que preencheram as horas. O que retorna com maior intensidade são as sensações que acompanharam esses acontecimentos: a pressão de determinados momentos, a tranquilidade de certos intervalos, a inquietação produzida por prazos e expectativas.

O dia não permanece apenas como uma sequência de fatos. Ele permanece como experiência. Essa pequena cena cotidiana permite compreender algo essencial sobre a transformação do tempo nas sociedades contemporâneas. Durante o dia, quando estamos imersos no fluxo contínuo de tarefas, decisões e informações, o tempo parece acelerar continuamente. No entanto, quando o movimento diminui e a experiência se recolhe na memória, o tempo volta a revelar sua espessura.

Algo semelhante ocorre com o intelecto social. A inteligência artificial acelera determinadas operações cognitivas, reorganiza o acesso à informação e modifica o ambiente dentro do qual o conhecimento é produzido. Entretanto, essa aceleração técnica não elimina a necessidade de duração para a elaboração do pensamento. O conhecimento continua exigindo tempo para maturar, para ser discutido e para encontrar sua forma conceitual. Entre a velocidade das máquinas e a duração necessária do pensamento humano instala-se então uma tensão característica da teoria da modernidade dependente. É dentro dessa tensão que o intelecto social precisa aprender novamente a pensar o tempo.

CAPÍTULO 7

Episteme da teoria da modernidade dependente

O problema do tempo histórico

As sociedades raramente percebem imediatamente as transformações que atravessam seu próprio tempo histórico. Durante longos períodos, as instituições continuam funcionando, as práticas intelectuais mantêm suas rotinas e a linguagem permanece aparentemente estável. Entretanto, sob essa superfície de continuidade, mudanças profundas podem estar em curso.

Algo semelhante ocorre com o tempo. Durante grande parte da modernidade, o tempo histórico foi compreendido como um movimento relativamente contínuo de expansão das instituições e das capacidades sociais. Universidades consolidavam-se ao longo de décadas, políticas públicas eram pensadas para horizontes relativamente amplos e tradições intelectuais amadureciam lentamente dentro de comunidades científicas.

Essa experiência temporal sustentou uma parte importante do pensamento social moderno. Entretanto, nas últimas décadas, essa configuração começou a modificar-se. As instituições passaram a operar em ciclos mais curtos, as expectativas econômicas tornaram-se mais instáveis e o horizonte temporal das decisões coletivas encurtou-se de maneira perceptível.

A transformação não se limita a um setor específico da vida social. Ela atravessa a economia, a política, a cultura e também a produção do conhecimento. Nesse contexto, o tempo deixa de aparecer apenas como o pano de fundo neutro da vida social e passa a revelar-se como uma dimensão central das próprias transformações históricas.

Da dependência econômica à dependência temporal. Durante grande parte do século XX, a teoria marxista da dependência mostrou que as economias latino-americanas participavam do capitalismo mundial em condições estruturalmente subordinadas. Autores como

Ruy Mauro Marini (2000), Vânia Bambirra (1978) e Theotonio dos Santos (2000) demonstraram que essa subordinação não se explicava apenas por atraso histórico, mas por uma forma específica de inserção no sistema mundial.

A transferência de valor, a superexploração do trabalho e a especialização produtiva constituíam mecanismos centrais dessa relação desigual. Essa interpretação permitiu compreender com grande precisão a lógica econômica da dependência.

Entretanto, as transformações recentes do capitalismo sugerem que essa interpretação precisa ser ampliada. A expansão do capital financeiro, a centralidade crescente das expectativas econômicas e a reorganização das decisões no presente com base em projeções futuras introduzem uma nova dimensão no funcionamento do sistema.

A dependência deixa então de manifestar-se apenas através da transferência de valor entre economias centrais e periféricas. Ela passa a aparecer também na forma como o tempo histórico das instituições é organizado.

Nas sociedades periféricas, o horizonte temporal das políticas públicas tende a encurtar-se, os projetos institucionais tornam-se mais instáveis e a continuidade das iniciativas coletivas torna-se mais difícil de sustentar. Nesse sentido, a dependência contemporânea pode ser compreendida também como uma forma de dependência temporal. A transformação do tempo histórico produz consequências diretas para o funcionamento do intelecto social. Universidades, centros de pesquisa e comunidades científicas dependem de durações relativamente amplas para produzir conhecimento. A investigação teórica raramente se desenvolve em intervalos curtos. Ela exige continuidade institucional, estabilidade de financiamento e tempo para que hipóteses sejam formuladas, debatidas e refinadas.

Durante grande parte do século XX, muitas universidades latino-americanas puderam desenvolver parcialmente esse tipo de duração. Mesmo em contextos marcados por dependência econômica e instabilidade política, as instituições acadêmicas conseguiram construir tradições intelectuais capazes de produzir interpretações

originais sobre a realidade social da região. Foi nesse ambiente que surgiram algumas das reflexões mais importantes sobre dependência, desenvolvimento e desigualdade histórica.

Entretanto, quando o tempo institucional começa a encurtar-se, também se transformam as condições dentro das quais o intelecto social opera. Projetos de longo prazo tornam-se mais difíceis de sustentar, políticas científicas tornam-se instáveis e o horizonte temporal da investigação tende a fragmentar-se.

A crise da duração institucional torna-se então também uma crise das condições históricas da produção do conhecimento.

A Episteme da teoria da modernidade dependente

Diante dessas transformações, torna-se necessário desenvolver uma nova perspectiva de interpretação histórica. A Episteme da teoria da modernidade dependente emerge justamente da tentativa de compreender como a reorganização do tempo social modifica as condições dentro das quais as sociedades produzem conhecimento.

Essa episteme parte do reconhecimento de que o tempo não constitui apenas o pano de fundo neutro da história. Ele participa ativamente da organização das instituições, da experiência social e da produção do pensamento.

Quando o regime temporal das sociedades se transforma, também se transformam as formas de conhecimento capazes de interpretar essas sociedades.

A Episteme da teoria da modernidade dependente procura compreender precisamente esse processo. Ela busca interpretar a compressão do tempo institucional, a aceleração das operações cognitivas e as novas formas de dependência que emergem nesse contexto histórico. Mais do que uma teoria isolada, ela constitui uma tentativa de tornar inteligível a experiência histórica de sociedades que vivem sob condições de duração cada vez mais instáveis.

O futuro do intelecto social

As transformações analisadas ao longo deste livro mostram que o tempo deixou de ser apenas o cenário silencioso dentro do qual os acontecimentos históricos se desenvolvem. Ele tornou-se uma dimensão ativa das próprias transformações sociais.

Quando o regime temporal de uma sociedade se modifica, também se transformam as condições dentro das quais as instituições funcionam, as políticas públicas são formuladas e o conhecimento é produzido. Nas sociedades dependentes, essa transformação adquire uma intensidade particular. A compressão do tempo institucional, a instabilidade dos horizontes políticos e a reorganização das expectativas econômicas tornam mais difícil sustentar projetos coletivos de longa duração. Instituições que necessitam de tempo para amadurecer passam a operar em ambientes marcados por urgências permanentes.

Nesse contexto, o intelecto social enfrenta um desafio histórico. A produção do conhecimento continua exigindo duração, reflexão e debate crítico. Entretanto, as condições institucionais e tecnológicas dentro das quais esse conhecimento se desenvolve tornam-se cada vez mais aceleradas.

A tensão entre velocidade e duração torna-se então uma característica central da teoria da modernidade dependente. Compreender essa tensão é uma das tarefas fundamentais do pensamento contemporâneo. Nas sociedades marcadas pela dependência histórica, essa tarefa adquire um significado ainda mais profundo. Pensar o tempo significa compreender as condições dentro das quais as sociedades podem imaginar seu próprio futuro.

A Episteme da teoria da modernidade dependente surge, portanto, como uma tentativa de tornar inteligível essa nova configuração histórica. Ela não pretende oferecer respostas definitivas. Seu objetivo é tornar visível uma transformação que muitas vezes permanece difusa na experiência cotidiana: a reorganização do tempo histórico que atravessa as instituições, o conhecimento e a vida social nas sociedades contemporâneas. Compreender essa transformação

talvez seja um dos primeiros passos para recuperar a capacidade de pensar o futuro.

Inteligência artificial e transformação da leitura

Durante séculos, a leitura constituiu uma das práticas centrais do trabalho intelectual. Bibliotecas, arquivos e coleções de livros organizaram o ambiente material dentro do qual pesquisadores e estudantes entravam em contato com o conhecimento acumulado pelas gerações anteriores. A investigação científica dependia de percursos relativamente lentos: localizar textos, percorrer capítulos, comparar argumentos, anotar conceitos e gradualmente construir uma interpretação própria.

Esse processo implicava uma temporalidade particular. A leitura profunda exige concentração prolongada, continuidade de atenção e tempo para que ideias complexas possam ser assimiladas. Ao longo da modernidade, o desenvolvimento das universidades esteve intimamente ligado à preservação desse tipo de experiência intelectual.

Entretanto, a expansão das tecnologias digitais e dos sistemas de inteligência artificial começa a modificar parte dessas condições.

O acesso ao conhecimento torna-se mais imediato. Ferramentas de busca permitem localizar rapidamente textos, conceitos e referências em grandes bases de dados. Sistemas de inteligência artificial são capazes de organizar informações, resumir argumentos e indicar relações entre diferentes conjuntos de textos.

Essas tecnologias ampliam as possibilidades de acesso ao conhecimento, mas também transformam a forma como a leitura é realizada. A investigação intelectual deixa de depender exclusivamente de percursos lineares através de livros e artigos e passa a desenvolver-se em ambientes informacionais mais fragmentados. O pesquisador pode acessar rapidamente diferentes textos, comparar argumentos em intervalos menores e circular entre múltiplas fontes de informação.

Essa reorganização técnica modifica a temporalidade da leitura.

O tempo longo da leitura sequencial começa a coexistir com formas mais rápidas de navegação informacional. A consulta a textos torna-se mais dinâmica, mas também mais fragmentada. Nesse sentido, a inteligência artificial participa de uma transformação mais ampla do ambiente cognitivo dentro do qual o intelecto social opera.

A produção do conhecimento passa a desenvolver-se em um campo informacional mais acelerado, no qual a leitura tradicional convive com novas formas de acesso e organização da informação.

Inteligência artificial e mutação do trabalho intelectual

A reorganização do ambiente informacional produzida pelas tecnologias digitais não afeta apenas a leitura. Ela modifica também a própria estrutura do trabalho intelectual. Durante grande parte da modernidade, a investigação científica desenvolveu-se como uma atividade fortemente vinculada à experiência individual do pesquisador. O trabalho consistia em percorrer bibliografias extensas, reunir documentos dispersos, comparar argumentos e gradualmente construir uma interpretação própria sobre determinado problema.

Esse processo implicava uma temporalidade específica. A produção do conhecimento dependia de longos períodos de dedicação concentrada, nos quais o pesquisador avançava lentamente através de materiais que precisavam ser localizados, analisados e interpretados. Com a expansão das tecnologias digitais e dos sistemas de inteligência artificial, parte dessas tarefas começa a modificar-se. A localização de textos, a organização de referências e a identificação de conexões entre diferentes conjuntos de informações podem ser realizadas em intervalos muito menores. O pesquisador passa a operar em um ambiente informacional no qual grandes volumes de dados se encontram permanentemente disponíveis.

Essa transformação não elimina o trabalho intelectual humano. A elaboração conceitual, a interpretação crítica e a construção de argumentos continuam dependendo da capacidade reflexiva dos pesquisadores. Entretanto, o contexto dentro do qual esse trabalho se

desenvolve torna-se diferente. A investigação passa a ocorrer em um campo informacional mais amplo e mais rápido. O pesquisador interage constantemente com bases de dados, plataformas digitais e ferramentas de análise que ampliam o acesso ao conhecimento acumulado.

Essa reorganização técnica altera também a experiência do tempo no trabalho intelectual. Operações que anteriormente exigiam longos períodos de busca e organização passam a ocorrer rapidamente, enquanto outras dimensões da investigação — como a reflexão teórica — continuam dependendo de durações prolongadas. O resultado é uma tensão crescente entre a velocidade técnica das ferramentas digitais e a temporalidade mais lenta necessária para a elaboração do pensamento. Essa tensão torna-se uma das características centrais da produção do conhecimento na teoria da modernidade dependente. A transformação do ambiente informacional não altera apenas a leitura e a organização do trabalho intelectual. Ela também começa a modificar a própria prática da escrita. Durante séculos, escrever foi uma atividade inseparável do ritmo individual do pensamento. O autor elaborava seus argumentos lentamente, revisava parágrafos, reorganizava ideias e avançava gradualmente na construção de um texto.

Esse processo implicava uma temporalidade particular. A escrita exigia pausas, retornos e reinterpretações. Muitas vezes, um argumento precisava ser formulado várias vezes antes de encontrar sua forma definitiva.

A introdução de sistemas de inteligência artificial capazes de auxiliar na produção de linguagem modifica parcialmente esse cenário. Ferramentas digitais podem sugerir estruturas textuais, organizar informações e auxiliar na redação preliminar de ideias. O processo de escrita passa então a desenvolver-se em um ambiente técnico que oferece diferentes formas de apoio à elaboração textual.

Entretanto, essa transformação não elimina o papel do autor. A produção de argumentos, a organização conceitual de um texto e a definição de sua orientação interpretativa continuam dependendo da

capacidade reflexiva do escritor. O que se modifica é o ambiente dentro do qual a escrita se desenvolve.

A elaboração textual passa a ocorrer em diálogo constante com ferramentas técnicas capazes de acelerar determinadas operações linguísticas. Essa aceleração introduz uma nova dimensão temporal na escrita.

Enquanto certas tarefas de organização textual tornam-se mais rápidas, o trabalho de reflexão conceitual continua exigindo durações mais amplas. Assim como ocorre na leitura e na investigação científica, a escrita passa a desenvolver-se dentro de uma tensão entre velocidade técnica e elaboração intelectual.

Essa tensão torna-se uma das marcas do trabalho intelectual na teoria da modernidade dependente. As transformações tecnológicas que reorganizam a leitura, o trabalho intelectual e a escrita também modificam a temporalidade do próprio conhecimento. Durante grande parte da modernidade, a produção científica desenvolveu-se dentro de ritmos relativamente estáveis. Novas teorias surgiam gradualmente, debates intelectuais amadureciam ao longo de décadas e as tradições científicas consolidavam-se através de sucessivas gerações de pesquisadores.

Esse processo cumulativo produzia uma forma específica de temporalidade intelectual. O conhecimento avançava lentamente, apoiando-se na continuidade das instituições e na transmissão progressiva de conceitos e métodos. Entretanto, o ambiente informacional contemporâneo começa a alterar parte dessa dinâmica. A circulação de textos torna-se mais rápida, novos resultados de pesquisa difundem-se imediatamente através de redes digitais e debates acadêmicos passam a desenvolver-se em intervalos muito menores. O campo do conhecimento torna-se mais dinâmico, mas também mais instável.

Nesse contexto, a inteligência artificial participa da reorganização dessa temporalidade. Sistemas capazes de processar grandes volumes de dados podem identificar relações entre informações dispersas, auxiliar na organização de materiais de pesquisa e acelerar determinadas operações cognitivas. O conhecimento passa

então a desenvolver-se dentro de um ambiente informacional mais veloz, no qual diferentes elementos podem ser mobilizados rapidamente. Essa aceleração produz uma nova tensão.

Por um lado, o acesso ao conhecimento torna-se mais amplo e mais imediato. Pesquisadores podem explorar grandes conjuntos de informações e comparar diferentes interpretações com maior rapidez. Por outro, a elaboração conceitual profunda continua dependendo de tempo.

Ideias complexas não surgem instantaneamente. Elas exigem maturação intelectual, diálogo crítico e continuidade institucional. Assim, o conhecimento contemporâneo passa a desenvolver-se dentro de um campo temporal marcado por duas forças distintas: a aceleração técnica das operações cognitivas e a persistente necessidade de duração para a reflexão teórica. Essa tensão entre velocidade e duração torna-se uma característica central da produção intelectual na teoria da modernidade dependente.

Inteligência artificial, conhecimento e controle do tempo

A reorganização tecnológica da produção do conhecimento também levanta uma questão mais ampla sobre o controle do tempo intelectual. Por muito tempo, o ritmo da investigação científica esteve diretamente ligado às condições institucionais das universidades e centros de pesquisa. O tempo da ciência dependia da duração dessas instituições, de seus recursos e da continuidade de suas tradições intelectuais.

Entretanto, quando a produção do conhecimento passa a desenvolver-se em ambientes informacionais mediados por grandes plataformas tecnológicas, parte desse controle desloca-se. A infraestrutura digital que sustenta o processamento de grandes volumes de dados, o funcionamento de sistemas avançados de inteligência artificial e a circulação global de informações encontra-se concentrada em determinados polos tecnológicos do sistema mundial. Centros de

dados, plataformas de processamento e sistemas de desenvolvimento de algoritmos passam a desempenhar um papel crescente na organização do ambiente cognitivo contemporâneo.

Nesse contexto, a temporalidade do conhecimento torna-se parcialmente dependente dessas infraestruturas.

A velocidade de circulação das informações, a capacidade de processamento de dados e o acesso a ferramentas avançadas de análise passam a influenciar diretamente as condições dentro das quais o intelecto social produz conhecimento.

Essa transformação introduz uma dimensão nova na relação entre conhecimento e dependência. Se, em etapas anteriores do capitalismo, a dependência manifestava-se principalmente na esfera econômica e produtiva, na teoria da modernidade dependente ela pode aparecer também no campo cognitivo. O tempo da produção intelectual passa a ser influenciado por sistemas técnicos cuja lógica de desenvolvimento e controle se encontra concentrada em determinados centros tecnológicos globais.

Assim, a reorganização do conhecimento mediada por tecnologias digitais não se limita a alterar as práticas intelectuais. Ela modifica também a relação entre tempo, tecnologia e poder dentro do sistema mundial.

Crepúsculo e visibilidade do tempo

No final do dia, quando o movimento das horas começa a desacelerar e o crepúsculo se instala lentamente sobre as cidades, o tempo volta a tornar-se visível. As tarefas cessam pouco a pouco, as mensagens deixam de chegar com a mesma intensidade e aquilo que durante o dia parecia correr de forma ininterrupta começa finalmente a abrandar.

Nesse momento, a experiência do tempo modifica-se novamente.

O que permanece na memória não são apenas os acontecimentos que preencheram o dia. O que retorna com maior

intensidade são as sensações que acompanharam esses acontecimentos: a tensão de certos momentos, a tranquilidade de alguns intervalos, a inquietação produzida por prazos e expectativas.

O dia não permanece apenas como uma sequência de fatos. Ele permanece como experiência. Essa pequena cena cotidiana ilumina algo mais amplo sobre a temporalidade das sociedades contemporâneas. Durante o dia, quando estamos imersos no fluxo contínuo de tarefas, decisões e informações, o tempo parece acelerar constantemente. Entretanto, quando o movimento diminui e a experiência se recolhe na memória, o tempo volta a revelar sua espessura.

Algo semelhante ocorre com o intelecto social. A inteligência artificial acelera determinadas operações cognitivas, reorganiza o acesso à informação e amplia a memória do conhecimento. Entretanto, essa aceleração técnica não elimina a necessidade de duração para a elaboração do pensamento. O conhecimento continua exigindo tempo para amadurecer, para ser debatido e para encontrar sua forma conceitual.

Entre a velocidade das máquinas e a duração necessária do pensamento humano instala-se uma tensão característica da teoria da modernidade dependente. É dentro dessa tensão que o intelecto social precisa reaprender a pensar o tempo.

Temporalidade e forma histórica

A modernidade foi frequentemente descrita como o tempo da aceleração. Desde o século XIX, diferentes autores observaram que o desenvolvimento do capitalismo industrial introduziu ritmos cada vez mais intensos na vida social. A expansão das cidades, o crescimento das redes de transporte e a multiplicação das atividades econômicas produziram a sensação de que o mundo se movia com velocidade crescente.

Entretanto, essa aceleração não constitui apenas um fenômeno cultural ou psicológico. Ela está ligada a transformações estruturais na

forma como as sociedades organizam o tempo. Cada forma histórica do capitalismo produz um regime temporal específico. O capitalismo industrial dependia de ritmos relativamente estáveis de produção, circulação e consumo. Fábricas organizavam o trabalho em jornadas definidas, infraestruturas industriais exigiam investimentos de longo prazo e instituições públicas desenvolviam-se dentro de horizontes temporais relativamente amplos.

A teoria da modernidade dependente introduz uma configuração distinta. A expansão do capital financeiro, a circulação instantânea de informações e a reorganização contínua das expectativas econômicas produzem um regime temporal mais instável. Decisões são tomadas com base em projeções imediatas, instituições operam em ciclos mais curtos e o planejamento de longo prazo torna-se cada vez mais difícil de sustentar. Essa reorganização do tempo constitui uma dimensão central das transformações contemporâneas.

Dependência e compressão do tempo histórico

Nas sociedades periféricas, essa transformação assume características particulares. A dependência histórica em relação aos centros econômicos globais sempre implicou assimetrias no desenvolvimento das instituições e das capacidades produtivas. Entretanto, na etapa atual do capitalismo, a dependência manifesta-se também através da compressão do tempo histórico.

Projetos institucionais tornam-se instáveis, políticas públicas são frequentemente interrompidas e iniciativas coletivas encontram dificuldades para amadurecer ao longo de períodos prolongados. O tempo necessário para consolidar instituições e tradições intelectuais torna-se cada vez mais escasso. Esse fenômeno produz consequências profundas para a organização do intelecto social.

Quando o tempo histórico se encurta, também se tornam mais frágeis as condições dentro das quais as sociedades podem produzir conhecimento sobre si mesmas. A reflexão crítica exige continuidade,

debate e acumulação de experiências. Sem essas durações institucionais, o pensamento tende a fragmentar-se.

A dependência contemporânea manifesta-se então não apenas como subordinação econômica, mas também como dificuldade de sustentar durações históricas amplas.

A Episteme da teoria da modernidade dependente surge justamente da tentativa de compreender essa nova configuração temporal. Ela não se apresenta apenas como uma teoria abstrata, mas como uma forma de conhecimento que emerge da experiência histórica das sociedades que vivem sob condições de tempo comprimido.

Nas sociedades dependentes, essa experiência torna-se particularmente visível. Instituições funcionam sob pressão constante, políticas públicas enfrentam interrupções recorrentes e a produção do conhecimento ocorre em ambientes institucionais marcados por instabilidade. Nesse contexto, compreender o tempo torna-se uma tarefa central do pensamento social. A Episteme da teoria da modernidade dependente procura interpretar as transformações do capitalismo contemporâneo a partir dessa dimensão temporal. Ela busca compreender como a reorganização do tempo social afeta as instituições, o intelecto social e as formas de produção do conhecimento.

CAPÍTULO 8

Tempo, Dependência e Conhecimento

Ao longo deste livro, procurou-se mostrar que as transformações recentes do capitalismo contemporâneo não podem ser compreendidas apenas como mudanças na esfera econômica. Algo mais profundo ocorreu. As finanças deixaram de atuar somente como mediação entre produção e circulação e passaram a reorganizar o próprio horizonte temporal dentro do qual instituições, políticas públicas e práticas intelectuais se desenvolvem. O tempo deixou de ser apenas o meio silencioso da história. Tornou-se uma dimensão ativa da própria transformação histórica.

Essa mutação não aparece imediatamente como conceito. Antes de tornar-se inteligível, ela manifesta-se como experiência social difusa. As instituições parecem mais instáveis, os projetos coletivos duram menos, o planejamento de longo prazo torna-se mais difícil e a produção do conhecimento passa a desenvolver-se em ambientes cada vez mais pressionados por ritmos curtos. Durante algum tempo, essas mudanças podem ser percebidas apenas como sensação. Entretanto, quando elas se tornam recorrentes, exigem uma linguagem capaz de nomeá-las. É precisamente nesse ponto que se torna necessário formular aquilo que este livro chama de Episteme da teoria da modernidade dependente.

Durante grande parte da modernidade, o tempo histórico foi concebido como um movimento relativamente contínuo. As sociedades podiam imaginar que cada geração avançaria um pouco além da anterior, consolidando instituições, ampliando capacidades produtivas e aprofundando experiências históricas acumuladas ao longo de décadas. O tempo aparecia como duração relativamente ampla, capaz de sustentar projetos coletivos, políticas públicas prolongadas e tradições intelectuais duradouras.

Essa experiência temporal esteve ligada a uma determinada configuração do capitalismo. A modernidade industrial exigia

investimentos de longo prazo, planejamento relativamente estável e formas institucionais capazes de sustentar durações prolongadas. Mesmo em meio a crises e conflitos, permanecia a expectativa de que as instituições pudessem amadurecer e que o futuro continuasse aberto à construção histórica.

Entretanto, as últimas décadas introduziram uma reorganização profunda desse quadro. O capital financeiro passou a operar continuamente sobre expectativas futuras, convertendo projeções em ativos, antecipando decisões e reorganizando o presente a partir de cálculos móveis. O resultado foi uma crescente compressão do tempo institucional e político. O horizonte histórico das decisões coletivas estreitou-se.

Com isso, o tempo deixou de funcionar apenas como duração de amadurecimento e passou a ser mobilizado como instrumento da valorização.

Da dependência econômica à dependência temporal

A teoria marxista da dependência mostrou com grande precisão que as economias latino-americanas se integraram ao capitalismo mundial em condições estruturalmente subordinadas. Transferência de valor, superexploração do trabalho, especialização produtiva e subordinação tecnológica constituíram mediações decisivas dessa inserção desigual. Esse diagnóstico continua fundamental.

Entretanto, a etapa contemporânea do capitalismo exige uma ampliação desse horizonte interpretativo. A dependência não se manifesta mais apenas pela forma como recursos econômicos são transferidos ou como as economias periféricas são subordinadas produtivamente. Ela passa a aparecer também na forma como o tempo histórico das sociedades é organizado.

Nas economias dependentes, o horizonte temporal das políticas públicas tende a encurtar-se, as instituições tornam-se mais vulneráveis a oscilações externas e a continuidade dos projetos

coletivos passa a depender de condições crescentemente instáveis. O problema não é apenas a falta de recursos. É a fragilidade da duração.

A dependência contemporânea pode ser compreendida, portanto, também como dependência temporal. Trata-se da dificuldade estrutural de preservar o tempo necessário para consolidar instituições, amadurecer processos científicos, sustentar políticas públicas e construir trajetórias históricas relativamente autônomas.

Essa formulação desloca o problema da dependência para uma nova dimensão: a organização social do tempo. Quando o tempo histórico se comprime, a primeira consequência decisiva aparece no interior das instituições responsáveis pela produção do conhecimento. O intelecto social — entendido como a capacidade coletiva de uma sociedade pensar a si mesma — depende de durações relativamente amplas. Ele não se constitui apenas por ideias isoladas, mas por instituições, tradições, debates e acumulações que se desenvolvem ao longo do tempo.

Universidades, centros de pesquisa, bibliotecas e comunidades científicas funcionam historicamente como estruturas de duração. Elas preservam memória, transmitem métodos, consolidam linguagens e permitem que diferentes gerações dialoguem com problemas comuns. Sem esse tecido institucional, o pensamento tende a fragmentar-se e a perder continuidade histórica.

A teoria da modernidade dependente introduz uma crise nessas condições. Projetos de pesquisa passam a operar sob calendários mais curtos, sistemas de avaliação multiplicam-se, políticas científicas tornam-se instáveis e a produção do conhecimento passa a desenvolver-se em ritmos cada vez mais pressionados. O tempo necessário para a reflexão não desaparece, mas torna-se mais difícil de proteger.

A crise da duração institucional transforma-se então em crise das condições históricas do intelecto social.

A universidade na teoria da modernidade dependente

É na universidade que essa transformação se torna particularmente visível. Ao mesmo tempo em que continua sendo um dos principais lugares de produção crítica do conhecimento, a universidade passa a funcionar sob pressões temporais mais intensas. Indicadores quantitativos, ciclos de financiamento curtos, avaliações frequentes e exigências de produtividade reorganizam progressivamente o trabalho acadêmico.

Essa reorganização não elimina a universidade como espaço intelectual, mas altera a forma de sua existência histórica. A investigação continua exigindo tempo, mas o ambiente institucional passa a operar em ciclos mais rápidos. O resultado é uma tensão crescente entre a duração requerida pelo pensamento e a aceleração imposta pelas estruturas institucionais.

Nas sociedades dependentes, essa tensão é ainda mais aguda. A fragilidade das políticas científicas, a instabilidade orçamentária e a vulnerabilidade diante das oscilações externas tornam mais difícil sustentar projetos de longa duração. A universidade permanece como lugar decisivo do intelecto social, mas passa a existir em uma temporalidade mais estreita. Por isso, compreender a teoria da modernidade dependente exige compreender também a universidade como instituição temporalmente pressionada.

A digitalização do ambiente cognitivo e a emergência da inteligência artificial introduzem uma nova mediação nesse processo. O acesso ao conhecimento torna-se mais rápido, a circulação de informações intensifica-se e determinadas operações cognitivas — busca de referências, organização de dados, comparação preliminar de textos, produção inicial de linguagem — passam a ser realizadas em intervalos muito menores.

Essa transformação não é neutra. Ela altera as condições técnicas da produção do conhecimento e participa da reorganização temporal do intelecto social. O campo cognitivo torna-se mais denso,

mais veloz e mais dependente de infraestruturas tecnológicas que se encontram concentradas em determinados centros do sistema mundial.

A inteligência artificial, nesse sentido, não pode ser pensada apenas como ferramenta. Ela participa de um regime temporal mais amplo. Ao acelerar certas operações cognitivas, intensifica a tensão entre velocidade técnica e duração reflexiva. O conhecimento circula mais rapidamente, mas continua exigindo tempo para amadurecer.

Nas sociedades dependentes, essa transformação adquire ainda outra dimensão: parte crescente do tempo do conhecimento passa a ser mediada por sistemas técnicos cuja infraestrutura e lógica de desenvolvimento permanecem externas. A dependência passa então a atingir também a temporalidade cognitiva. Cada forma histórica do capitalismo produz um regime temporal específico. O capitalismo industrial organizava a sociedade em torno de ritmos relativamente estáveis de produção, circulação e reprodução institucional. A teoria da modernidade dependente introduz outra configuração. A centralidade das finanças, a circulação instantânea de informações e a mobilização contínua do futuro como ativo produzem um regime temporal mais instável, mais curto e mais sensível à antecipação permanente.

Essa mudança não deve ser reduzida a uma simples aceleração da vida social. Trata-se de uma alteração na própria forma histórica do tempo. O presente torna-se mais denso e mais pressionado, o futuro perde parte de sua espessura como horizonte coletivo e as instituições passam a funcionar em ambientes de menor duração.

A teoria da modernidade dependente é, nesse sentido, uma forma histórica em que o tempo deixa de sustentar naturalmente os processos coletivos e passa a ser continuamente reorganizado por mecanismos econômicos, tecnológicos e institucionais. É essa transformação que exige uma nova episteme. Ela nasce da experiência histórica de sociedades que vivem sob condições de compressão temporal. Surge quando o pensamento precisa encontrar conceitos capazes de nomear a transformação da duração institucional, a aceleração das operações cognitivas, a instabilidade das políticas públicas e a reorganização do trabalho intelectual.

Ela procura compreender como a mutação do tempo atravessa simultaneamente economia, instituições, subjetividade e tecnologia. Mais do que uma teoria isolada, constitui uma tentativa de tornar inteligível um mundo no qual o futuro já não funciona como horizonte suficientemente amplo de planejamento coletivo.

Nas sociedades dependentes, essa experiência torna-se especialmente nítida. A dificuldade de preservar durações institucionais, a instabilidade dos processos científicos e a vulnerabilidade das políticas públicas revelam que a dependência contemporânea não opera apenas na esfera produtiva. Ela atua também sobre o tempo.

A Episteme da teoria da modernidade dependente procura, portanto, responder a essa experiência: compreender a dependência como forma histórica que passa a exercer-se também através da organização desigual da duração social. As transformações analisadas não significam o desaparecimento do pensamento crítico. O intelecto social continua existindo, produzindo conhecimento e abrindo possibilidades de interpretação. Entretanto, ele precisa agora operar em condições históricas distintas. O desafio já não é apenas interpretar a desigualdade econômica ou a subordinação produtiva. É também compreender a reorganização do tempo dentro do qual essas desigualdades se reproduzem.

Nesse cenário, a universidade pública adquire um significado ainda mais decisivo. Mesmo pressionada por ritmos curtos, métricas, rankings, avaliações e novas mediações tecnológicas, ela continua sendo um dos poucos lugares onde o tempo do pensamento pode ainda encontrar abrigo. Não plenamente, não sem contradições, mas ainda assim de forma insubstituível.

É por isso que a crise da duração institucional é também a crise de uma das últimas formas de sustentação do pensamento crítico. Pensar o tempo tornou-se, assim, uma tarefa central do pensamento contemporâneo. Nas sociedades marcadas pela dependência histórica, essa tarefa adquire uma urgência particular. Compreender como o tempo é organizado, acelerado ou comprimido significa compreender

também as condições dentro das quais as sociedades podem imaginar seu próprio futuro.

A Episteme da teoria da modernidade dependente surge justamente dessa urgência. Ela não pretende oferecer respostas definitivas. Seu objetivo é tornar visível uma transformação que frequentemente permanece dispersa na experiência cotidiana: a reorganização do tempo histórico que atravessa instituições, conhecimento e vida social nas sociedades contemporâneas.

Talvez compreender essa transformação seja um dos primeiros passos para recuperar a capacidade de pensar historicamente outra vez.

CONCLUSÃO

Tempo histórico e dependência na teoria da modernidade dependente

Ao longo deste livro procurou-se demonstrar que as transformações recentes do capitalismo não podem ser compreendidas apenas como mudanças na esfera econômica. Algo mais profundo ocorreu. A expansão das finanças, a reorganização das expectativas econômicas e a digitalização do ambiente cognitivo introduziram uma alteração no próprio regime temporal dentro do qual as sociedades se organizam. O tempo deixou de ser apenas o cenário silencioso da história. Ele passou a tornar-se uma dimensão ativa da própria organização social.

Essa transformação não se manifesta imediatamente como conceito. Antes de tornar-se inteligível, aparece como experiência cotidiana. As instituições parecem mais instáveis, projetos coletivos tornam-se mais curtos, decisões precisam ser tomadas em intervalos cada vez menores e a produção do conhecimento passa a desenvolver-se em ambientes marcados por pressões temporais intensas.

Durante algum tempo essas mudanças podem ser percebidas apenas como sensação difusa. Entretanto, quando elas se tornam recorrentes, exigem uma linguagem capaz de nomeá-las. Foi dessa necessidade que surgiu a investigação apresentada neste livro.

Dependência e reorganização do tempo

A teoria marxista da dependência mostrou com grande precisão como as economias latino-americanas foram incorporadas ao capitalismo mundial em condições estruturalmente subordinadas. A transferência de valor, a superexploração do trabalho e a especialização produtiva constituíram mediações decisivas dessa inserção desigual.

Esse diagnóstico continua essencial. Entretanto, as transformações recentes do capitalismo exigem ampliar essa perspectiva. A dependência não se manifesta apenas através de fluxos econômicos ou da estrutura produtiva. Ela aparece também na forma como o tempo histórico das sociedades é organizado.

Nas economias periféricas, projetos institucionais tornam-se instáveis, políticas públicas encontram dificuldades para amadurecer e iniciativas científicas frequentemente enfrentam interrupções. O problema não é apenas a escassez de recursos. É a dificuldade de preservar durações históricas amplas.

Nesse sentido, a dependência contemporânea pode ser compreendida também como dependência temporal. Trata-se da dificuldade estrutural de sustentar o tempo necessário para consolidar instituições, amadurecer processos científicos e construir trajetórias históricas relativamente autônomas.

Intelecto social e produção do conhecimento

Essa reorganização do tempo atinge diretamente o intelecto social. O pensamento coletivo de uma sociedade depende de instituições capazes de preservar memória, sustentar investigação e transmitir conhecimento entre gerações. Universidades, bibliotecas e centros de pesquisa funcionaram historicamente como estruturas de duração.

Sem essas durações institucionais, o conhecimento tende a fragmentar-se.

A teoria da modernidade dependente introduz uma tensão crescente nesse processo. Sistemas de avaliação, métricas de produtividade e ciclos curtos de financiamento reorganizam o trabalho intelectual. A investigação continua exigindo tempo, mas as instituições passam a operar em ritmos mais rápidos.

O resultado é uma tensão permanente entre a duração necessária ao pensamento e a aceleração institucional. Essa tensão torna-se ainda mais complexa com a expansão das tecnologias digitais

e da inteligência artificial. O acesso à informação torna-se mais rápido, operações cognitivas podem ser realizadas em intervalos menores e o ambiente informacional dentro do qual o conhecimento circula torna-se mais denso.

Entretanto, a elaboração conceitual continua exigindo lentidão. Ideias complexas não surgem instantaneamente. Elas dependem de debate, maturação e continuidade institucional. Nesse cenário, a universidade pública assume um significado particular. Mesmo pressionada por métricas, rankings e avaliações constantes, ela continua sendo um dos poucos espaços institucionais onde o tempo do pensamento pode ainda encontrar abrigo.

Isso não significa que a universidade esteja imune às transformações da teoria da modernidade dependente. Pelo contrário. Ela vive intensamente as tensões entre aceleração institucional e duração intelectual. Mas é precisamente nesse espaço que o intelecto social pode ainda organizar reflexão crítica sobre as próprias condições históricas de produção do conhecimento. A crise da universidade é, portanto, também a crise de uma das últimas instituições capazes de sustentar o tempo necessário para a elaboração intelectual.

Conhecimento e sistemas de validação

As transformações recentes também alteram a forma como o conhecimento é validado. Rankings internacionais, indicadores bibliométricos, métricas de produtividade e sistemas de avaliação tornaram-se instrumentos centrais de organização da vida acadêmica.

Esses mecanismos procuram medir a produção intelectual através de indicadores quantitativos. Entretanto, quando se tornam dominantes, podem reorganizar o próprio ritmo da investigação científica. O conhecimento passa a desenvolver-se sob pressões institucionais que privilegiam resultados rápidos e mensuráveis. Nesse contexto, o tempo necessário para a reflexão teórica pode tornar-se cada vez mais escasso.

A crítica a esses sistemas de validação não implica negar a necessidade de avaliação científica. Significa reconhecer que o pensamento exige condições temporais específicas que não podem ser plenamente capturadas por métricas quantitativas. A produção do conhecimento continua dependendo de duração histórica.

Pensar o tempo

A Episteme da teoria da modernidade dependente surge precisamente da tentativa de compreender essa transformação. Ela procura interpretar as mudanças contemporâneas a partir da reorganização do tempo social. O objetivo não é oferecer uma teoria definitiva, mas tornar inteligível uma experiência histórica que frequentemente permanece dispersa no cotidiano: a sensação de que o tempo se encurtou, de que as instituições se tornaram mais instáveis e de que o pensamento precisa operar em ambientes cada vez mais acelerados.

Pensar o tempo tornou-se, assim, uma tarefa central do pensamento contemporâneo. Nas sociedades marcadas pela dependência histórica, essa tarefa adquire uma urgência particular. Compreender como o tempo é organizado significa compreender também as condições dentro das quais as sociedades podem imaginar seu próprio futuro. Talvez recuperar a capacidade de pensar historicamente seja um dos primeiros passos para reconstruir durações institucionais mais amplas.

Durante muito tempo, a teoria da dependência permitiu compreender com grande precisão o lugar das economias latino-americanas no sistema mundial. A análise da transferência de valor, da superexploração do trabalho e da subordinação tecnológica revelou mecanismos fundamentais de reprodução das desigualdades entre centro e periferia. Essa tradição teórica forneceu instrumentos decisivos para interpretar a inserção histórica da América Latina no capitalismo global.

Entretanto, ao observar as transformações recentes do capitalismo, tornou-se evidente que algo novo estava ocorrendo. As crises econômicas já não se apresentavam apenas como interrupções cíclicas do crescimento. Elas produziam efeitos duradouros sobre as instituições, alteravam expectativas sociais e reorganizavam continuamente o horizonte temporal das decisões políticas. Governos passaram a operar sob pressões financeiras constantes, políticas públicas tornaram-se mais instáveis e a própria ideia de planejamento de longo prazo começou a perder terreno.

Esse deslocamento chamou atenção para um problema pouco explorado. Talvez a dependência não operasse apenas através da transferência de recursos ou da estrutura produtiva. Talvez ela estivesse ligada também à maneira como o tempo histórico das sociedades é organizado.

O momento da descoberta

A percepção desse problema não ocorreu de forma súbita. Como muitas descobertas intelectuais, ela emergiu lentamente, a partir da convergência de diferentes observações. Ao acompanhar as transformações nas universidades, nas políticas científicas e nas instituições públicas, tornou-se evidente que o tempo institucional estava se tornando cada vez mais curto.

Projetos de pesquisa tinham dificuldade para se manter ao longo de períodos prolongados. Programas científicos eram frequentemente interrompidos ou reorganizados. As instituições continuavam existindo, mas pareciam viver sob pressão constante de ciclos cada vez mais rápidos. Ao mesmo tempo, a expansão das finanças globais introduzia uma reorganização contínua das expectativas econômicas. O presente passava a ser governado por projeções sobre o futuro, enquanto decisões institucionais eram tomadas em intervalos cada vez menores.

Essa convergência de fenômenos permitiu formular uma hipótese. Talvez estivéssemos diante de uma transformação mais

profunda no regime temporal do capitalismo. Se essa hipótese estivesse correta, a dependência contemporânea não poderia ser compreendida apenas como relação econômica. Ela deveria ser interpretada também como relação temporal. Foi a partir dessa intuição que começou a tomar forma a ideia de dependência temporal. A universidade desempenhou papel decisivo na elaboração dessa hipótese. Ao mesmo tempo em que continuava sendo um dos principais espaços de produção do conhecimento, ela se tornava um lugar privilegiado para observar a transformação do tempo institucional.

A investigação científica sempre dependeu de durações relativamente amplas. A elaboração de teorias exige leitura prolongada, debate intelectual e continuidade institucional. Sem essas condições temporais, o conhecimento tende a fragmentar-se.

Entretanto, nas últimas décadas, as universidades passaram a operar sob pressões temporais cada vez mais intensas. Avaliações frequentes, métricas de produtividade e ciclos curtos de financiamento reorganizaram o trabalho acadêmico. O tempo necessário para a reflexão não desapareceu, mas tornou-se mais difícil de proteger.

Essa transformação revelou algo importante.

O problema não era apenas institucional. Ele dizia respeito às condições históricas do próprio intelecto social — a capacidade coletiva de uma sociedade produzir conhecimento sobre si mesma.

Quando as instituições perdem a capacidade de sustentar durações amplas, também se tornam mais frágeis as condições dentro das quais o pensamento crítico pode desenvolver-se.

O papel da tecnologia

As transformações tecnológicas das últimas décadas acrescentaram uma nova dimensão a esse processo. A digitalização do ambiente cognitivo e a expansão da inteligência artificial reorganizaram profundamente as condições técnicas da produção do conhecimento. O acesso à informação tornou-se mais rápido, a circulação de textos intensificou-se e determinadas operações cognitivas passaram a ocorrer

em intervalos muito menores. Essas transformações ampliaram as possibilidades da investigação científica, mas também contribuíram para acelerar o ambiente informacional dentro do qual o conhecimento circula.

A tecnologia não elimina a necessidade de tempo para o pensamento.

Ideias complexas continuam exigindo maturação intelectual. Entretanto, o ambiente dentro do qual essas ideias são elaboradas torna-se cada vez mais veloz. Essa tensão entre velocidade técnica e duração reflexiva tornou-se uma característica central da teoria da modernidade dependente.

O sentido do livro

Foi a partir dessas observações que surgiu a necessidade de formular a Episteme da teoria da modernidade dependente. O objetivo deste livro não foi apenas descrever transformações econômicas ou institucionais, mas compreender como a reorganização do tempo histórico atravessa simultaneamente economia, conhecimento e experiência social.

A Episteme da teoria da modernidade dependente procura oferecer uma linguagem capaz de tornar inteligível essa transformação. Ela parte da hipótese de que o tempo deixou de ser apenas o cenário silencioso da história e passou a tornar-se um elemento ativo na organização das sociedades contemporâneas. A dependência não opera apenas através da transferência de recursos ou da subordinação produtiva. Ela atua também sobre a duração das instituições e sobre as condições temporais da produção do conhecimento.

Compreender essa dimensão temporal talvez seja uma das tarefas mais importantes do pensamento contemporâneo. E talvez também de imaginar novamente o futuro.

Se a reorganização do tempo constitui uma das características centrais da teoria da modernidade dependente, a questão que permanece aberta diz respeito ao futuro do intelecto social. As

sociedades continuam produzindo conhecimento, interpretando suas próprias transformações e elaborando linguagens capazes de nomear novas experiências históricas.

Entretanto, as condições dentro das quais esse conhecimento se desenvolve tornaram-se mais instáveis. Instituições operam sob pressões temporais intensas, a circulação de informações acelera-se continuamente e o ambiente cognitivo no qual pesquisadores e estudantes trabalham torna-se cada vez mais denso. O pensamento precisa encontrar seu caminho em meio a fluxos informacionais que não cessam.

Essa transformação não significa necessariamente o declínio do intelecto social.

Ao contrário, ela revela a necessidade de compreender com maior clareza as condições históricas da produção do conhecimento. O pensamento crítico não desaparece quando o tempo se torna mais curto. Ele precisa aprender a operar dentro de novas configurações temporais.

Nesse contexto, a universidade continua desempenhando um papel decisivo. Mesmo submetida a métricas, avaliações e pressões institucionais, ela permanece como um dos poucos espaços onde o tempo do pensamento pode ainda ser preservado. Não plenamente, não sem contradições, mas ainda assim de forma insubstituível.

O tempo que volta a tornar-se visível. Talvez seja possível compreender a transformação analisada neste livro através de uma imagem simples.

No início do dia, quando despertamos ainda com os olhos ofuscados pela luz da manhã, o tempo parece mover-se lentamente. Pensamos nas tarefas que virão, imaginamos os caminhos que o dia poderá tomar e as horas parecem amplas, como se houvesse espaço suficiente para que tudo pudesse acontecer. À medida que o dia avança, entretanto, o ritmo se transforma.

Compromissos sucedem-se, decisões precisam ser tomadas, mensagens chegam continuamente e o tempo passa a mover-se com velocidade crescente. Aquilo que pela manhã parecia largo torna-se

progressivamente mais curto. No final da tarde ou da noite, muitas vezes surge a sensação de que o dia passou rápido demais.

Mas existe um momento particular em que o tempo volta a tornar-se visível. Quando o movimento diminui e as atividades cessam, aquilo que permanece na memória não são apenas os acontecimentos que preencheram o dia. O que retorna com maior intensidade são as sensações que acompanharam esses acontecimentos: a tensão de certos momentos, a tranquilidade de alguns intervalos, a inquietação produzida por expectativas e responsabilidades.

O dia não permanece apenas como sucessão de fatos. Ele permanece como experiência. Talvez algo semelhante ocorra com o tempo histórico. Durante longos períodos, as sociedades vivem imersas no fluxo contínuo de acontecimentos, decisões e transformações. O tempo parece simplesmente passar. Entretanto, em determinados momentos históricos, ele volta a tornar-se visível. Quando isso acontece, torna-se possível perceber que o tempo não é apenas o meio no qual a história se desenvolve. Ele é também uma das formas através das quais a história se organiza.

Última palavra

Se este livro possui alguma intenção, ela consiste em tornar visível essa transformação. A Episteme da teoria da modernidade dependente não pretende oferecer respostas definitivas nem estabelecer uma teoria completa do tempo histórico. Ela procura apenas nomear uma experiência que se tornou cada vez mais presente nas sociedades contemporâneas: a sensação de que o tempo das instituições, do conhecimento e da vida social se reorganizou.

Compreender essa transformação talvez seja um dos primeiros passos para recuperar a capacidade de pensar historicamente. Porque pensar historicamente significa, antes de tudo, compreender o tempo dentro do qual vivemos.

Este livro e a tradição da teoria da dependência. Qualquer tentativa de interpretar a experiência histórica da América Latina

inevitavelmente dialoga com a tradição da teoria marxista da dependência. Ao longo do século XX, autores como Ruy Mauro Marini (2000), Vânia Bambirra (1978) e Theotonio dos Santos (2000) ofereceram instrumentos analíticos decisivos para compreender as formas específicas através das quais as economias latino-americanas se integraram ao capitalismo mundial.

A dependência não foi interpretada por esses autores como simples atraso histórico. Ela foi compreendida como uma forma particular de inserção no sistema capitalista global, caracterizada por mecanismos estruturais de transferência de valor e por uma organização produtiva que reproduzia desigualdades entre centro e periferia.

Essa tradição continua sendo uma referência fundamental. Entretanto, as transformações recentes do capitalismo exigem ampliar o horizonte analítico dessa perspectiva. A expansão do capital fictício, a reorganização das expectativas econômicas e a centralidade crescente das finanças introduziram uma nova dimensão na dinâmica do sistema mundial.

A dependência não opera apenas através da produção ou da circulação de mercadorias. Ela passa a atuar também sobre a forma como o tempo histórico das sociedades é organizado. Nesse sentido, a Episteme da teoria da modernidade dependente não pretende substituir a teoria da dependência. Seu objetivo é prolongar essa tradição, deslocando o foco da análise para uma dimensão que se tornou cada vez mais visível nas últimas décadas: a reorganização do tempo social.

Se a dependência contemporânea se manifesta também como compressão do tempo histórico, a questão que emerge diz respeito às possibilidades de reconstruir durações institucionais mais amplas. Essa não é apenas uma questão econômica ou administrativa. Trata-se de um problema profundamente histórico e cultural. As sociedades precisam de tempo para construir instituições, consolidar políticas públicas e desenvolver tradições intelectuais.

Sem duração, não há experiência acumulada. Sem experiência acumulada, torna-se difícil produzir conhecimento capaz de interpretar

as próprias transformações históricas. A teoria da modernidade dependente introduz tensões intensas nesse processo. A aceleração informacional, a reorganização das expectativas econômicas e a instabilidade das políticas públicas comprimem continuamente os horizontes temporais dentro dos quais as instituições operam. Entretanto, compreender esse processo já constitui um primeiro passo.

Quando o tempo histórico se torna objeto de reflexão, as sociedades podem começar a reconhecer as condições dentro das quais suas próprias instituições se desenvolvem. Essa consciência histórica não resolve automaticamente os problemas da dependência, mas permite tornar visíveis as mediações que organizam a experiência social.

Talvez seja nesse ponto que o intelecto social encontra novamente seu papel mais importante: compreender o tempo. E talvez seja precisamente nesse momento — quando o tempo volta a tornar-se visível — que as sociedades podem começar novamente a imaginar seu próprio futuro.

REFERÊNCIAS

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich. **Fenomenologia do espírito**. Petrópolis: Vozes, 2002.

LUKÁCS, György. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2018.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialética da dependência**. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

ROSA, Hartmut. **Aceleração**: a transformação das estruturas temporais na modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 2019.

SANTOS, Theotonio dos. **A teoria da dependência**: balanço e perspectivas. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

SEVCENKO, Nicolau. **A corrida para o século XXI**: no loop da montanha-russa. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

SOBRE O AUTOR



João dos Reis Silva Júnior

João dos Reis Silva Júnior é professor titular e pesquisador da Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), com uma trajetória intelectual consolidada ao longo de mais de quatro décadas dedicadas à educação superior, à sociologia da educação e à economia política. Sua produção se distingue pela densidade teórica e pela capacidade de articular crítica social rigorosa com a análise das transformações contemporâneas do capitalismo, especialmente no contexto latino-americano.

Autor de obras relevantes como *Arquitetura da Dependência: para além da razão dualista* e *Teoria da Modernidade Dependente*, desenvolveu uma atualização original da tradição da Teoria Marxista da Dependência. Dialogando com autores como Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra e Theotonio dos Santos, sua contribuição central reside na formulação da ideia de que, no capitalismo atual, a dependência opera sobretudo por meio do controle do tempo histórico.

Sua interpretação da crise de 2008 como uma mutação ontológica do capitalismo constitui um dos eixos mais inovadores de sua obra. A partir disso, investiga as relações entre financeirização, Estado e universidade, evidenciando o papel das instituições públicas na mediação das formas contemporâneas de subordinação e na preservação da crítica.

O livro "Teoria da Modernidade Dependente", de João dos Reis Silva Júnior (2026), propõe uma atualização das teorias clássicas da dependência para compreender as transformações do capitalismo contemporâneo, centrando a sua análise na dimensão temporal da subordinação das sociedades periféricas.

A obra é um diagnóstico crítico sobre como a aceleração do capitalismo financeiro "estrita o caminho" da história para as sociedades latino-americanas, tornando a luta pela preservação do tempo de pensar uma forma de resistência política.